

Últimos títulos da colecção
CULTURA PORTUGUESA

8 • Luís Trindade
O Espírito do Diabo

9 • Luís Crespo de Andrade
Sol Nascente – Da cultura republicana e anarquista ao neo-realismo

10 • Alberto Pedroso
Bento de Jesus Caraça – Semeador de cultura e cidadania

11 • José Sebastião da Silva Dias
Portugal e a Cultura Europeia

12 • José Eduardo Franco
Hermínio Rico (org.)
Padre Manuel Antunes (1918-1985)

13 • Joaquim Lima
Princípios de Antropologia em Bernardino Machado

14 • José Eduardo Franco
Maria Isabel Morán Cabanas
O Padre António Vieira e as Mulheres

15 • Manuel Augusto Rodrigues
Universidade de Coimbra. Figuras e factos da sua história – vol. I

16 • Manuel Augusto Rodrigues
Universidade de Coimbra. Figuras e factos da sua história – vol. II

17 • José Eduardo Franco (coord.)
Cultura Madeirense – Temas e problemas

O livro que o leitor tem entre mãos resulta de um conjunto de reflexões apresentadas e debatidas no primeiro congresso de Cultura Madeirense. Este encontro científico, onde intervieram grandes especialistas de várias áreas científicas, pretendeu promover o debate em torno da realidade cultural da Madeira e do seu estatuto em termos de diferenciação identitária no contexto do projecto autonómico em curso. Em grande medida, o ideário que preside a esta obra é o do conhecimento e da compreensão que deve preceder e sustentar uma séria acção política e cultural.

O sentido deste livro é bem claro, como escreve o seu responsável na introdução: «Conhecer a cultura madeirense passa por distinguir e valorizar a sua particularidade enquanto participante de uma totalidade mais vasta; uma particularidade engendrada no seio dessa totalidade que é a comunidade nacional portuguesa em que se insere como membro de pleno direito, que, por sua vez, participa da comunidade plural de povos, de culturas que definem o projecto de União Europeia que estamos empenhados em construir; diversidade essa que faz a sua riqueza e grandeza no quadro da comunidade humana universal em pleno processo de globalização.

Com efeito, na salvaguarda das particularidades culturais de cada povo encontra-se a possibilidade de fortalecer em termos de horizonte de sentido e de capacidade de mobilização para transformar a sua terra e o seu meio social, na perspectiva de um desenvolvimento sustentado para enfrentar o futuro com uma esperança assente em alicerces mais fundos.»

ISBN: 978-989-625-286-1



9 789896 252861

www.campo-letras.pt

www.lusosofia.net

José Eduardo Franco (coord.)

CULTURA MADEIRENSE



José Eduardo Franco
(Coordenação)

CULTURA MADEIRENSE

Temas e problemas

Textos de

Alberto Vieira

António Aragão

António Gorjão

Carlos Lencastre

Eduardo Brazão de Castro

Fernando Dacosta

João Carlos Abreu

João David Pinto Correia

João Henrique G. da Silva

Joel Serrão

Jorge Freitas Branco

José António Gonçalves

José Eduardo Franco

José Luís de Sousa

José Manuel Azevedo e Silva

Luís Lindley Cintra

Miguel Jasmins Rodrigues

Miguel Macedo

Paquete de Oliveira



Cultura Portuguesa

«(...) Uma coisa, porém, deveríamos ter por certa: que o “madeirense” apostado a esta cultura nunca deve ser tomado no sentido de uma adjectivação menorizante e ensimesmada, a caminho de uma certa insularidade cultural. Pois o desafio, hoje, é todo o contrário: as pequenas culturas, singulares e diversas, extraem do intercâmbio e do confronto com o outro – continental, europeu, mundial – novas condições de possibilidade para a sua renovação e afirmação. Esse diálogo com a alteridade da história e do contemporâneo, sendo naturalmente tenso e difícil, contém virtualidades criadoras e de afirmação muito para lá dos limites da ilha. A nossa cultura só vai subsistir enquanto nossa, não por ser “madeirense”, mas pelo que aí, na projecção simbólica de si mesma, ela for capaz de tocar ou mediar uma universalidade...»

JOÃO HENRIQUE G. DA SILVA

Cultura Madeirense

CULTURA MADEIRENSE – TEMAS E PROBLEMAS

Coordenação: José Eduardo Franco

Autores: Alberto Vieira, António Aragão, António Gorjão, Carlos Lencastre, Eduardo Bazão de Castro, Fernando Dacosta, João Carlos Abreu, João David Pinto Correia, João Henrique G. da Silva, Joel Serrão, Jorge Freitas Branco, José António Gonçalves, José Eduardo Franco, José Luís de Sousa, José Manuel Azevedo e Silva, Luís Lindley Cintra, Miguel Jasmins Rodrigues, Miguel Macedo, Paquete de Oliveira

Capa: Campo das Letras

© Campo das Letras – Editores, S. A., 2008
Edifício Mota Galiza
Rua Júlio Dinis, 247 – 6.º E1 4050-324 Porto
Telef.: 22 60 80 870 Fax: 22 60 80 880
E-mail: campo.lettras@mail.telepac.pt
Site: campo-lettras.pt

Impressão: Eigal – Indústria Gráfica, S. A.
1.ª edição: Março de 2008
Depósito legal: 273771/08
ISBN: 978-989-625-286-1

Colecção: Cultura Portuguesa – 17
Código do livro – 1.38.017

A edição deste livro teve o patrocínio de:

DRAC
MADEIRA
Direcção Regional dos Assuntos Culturais

Secretaria Regional de Educação e Cultura

www.lusosofia.net

José Eduardo Franco
(Coordenação)

Cultura Madeirense
Temas e Problemas

Textos de
Alberto Vieira
António Aragão
António Gorjão
Carlos Lencastre
Eduardo Brazão de Castro
Fernando Dacosta
João Carlos Abreu
João David Pinto Correia
João Henriques Silva
Joel Serrão
Jorge Freitas Branco
José António Gonçalves
José Eduardo Franco
José Luís de Sousa
José Manuel Azevedo e Silva
Luís Lindley Cintra
Miguel Jasmims Rodrigues
Miguel Macedo
Paquete de Oliveira



www.lusosofia.net

Passamos a grande ilha da Madeira,
Que de muito alvoredo assim se chama
Das que de nós povoámos a primeira,
Mais célebre por nome que por fama.
Mas, nem por ser do mundo a derradeira,
Se lhe aventejam quantas Vénus ama;
Antes, sendo esta sua, se esquecerá,
De Cipro, Gnido, Pato e Citera.

Luis de Camões, *Os Lusíadas*, Canto V

Nota de Apresentação

Cultura madeirense: marcas e raízes para uma «identidade»

JOÃO HENRIQUE G. DA SILVA*

A edição, em 2007, das Actas de um Congresso de Cultura Madeirense, realizado em 1990, poderá, desde logo, lançar uma dúvida breve quanto à pertinência da iniciativa, segundo o estereótipo, hoje tão recorrente, de uma suposta contiguidade editorial em testemunho da grandeza ou da singularidade do evento.

A verdade é que, culturalmente, não se pode pretender qualquer causalidade estrutural entre uma iniciativa e outra, vindo as iniciativas à existência quando alguém tem a energia necessária para as protagonizar, ou quando um certo núcleo de temas e problemas se tornou pleno de sentido para a emergência do debate.

Mais do que discutir questões de forma, o que importa agora, face ao significado e alcance da presente publicação, é pensar duas ou três coisas sobre a problemática de fundo – essa, sim, permanente e inconclusiva – que imediatamente se concentra no título de *Cultura Madeirense*.

Não deixa de ser curioso que a questão da «cultura madeirense», já em 1990, catorze anos depois da emancipação autonómica, assumia a visibilidade de uma expressa problematização, convocando para o debate uma pluralidade de olhares e de interpretações. Diferentes contributos foram dados, então, para a consolidação da própria reflexão, da linguística à etnologia, da história à literatura, das artes à sociologia. Estávamos num período de viragem, de procura das *raízes* e das *marcas* para a explicitação do discurso, da assunção política de uma matriz cultural para sustentar, espiritual e ideologicamente, o processo de desenvolvimento em curso e o

* Director Regional dos Assuntos Culturais.

futuro da nossa liberdade... No corpo da Autonomia, a alma da Cultural! Aparentemente dualista, mas nada platónico: a investigação, a expressão pública e a ampla difusão das raízes e das marcas da nossa identidade cultural redundam na afirmação reforçada de uma singularidade política com direitos próprios, enraizados no devir histórico, cujo ideal se materializa num projecto político-social emancipatório, com contornos por vezes românticos ou utópicos, mas nunca renegando as raízes e as marcas, antes fazendo delas bandeira da Autonomia... madeirense!

Na verdade, é a partir deste Congresso que a questão da «cultura madeirense» se torna explícita em certos círculos, não só configurando tematicamente uma linha de política cultural, mas introduzindo, aqui ou ali, o debate, que é mesmo assumido institucionalmente. Na Universidade da Madeira, entretanto, é criada a disciplina de História Cultural da Madeira, introduzida nos planos curriculares dos Cursos de Línguas e Literaturas, seguida, pouco depois, nos mesmos planos, da cadeira de História da Madeira, alterações curriculares que são promovidas na vigência da última Comissão Instaladora, presidida por João David Pinto Correia, um dos participantes no Congresso. Podemos assim, sem dúvida, considerar que uma das «sequências» do Congresso de Cultura Madeirense é esta consagração curricular universitária.

Hoje, passados trinta anos sobre a implantação e consolidação da autonomia político-administrativa desta Região, beneficiando os madeirenses de um conjunto de conquistas e aquisições que evidenciam uma nova qualidade de vida, desde as infra-estruturas materiais aos ganhos na inovação e conhecimento, é notório que a cultura procurou acompanhar, em diferentes instâncias, o crescimento social e económico da Madeira. Ao longo destes anos, a política cultural procurou traduzir uma perspectiva integrada do próprio processo de desenvolvimento, em que a aposta na educação e na criação de estruturas de suporte da acção cultural não estavam dissociadas da perspectiva da formação e crescimento de novos públicos, ou da cooperação activa com os criadores, ou do envolvimento dos privados e das autarquias, numa partilha de iniciativas em favor da descentralização cultural. Mas, como sempre acontece em todas as áreas, e especialmente na cultura, a dinamização de iniciativas, a sensibilização dos agentes e dos destinatários e a partilha estimulante dos resultados criam e propiciam novos horizontes de intervenção e a apetência por novas realizações.

Questão fulcral e sempre desafiadora – porventura nunca assaz resolvida, porque necessariamente aberta – é a que se deixava, já então, captar no tema do Congresso, permanecendo hoje como um desafio perene para uma cultura que não desista de pensar-se a si mesma. Trata-se de saber se há uma cultura *madeirense*, e em que sentido ela se pode assim dizer e interpretar.

Percorrendo os diversos e ricos contributos apresentados nestas Actas, conseguimos reunir um conjunto de elementos que ajudam a pensar numa direcção. Percebe-se que há uma singularidade muito própria no devir histórico-social madeirense, em que confluem factores decisivos de configuração cultural, como sejam a geografia e a orografia da ilha, o processo de colonização e de exploração económica, a língua, a estratificação social, a modelação das tradições.

No longo processo de produção simbólica da nossa cultura de povo ilhéu como *cultura madeirense*, há dois factores incontornáveis que a marcam genética e historicamente: a *insularidade* e a *regionalidade*. No carácter dos ilhéus, bem como nas criações e aquisições que configuram a sua cultura, essas são marcas e raízes que expressam a história desta comunidade e do seu peculiar estar-no-mundo. Naturalmente que a formação e progressiva configuração dessa cultura incorporou muitos outros sinais e bens, resultantes do intercâmbio com outros povos e culturas. E nesse diálogo, *historialmente* criativo, do insular com o continental e europeu, mais se afirmava, também, aquela tensão tão sentidamente madeirense, entre a retracção desconfiada face à grandeza e ao estranho, e o arrojo da aventura e da descoberta de novas possibilidades para lá da linha do horizonte.

Por outras palavras: a busca incessante das marcas e das raízes da própria identidade cultural é um dos sinais distintivos da cultura madeirense. Essa dúvida quase insuperável que vem antes da afirmação, essa constância da incerteza de quem se vê entre dois mundos, essa busca interminável de um domínio próprio que nunca emerge definitivo, eis alguns traços antropológicos que mereciam ser aprofundados numa aproximação fenomenológica à cultura madeirense.

Uma coisa, porém, deveríamos ter por certa: que o «madeirense» apostado a esta cultura nunca deve ser tomado no sentido de uma adjecção menorizante e ensimesmada, a caminho de uma certa insularidade cultural. Pois o desafio, hoje, é todo o contrário: as pequenas culturas,

singulares e diversas, extraem do intercâmbio e do confronto com o *outro* – continental, europeu, mundial – novas condições de possibilidade para a sua renovação e afirmação. Esse diálogo com a alteridade da história e do contemporâneo, sendo naturalmente tenso e difícil, contém virtualidades criadoras e de afirmação muito para lá dos limites da ilha. A nossa cultura só vai subsistir enquanto nossa, não por ser «madeirense», mas pelo que *aí*, na projecção simbólica de si mesma, ela for capaz de tocar ou mediar uma universalidade. Então, só por aqui se poderá, no futuro, dar conta das responsabilidades de uma cultura que tem de incorporar, cada vez mais, a dimensão comunicativa, na ousadia e na sabedoria de ser uma voz singular, que assim procuraria fazer-se ouvir no vasto concerto das outras culturas.

Prefácio

JOSÉ EDUARDO FRANCO*

No dealbar da década de 70 do século passado, em plena emergência da dinâmica transformadora do xadrez mundial que veio a ser cunhada pelo conceito de era da globalização, o Professor Manuel Antunes constatava que «duas forças antagónicas, centrípeta e centrífuga, solicitaram os povos na década que finda: o mundialismo e o etnocentrismo»¹. Com efeito, estas duas tendências divergentes acentuaram-se em tensão permanente desde a década auspiciosa de 60 até aos nossos dias. De facto, o incremento da segunda tendência ou processo de globalização contribuiu para acicatar a sua contrária como forma de resistência à massificação cultural uniformizadora e diluidora das identidades locais, regionais e nacionais.

Contra a poderosa força dessa vaga monolitizante da globalização de perfil americanizante, que se impunha pelos poderosos *mass media*, reforçaram-se os processos de multipolorização cultural através do surgimento plurivalente de movimentos dedicados a restaurar, valorizar e promover as especificidades e as identidades culturais, quer do ponto de vista micro quer do ponto de vista macro. Estes movimentos, por vezes marcados por um *élan* de significativa militância, contribuíram para restaurar e preservar patrimónios culturais como factor de diferenciação identitária e até como base de reivindicação de direitos e liberdades em termos políticos. Por seu lado, esta tendência etnocêntrica e policromática do ponto de vista cultural, afirmada por oposição à corrente mundicêntrica ou cultu-

* Presidente da Direcção do Instituto Europeu de Ciências da Cultura – Padre Manuel Antunes.

¹ Padre Manuel Antunes, sj, *Política e Relações Internacionais*, vol. I do Tomo II da *Obra Completa do Padre Manuel Antunes*, sj, Introdução e coordenação de Guilherme d'Oliveira Martins, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, p. 127 (no prelo).

ralmente monocromática consubstanciada no conceito de «aldeia global» definido em 1964 por Marshall McLuhan², foi decisiva para garantir a recuperação e preservação de valores e patrimónios materiais e imateriais que corriam o risco de desaparecer.

É no âmbito desta nova tendência cultural reactiva que se inserem os movimentos de regionalização que lutam pela preservação e reavivamento das características culturais específicas de regiões e localidades com tradições, nomenclaturas e ritualidades sociais próprias elaboradas secularmente.

O primeiro Congresso de Cultura Madeirense, realizado à porta de entrada da última década do século XX, situa-se na linha desta consciência crescente da necessidade da salvaguarda e valorização daquilo que faz um povo ser povo diferenciado³ e constituir-se e instituir-se com capacidade de autonomia na gestão do seu destino colectivo, mas sem descuidar a participação, em dialéctica enriquecedora, numa totalidade mais vasta de que faz parte integrante.

Um grupo de jovens universitários madeirenses espalhados em vários cursos das universidades de Portugal Continental partilhava então a preocupação comum de incrementar o conhecimento e a valorização das suas raízes identitárias e as expressões culturais que configurariam uma realidade cultural adjectivada de madeirense, integrada no todo da cultural nacional portuguesa e interagindo com a cultura universal da humanidade.

A fim de prosseguir este ideário, esse grupo fundador de estudantes (em que se destacaram os nomes de José Luís de Sousa, Noélia Franco, José Eduardo Franco, Susana Jardim, Luísa Nunes e Sílvio Faria) constituiu uma associação com o *desideratum* de fomentar o estudo e a valorização das especificidades da terra em cujo caldo cultural e mental nasceram e foram enformados, revivendo tradições cívico-religiosas, etnográficas, folclóricas e até gastronómicas.

² Herbert Marshall McLuhan, *Understanding Media: The Extensions of Man*, New York, Ed. McGraw Hill, 1964.

³ O sociólogo Pierre Bourdieu escrevia no seu estudo sobre a «economia das trocas linguísticas», valorizando mais o tempo e a história e menos o espaço na configuração diferenciada das culturas, que «cada identidade cultural construída é o produto de um processo de dialéctica histórica que resultou numa diferenciação cumulativa». Pierre Bourdieu, *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*, Paris, Fayard, 1982. Ver também *idem*, «L'identité et la représentation – éléments pour une réflexion critique sur l'idée de région», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 35, Paris, 1980.

A Associação de Universitários Madeirenses assim chamada materializou este ideário de promoção e recriação de saber enraizada na cultura de origem. Aquela organização associativa foi erigida em Lisboa nos derradeiros anos da década de 80 por um grupo de estudantes que cursavam, entre outras, as áreas de Direito, Teologia, Psicologia, Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Biologia, Economia, Gestão e História, visando institucionalizar iniciativas e experiências anteriores de gerações de estudantes madeirenses que procuraram atender ao mesmo ideário. Dessas experiências anteriores merecem realce o projecto de edição de uma revista criada com a denominação de *A Levada* e a sua *entourage*, marcada pela realização de colóquios, debates e outras sessões públicas, assim como eventos de carácter etnográfico recriadores de aspectos da cultura madeirense. Entre os principais responsáveis destas iniciativas levadas a cabo em meados dos anos 80, destacam-se os então estudantes José Tolentino Mendonça, Edgar Silva, Nicolau Fernandes, José Luís de Sousa e Fátima Aveiro.

À semelhança do que já se vinha fazendo com grande qualidade e profusão no quadro da cultura açoriana, os universitários madeirenses entenderam que o projecto autónómico precisava de ser consolidado na base de um forte desenvolvimento cultural assente no incremento de traços genuínos da cultura regional modelada no espaço insular do arquipélago da Madeira. Queriam contribuir para a valorização de uma cultura capaz de dar sustentabilidade e conferir horizonte de sentido a longo prazo, do ponto de vista do espírito, ao projecto político em curso de desenvolvimento infra-estrutural, social e económico.

Não movia aquele grupo fundador de estudantes qualquer fito independentista, fortuito ou leviano, mas tão-só o aprofundamento da autonomia, para além das preocupações principalmente materiais em que os madeirenses estavam naquele momento fundamentalmente concentrados.

Assim sendo, o congresso promovido pela Associação de Universitários Madeirenses⁴, e realizado entre o Natal e o Ano Novo de 1990⁵ com a par-

⁴ Na Comissão Organizadora do Congresso empenharam-se estudantes de vários cursos universitários, coadjuvados por alguns colegas estudantes continentais. Entre os membros da equipa recordamos os nomes seguintes: José Luís de Sousa, José Eduardo Franco, Noélia Franco, Susana Jardim, Luísa Nunes, Helena Granito, Ana Paulo de Freitas Franco, Lucinda Moreira, Paulo Santos, Elsa Baptista, Maria Carlos Ramos, Cláudio Dias e João Manuel Silva.

⁵ Mais precisamente, o Congresso ocorreu entre os dias 27 e 29 de Dezembro de 1990 no Edifício 2000 na Cidade do Funchal.

ticipação de figuras destacadas da cultura e da investigação em Portugal, foi um momento importante de reflexão e de lançamento de desafios bem pertinentes, muitos deles ainda hoje válidos passadas quase duas décadas.

Por isso mesmo, afigurou-se-nos útil publicar os textos-memórias que resultaram das intervenções nesta reunião científica, os quais foram guardados até hoje em arquivo esperando vir a lume. É certo que os textos são datados e algumas das suas informações podem padecer de alguma desactualização em termos de dados. Todavia, boa parte das reflexões continua muito actual. De qualquer modo, foi também nossa preocupação dar os textos a rever aos autores que tiveram possibilidade de o fazer.

É nossa convicção que acima de tudo aquele Congresso marcou uma tentativa de inaugurar uma reflexão avançada, aberta e interdisciplinar em torno da problemática da especificidade cultural gerada na Região Autónoma da Madeira, que alguns discutem se se deve ou não adjectivar de «madeirense».

À distância de dezoito anos sobre a sua realização, sabemos que o Congresso de Cultura Madeirense abriu caminho para pensar a cultura madeirense e a problemática da regionalização de tipo autonómico. A esta cultura autonómica detentora de uma especificidade e grau de elaboração que se situa acima do comum regionalismo, nós ensaiámos classificá-la, em resultado desse processo de reflexão então encetado, de cultura da regionalidade ou da nacionalidade imperfeita⁶.

Em nosso entender esta reflexão deve ser incrementada de forma séria e aberta, sem militantismos de afectação independentista ou fundamentalismos fanatizantes (que também os há no campo da cultura), numa perspectiva de enquadramento e de diferença identitária⁷. Para tal é fundamental o conhecimento das raízes em que assenta o caldo cultural em que fomos gerados como indivíduos e como povo, conscientes da nossa história, das nossas lutas, dos nossos ideais e dos traços identitários que

⁶ Cf. José Eduardo Franco, «Madeira, Mito da Ilha Jardim», in *Brotéria*, vol. 165, 2007; *idem*, «Madeira, Mito da Ilha Jardim», in José Eduardo Franco e Ana Cristina da Costa Gomes (coords.), *Jardins do Mundo: Discursos e Práticas*, Lisboa, Gradiva, 2008 (no prelo).

⁷ Para um aprofundamento desta problemática ver M. Oriol, «L'identité produite, l'identité instituée, l'identité exprime: Les confusions de théories de l'identité nationale et culturelle», in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, LXVI, Paris, 1979; e ver também Moisés de Lemos Martins, «Identidade regional e cultural – Do esquema teórico das oposições simbólicas aos esquemas práticos de acção social», in *Anais Universitários – Série Ciências Sociais e Humanas*, n.º 1, Universidade da Beira Interior, 1990, pp. 95-107.

fazem um povo definir-se enquanto povo marcado pela insularidade, não isolado nem isolacionista.

Conhecer a cultura madeirense passa por distinguir e valorizar a sua particularidade enquanto participante de uma totalidade mais vasta; uma particularidade engendrada no seio dessa totalidade que é a comunidade nacional portuguesa em que se insere como membro de pleno direito, que, por sua vez, participa da comunidade plural de povos, de culturas que definem o projecto de União Europeia que estamos empenhados em construir; diversidade essa que faz a sua riqueza e grandeza no quadro da comunidade humana universal em pleno processo de globalização.

Com efeito, na salvaguarda das particularidades culturais de cada povo encontra-se a possibilidade de fortalecer em termos de horizonte de sentido e de capacidade de mobilização para transformar a sua terra e o seu meio social, na perspectiva de um desenvolvimento sustentado para enfrentar o futuro com uma esperança assente em alicerces mais fundos.

Abertura

*Questionar a cultura madeirense**

JOSÉ EDUARDO FRANCO**

JOSÉ LUÍS DE SOUSA***

A ideia de realizar um «Congresso de Cultura Madeirense» nasceu da tomada de consciência por parte dos universitários madeirenses, dispersos pelas universidades do país, da nossa identidade cultural e do valor dessa realidade que nos é comum e que não podemos menosprezar. Esta tomada de consciência deu origem à Associação de Universitários Madeirenses (AUM) com o objectivo de manter vivos os laços com esta cultura e valorizá-la num processo de abertura à cultura universal. Estes objectivos e outros que a Associação pretende levar a cabo só podem ser realizados através da consecução de iniciativas concretas, onde haja lugar para o estudo, a investigação e o debate, bem como o encontro entre os que se interessam pela cultura. Este Congresso, a que damos início com esta sessão de abertura, é uma dessas iniciativas que a nossa Associação pretende levar a cabo com a colaboração de todos os que apostam nestes objectivos.

Este acontecimento cultural integra-se nas Comemorações dos 500 anos dos Descobrimentos Portugueses e tem em vista, precisamente, o estudo de uma cultura erguida no âmbito do dinamismo das descobertas portuguesas.

Estamos a assistir nos dias de hoje, e cada vez mais, a um processo de universalização da cultura. Com o avanço veloz dos meios de transporte e de comunicação, assiste-se à «aldeização» do nosso planeta e, progressivamente, à unificação da maneira de estar na vida e de se confrontar com a

* Discurso proferido pelo Presidente da Associação de Universitários Madeirenses na Sessão de Abertura do Congresso de Cultura Madeirense.

** Vice-Presidente da Associação de Universitários Madeirenses.

*** Presidente da Associação de Universitários Madeirenses.

existência. Assim, a cultura é directamente afectada, tendendo a ser igualizada a partir de um modelo considerado o mais comumente aceitável ou com mais capacidade de se impor para o bem ou para o mal. Apesar de este processo trazer imensos benefícios, acarreta, concomitantemente, as suas desvantagens, sobretudo quando se destroem patrimónios culturais pertencentes a toda a humanidade. Não obstante, nesta aldeia global que é cada vez mais o nosso mundo, paralelamente ao processo inverso de uniformização cultural, estamos a presenciar uma valorização das culturas locais, regionais e nacionais que poderá ser muito positiva e poderá equilibrar o processo anteriormente exposto, desde que não seja também ele absolutizado e não prescindir de uma atitude de abertura à cultura universal. Enquadra-se pois, nesta actualidade cultural do mundo contemporâneo, o nosso Congresso de Cultura Madeirense.

Estamos cientes de que é ousado falar, à partida, de uma realidade cultural totalmente original na ilha da Madeira. Porém, não foi essa a nossa pretensão, embora haja sem dúvida uma especificidade, resultante da expressão criativa do viver deste povo, que, perante as vicissitudes da história e uma geografia muito peculiar, soube criar um modo *sui generis* de «perfumar» a existência, transmitindo-o de geração em geração.

O arquipélago da Madeira, (re)descoberto entre 1418 e 1419 pelos capitães portugueses João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, abriu caminho para o seu povoamento pelo povo lusitano, assistido por outras gentes de raças e etnias diferentes (italianos, espanhóis, árabes, escravos negros, saxónicos) que, por várias razões, vão fixar-se nestas ilhas. Assim, com o povoamento e a exploração comercial da ilha, cria-se, pouco a pouco, um *modus vivendi* por parte dos colonizadores, informado por culturas e tradições díspares, devido à miscelânea de culturas. No entanto, a realidade cultural madeirense mergulhou inequivocamente na tradição cultural portuguesa, não se desvinculando desta, mas evidenciando uma tendência marcadamente regional.

A realidade cultural madeirense resume todo um contexto fortemente ligado à luta pela sobrevivência, ao esforço pela fixação do homem no meio natural, hostil a comodismos e a instalações fáceis. Uma realidade que resultou de uma necessidade constante de interajuda entre as diferentes classes sociais para que a vida pudesse vingar sobre as agruras do povoamento.

Aqui, o religioso desempenhou um papel decisivo na elaboração de elementos da vida deste povo e efectuou a elevação da vida para além do

suor quotidiano que brotava do trabalho e da luta que o homem madeirense tinha que travar de sol a sol para domar o solo agreste e vadio.

De qualquer modo, gostaríamos de frisar que o tema deste Congresso não pretende ser uma conclusão acabada, mas um enunciado metodológico que deverá ser questionado, trabalhado e, se possível, resolvido. Se este Congresso conseguir responder à questão: existe uma «cultura madeirense»? , ou, pelo menos, abrir caminhos nesse sentido, já realizou um dos seus objectivos. Sim, porque o objectivo deste Congresso não é primeiramente estudar em compartimentos estanques a nossa realidade cultural, trabalhada nestes cinco séculos de história, mas despertar para o valor da nossa riqueza cultural e abrir perspectivas de investigação neste campo. Seria muito positivo que saísse algo de concreto neste sentido.

Entre os já enunciados, o «Congresso de Cultura Madeirense» visa alcançar os seguintes objectivos: estudar a origem, a consolidação, a evolução, a actualidade e as peculiaridades do contexto cultural do povo madeirense.

Nesta base de estudo estão patentes três questões: as características da cultura madeirense; as perspectivas de investigação no campo desta cultura; a perspectivização e desenvolvimento no processo de abertura à cultura universal.

Para tal, pretende-se estudar a origem e a evolução da realidade cultural madeirense nos seguintes âmbitos: História, Tradições, Linguística, Literatura e Sociologia; dar a conhecer o panorama actual da cultura madeirense como o desaguar de um processo histórico e perspectivá-la em termos de futuro.

Em expectativa, fica o desejo de que este Congresso contribua para despertar um maior interesse pela investigação da riqueza cultural madeirense e para reconhecer o contributo desta para o património universal.

*Pertinência do estudo da cultura regional**

EDUARDO BRAZÃO DE CASTRO**

Em representação do Sr. Presidente do Governo Regional, quero começar felicitando a Associação de Universitários Madeirenses pela realização do Congresso de Cultura Madeirense. Não é esta a vossa primeira realização e, após esta, outras certamente surgirão. Abalancar-se à organização de um Congresso para estudar a origem e a peculiaridade da cultura madeirense é obra que compete realçar. Tal explica o imediato apoio à iniciativa por parte do Governo Regional. Com muito gosto constatamos o apoio de entidades como a Câmara Municipal do Funchal, a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, a Direcção de Coordenação dos CTT do Funchal, o Instituto de Bordado, Tapeçaria e Artesanato da Madeira e, claro, a Secretaria de Estado da Juventude. A presença de V. Exa., Senhor Secretário de Estado, testemunha o empenho com que sempre olhou os assuntos desta Região Autónoma e, creia, dá-nos grande satisfação.

Em nome desta Região Autónoma, gostaria também de agradecer a cada uma das personalidades de áreas como a História, a Literatura, a Linguística ou a Sociologia a sua presença neste congresso.

Esta iniciativa demonstra quanto o associativismo livre, e dispondo de condições, pode ser unificador no seio de uma comunidade.

Sempre tivemos uma visão integrada do desenvolvimento que a autonomia política possibilitou. Porque estou perante uma realização da Associação de Universitários desejo realçar o papel da universidade na Madeira e de todos os nossos universitários.

* Discurso proferido por Eduardo Brazão de Castro na Sessão de Abertura do Congresso de Cultura Madeirense.

** Secretário Regional de Educação, Juventude e Emprego da RAM.

Há uma década seria impensável imaginar esta realidade. Hoje, perto de mil universitários fazem os seus estudos na Região Autónoma. Com cada um deles e com cada um dos que fora da Madeira buscam a sua formação, a Madeira conta para a construção do seu futuro.

Assim se responde à falta de professores devidamente preparados e assim se aposta no desenvolvimento no que à ciência e à investigação diz respeito.

Mas esta iniciativa é algo que muito tem a ver com os anseios da nossa juventude. Uma política global para o sector implica conhecer as respectivas ambições, desejos, aspirações. Há que ser capaz de quebrar rotinas, rasgar horizontes e ser criativo.

Criaram-se condições efectivas para que a frequência até ao 9.º ano de escolaridade seja realidade mesmo antes de tal ser obrigatório e simplificou-se em muito o acesso ao ensino complementar.

Ano após ano o ingresso na universidade surge alargado. Alterações profundas na legislação sobre o arrendamento e uma política de construção de habitações e de apoio ao cooperativismo respondem a conhecido anseio.

Criaram-se, no que à Formação Profissional e Emprego diz respeito, novas condições, fazendo com que o desemprego registado seja pouco significativo.

Minhas senhoras e meus senhores, desejo que encontrem condições para o desenvolvimento do trabalho a que se propõem. Da nossa parte fica, desde já, a nossa admiração pela realização deste congresso e os votos dos maiores sucessos para os trabalhos que se vão iniciar.

*Identidade cultural e afirmação de Portugal na Europa**

MIGUEL MACEDO**

Eu não vou fazer nenhum discurso, porque julgo que um dos traços característicos de um Congresso de Cultura Madeirense deve ser o de alguma informalidade, muita polémica, muita discussão, para podermos atingir alguns objectivos que o Presidente da A.U.M. aqui teve o cuidado de enunciar no início desta sessão de abertura.

Julgo por isso que será mais apropriado, neste momento, tentar reflectir em dois ou três planos sobre algumas das questões que se colocam a todos nós que somos portugueses e a todos nós que nos preocupamos com questões tão importantes como aquelas que vão estar aqui em debate.

Para muitos daqueles que afirmam repetidamente – às vezes até com dados estatísticos –, para darem um cunho científico, e darem portanto mais peso às suas opiniões – que os jovens não se preocupam hoje com aquilo que é do domínio do imaterial, ou seja, as questões da cultura, as questões do espírito, todas essas questões da arte, eu julgo que o facto de estarmos hoje aqui a discutir matérias como aquelas que vão começar a ser discutidas e o facto de eu poder ter assistido durante estes meses em que estou no Governo a algumas realizações com estas características, é a prova de que todos nos importamos com estas matérias.

Lembro, aliás, uma saudável polémica que corre hoje em todo o país acerca do acordo ortográfico, que é uma questão na qual as pessoas não se abstêm de ter posição. Julgo que isso é positivo. Hoje discute-se se o acordo ortográfico é bom ou mau nos cafés. Isso é bom porque não

* Discurso proferido por Miguel Macedo na Sessão de Abertura do Congresso de Cultura Madeirense.

** Secretário de Estado da Juventude.

deve ser só discutido o acordo ortográfico na Academia de Ciências do país. Julgo que este facto acrescenta a nossa responsabilidade em relação a estas matérias. Isto porque vivemos numa época de transição muito grande, muito acelerada, com fracturas e clivagens importantes em relação àquilo que é o nosso viver tradicional e o nosso viver comum e, portanto, é natural que todos sintamos alguma insegurança.

Hoje o futuro não tem contornos bem definidos como tinha no passado; por isso mesmo ainda mais importante se torna conhecer o passado para afirmar o presente e garantir o futuro. Isto significa que temos como país e como povo um excelente ponto de partida: oito séculos de história que garantem que Portugal, como a mais velha nação da Europa, tem um passado, uma identidade, uma história e uma cultura. É este ponto de partida para a nossa afirmação nos diversos centros do poder cultural, e também nos diversos centros do poder económico em que estamos envolvidos. Não podemos ir para a Comunidade Económica Europeia, não podemos ir para a construção do mercado único, sem termos a clara afirmação da nossa identidade e da nossa cultura. Não podemos participar no grande jogo que é hoje a política internacional, sem conseguirmos afirmar com firmeza e ponderação a nossa cultura e a nossa identidade.

Julgo por isso que é importante esta realização, porque esta é uma parte importante da cultura e porque esta realização pode contribuir para um conhecimento ainda mais aprofundado daquilo que é a nossa cultura como povo e como nação. E julgo que é essencial afirmar aqui que a cultura de um povo, e sobretudo a cultura do povo português, não se faz com uma identidade absoluta. Há relativismos que é preciso respeitar e que sempre foram respeitados. Por isso, conhecer a cultura da Madeira é cumprir também uma outra perspectiva da identidade, da especificidade e até do individualismo como dimensão diferente daquela que nós conhecemos no passado, mas que valoriza e revaloriza, se quiserem, o todo.

Julgo, neste sentido, que é muito importante aquilo que podemos aqui fazer. Estou com grande expectativa em relação a estas conclusões. Espero contribuir muito modestamente na parte que me caberá em relação aos valores que são, no meu entender, os mais importantes para a juventude neste momento e para este objectivo final.

I

História e tradições

Para uma história do arquipélago da Madeira

JOEL SERRÃO*

Estou na verdade apertado para tratar em linhas gerais os problemas que considero fundamentais da história do Arquipélago da Madeira no breve espaço de tempo de que disponho. Eu não posso mais do que levantar, nas suas linhas essenciais, aquilo que me parece essencial.

Gostaria, antes de mais, de tornar bem claro que aquilo que vou fazer resulta da perplexidade de um madeirense mais preocupado com o futuro do que com o passado da sua própria ilha, do seu próprio país e do homem nos seus encontros consigo mesmo.

Aliás, não é novidade alguma, em termos da epistemologia do conhecimento histórico, sugerir que no fundo é a preocupação quer do presente, quer do passado, quer fundamentalmente do futuro, porque o passado na realidade não existe, é sempre uma passagem para o futuro. É, no fundo, uma dada perspectivação de ansiedades ligadas ao futuro que dá sentido às inovações e às procuras diversas do habitual no que respeita à trama complexa do passado. Ora bem, antes de mais, importa lembrar que o descobrimento do Arquipélago da Madeira se fez num contexto de viagens, digamos de explorações e do comércio de então entre o Algarve e Marrocos. É um encontro ocasional, não houve aí nenhum propósito e daí, perante essa descoberta ocasional, começa a alimentar projectos de valorização dessas ilhas encontradas. A colonização principiará com relativa rapidez a partir do descobrimento, e poderia aqui salientar – porque isso nos dá a ideia das realidades demográficas metropolitanas – que muito possivelmente, ao contrário daquilo que foi largamente sugerido

* Historiador; Fundação Calouste Gulbenkian; Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (já falecido).

e defendido, teriam sido os algarvios de facto a povoar a Madeira, até porque as relações eram muito fáceis aqui. Mas, se tivermos em conta as realidades demográficas portuguesas da época, e não só da época, entre o Algarve e o Minho, têm aparecido alguns indícios que tornam perfeitamente legítimo assegurar que a grande parte do inicial povoamento da Madeira foi feita não por algarvios, porque não havia algarvios para isso – o Algarve é uma região, como sabem, muito pouco povoada –, mas sim com minhotos. Aliás, a preponderância das influências culturais minhotas na Madeira, em detrimento das algarvias, ficou demonstrada tanto em termos documentais como de natureza demográfica.

Importa lembrar também que a Madeira foi desde cedo uma terra de escravos. A escravatura não foi de maneira alguma inventada pelos portugueses, escravatura houve em toda a civilização ocidental desde os gregos, passando pelos romanos, etc. Perante as tarefas novas que a colonização ia exigindo, lançou-se mão de uma realidade já antiga. É importante lembrar que algumas das tentativas iniciais do povoamento da Madeira fizeram-se com canários e depois ilhéus; a caça aos canários, que depois eram reduzidos à escravatura, é um facto que realmente teve pontos bastante elevados nos inícios da colonização portuguesa, embora aqueles pertencessem a um nível civilizacional bem superior àquele que os portugueses imaginavam. E realmente não se adaptaram aos trabalhos que lhes eram atribuídos. Por isso é que os canários foram maus escravos; no entanto, perduraram durante um tempo razoável, acabando por ser substituídos pelos negros, mais adaptáveis àquilo que deles se exigia. E na verdade os duros trabalhos vão ser cada vez mais exigidos a essa população escrava, sobretudo no que respeita a certas lavouras mais desenvolvidas no campo da cana-de-açúcar. Ora a minha intenção, nos trinta minutos que tentarei ocupar da melhor maneira possível, é tentar fazer abordagens extremamente rápidas, mas levantando um ou outro problema nos aspectos sucessivos da demografia, da evolução económica, da balança comercial, da evolução social, da educação, terminando pela cultura e procurando ainda fazer uma breve reflexão sobre o futuro.

No que respeita à evolução demográfica do arquipélago da Madeira, sobretudo da Madeira, é bem sabido que se formam duas pequenas bolsas urbanas: o Funchal e pouco depois Machico, que vieram a ser as capitais das duas capitánias. Para além de toda a ilha se caracterizar por uma ruralidade, não só envolvente, mas também crescente, na medida em que a

partir dessas urbes, dessas pequenas capitais da ilha, surgem iniciativas no sentido do desenvolvimento da agricultura, há uma população que, nos primeiros tempos, se desenvolve muito regularmente em proporções e ritmos que na verdade não temos elementos estatísticos para comprovar com rigor. Queria salientar, na perspectiva demográfica, que a emigração principiou em termos de vulto e de grande importância, por ordens superiores, por ordens reais, no contexto de uma emigração colonizadora dirigida ao Brasil. Isso só vai acontecer tardiamente, no século XVIII, sobretudo quando o Brasil tem em mãos problemas fronteiriços importantes a resolver e quando se pensa encaminhar para lá uma mão-de-obra que começa a sobrar, quer na Madeira, quer nos Açores. Essa emigração está na origem de fortes raízes em algumas regiões brasileiras de vestígios culturais e linguísticos da Madeira.

Eu considero colonizadora uma emigração *tout court* que vai realizar-se no tempo oportuno; um aspecto que gostaria de ver abordado por investigadores madeirenses seria o carácter algo caótico no que respeita aos portos de destino dessa emigração. Por exemplo, há no século XIX uma importante emigração para o Havai, centro do Oceano Pacífico. Para ir para o Havai era preciso fazer uma viagem que atravessava o Atlântico, contornava todo o continente americano, pelo Sul e depois tinha de atravessar metade do Oceano Pacífico. Uma viagem enorme, caríssima, mas que foi uma das vias que a dado momento se ofereceram à saída de emigrantes portugueses. No século XIX há, com o apoio do próprio Estado, uma emigração importante de madeirenses em direcção a Angola para o povoamento das regiões consideradas de grande interesse estratégico. Nos meus tempos de jovem aqui na ilha, estava na moda emigrar para o Curaçau, a pequena ilha próxima da Venezuela. É certo que muitos emigrantes que iam para o Curaçau acabavam por passar para a Venezuela, e esta acabou por afixar no seu horizonte um chamamento muito mais importante do que o Curaçau propriamente dito. Depois houve a emigração para a África do Sul. Nesse momento, segundo consta de elementos oficiais, os madeirenses emigraram para as ilhas do canal com relativa intensidade e também para a Austrália.

Queria chamar a atenção para o seguinte: dir-se-ia que há um modelo implícito, um modelo a que obedecem exactamente estas metamorfoses da emigração, que dir-se-ia sempre atento a uma chamada, a dadas condições especialmente benéficas em dadas regiões e em caminhos que são seguidos, qualquer que seja o ponto do mundo.

Não é assim, por exemplo, com os Açores. Os Açores são muito mais especializados nos focos fundamentais de atracção emigratória. Aqui os Estados Unidos da América sempre foram, e continuam a ser, o destino principal. Isto não quer dizer que não haja uma fuga para aqui ou para acolá, mas há correntes especialmente fixas. A emigração madeirense é nisto mais instável. Por que é que isto acontece? Evidentemente que importará explicar no momento oportuno.

A propósito da evolução da demografia, há uma questão que eu ponho. Como é que as taxas demográficas, sobretudo as taxas da natalidade e da mortalidade, se comportam neste momento e qual a tendência do seu comportamento nos próximos anos? Tentar conhecer a resposta para esta questão é absolutamente essencial para poder prever alguma coisa com realismo no que respeita a comportamentos futuros da emigração. Porque os comportamentos destas duas taxas demográficas são matéria fundamental para a investigação que eu de todo o coração sugiro aos investigadores madeirenses que procuram deitar um olhar sobre esta perspectiva.

No que respeita aos Açores, nosso vizinho, embora os comportamentos sejam bastante diversos nos dois arquipélagos, uma coisa é certa, como pude comprovar e dizer aos açorianos em Setembro passado na Ilha Terceira. Os Açores estão a caminhar a passos largos para uma situação extremamente grave de despovoamento e desertificação de algumas ilhas, tal como o indicam as taxas demográficas, sobretudo as de natalidade e mortalidade, e as tendências gerais que normalmente influenciam estes mecanismos. Evidentemente que eu não estou a prever esse perigo para a Madeira dada a enorme densidade demográfica e o conjunto de actividades de ordem económica, do turismo, etc., que permitem exactamente condicionar estes fenómenos de outra maneira.

No que respeita à evolução económica, é sabido, os colonizadores situados na ilha do Funchal tudo fizeram para sobreviver. Que tenham cultivado durante algum tempo, em quantidades maiores do que se tem considerado, o chamado «trigo das ilhas», é para mim um facto incontestável. Não só por razões de sobrevivência das populações, que se iam multiplicando, mas até por motivos de valor económico. Pode dizer-se que o trigo da Madeira é o primeiro ciclo importante da vida económica madeirense. É bem conhecido também o papel que o açúcar desempenhou e os vestígios deixados em diversos locais da Madeira. Houve uma

ruptura açucarina devido ao facto de a sua exploração se ter tornado pouco económica. Houve plantas tintureiras que tinham um alto valor mercantil. No que respeita ao vinho, é interessante lembrar que, se há na história da Madeira algo que tenha permanecido até aos nossos dias, embora com virtualidades renovadas em contextos diferentes, foi exactamente o vinho, cuja introdução é muito recente e cujo valor mercantil continua a ser muito importante na economia madeirense.

Não é necessário referir a importância que a indústria e a exploração de bordados tem tido pelo menos desde há algum tempo. Hoje (quem diz hoje, diz desde há vinte ou trinta anos), o turismo é um factor dominante da actividade económica madeirense. Sem dúvida que o é em razão dos atractivos do clima. Essa atracção começou com a falaz esperança de encontrar remédio para a tuberculose, o que a experiência veio a demonstrar que não funcionava porque não havia relação entre as duas coisas. Seja pelos atractivos do clima, com características próprias, pela atracção das viagens, pela curiosidade de turista, pela procura de curas no domínio de doenças de tuberculose, há particularmente desde os princípios do século passado uma presença estratégica ou económica cada vez maior dos ingleses na Madeira. Isto por razões político-militares até dado momento, e depois por razões económicas. Todavia, devo dizer que se me perguntassem quais são os aspectos fundamentais da balança comercial da Madeira, eu não estaria em condições de o dizer. Ou seja, julgo que o estudo feito nessa perspectiva, de estudos parcelares da balança comercial na Madeira, seria muito interessante e daria pistas muito curiosas para a compreensão das realidades culturais madeirenses.

No que respeita ao problema da educação, importa lembrar aquilo que, aliás, é óbvio. O fenómeno do analfabetismo generalizado é um fenómeno português quer continental, quer insular. Ele tem vindo a ser debelado através da generalização das letras. Aliás, aqui na Madeira depois do 25 de Abril de 1974, o salto é realmente vertiginoso. Recordemos que antes do 25 de Abril havia um liceu para toda a ilha. Uma escola industrial e comercial para toda a ilha. E hoje há escolas secundárias em quase todos os concelhos. Numa primeira visão das coisas, o desenvolvimento da escolaridade tem sido um dos fenómenos mais importantes dos últimos anos no arquipélago da Madeira.

Todavia, a importância do liceu e da escola industrial e comercial, pólos de atracção de certos grupos de ordem cultural e social madeiren-

ses, desempenhou um papel muito importante e a sua história tem por vezes surpresas de facto interessantes.

Há, portanto, nos últimos anos um enorme salto cultural realizado no Arquipélago da Madeira. Todavia devo dizer que o considero incompleto enquanto não houver uma universidade madeirense a funcionar de acordo com os limites e as competências que forem mais adequados aos problemas madeirenses, como, aliás, aconteceu com a Universidade dos Açores, que funciona já há uma série de anos.

Para terminar diria algo sobre a cultura. O isolamento do arquipélago madeirense é cada vez menor em termos de facilidades de comunicações e transportes. Eu pergunto-me se isso é um bem ou um mal. Há desvantagens e vantagens que não posso estar a especificar, pois são realmente patentes a quem quer que observe este problema.

Os pintores, os artistas e os investigadores madeirenses sempre foram existindo, alguns de carreira sobretudo local e com algumas repercussões metropolitanas. Pintores, artistas, repito, e investigadores houve sempre virtual e realmente no contexto das dificuldades próprias locais. Mais, a Madeira tem gerado alguns escritores e artistas de grande qualidade e peso a nível nacional. Para de alguma maneira concretizar aquilo que está nas minhas preocupações, eu pergunto: um Herberto Helder, por exemplo, poderia ser ou não o poeta que é, por outras palavras, com as vivências madeirenses que estão claramente patentes na sua obra, se não conseguisse emigrar para uma outra área cultural onde a sua liberdade de escutar fosse mais adequada? Se isso não tivesse acontecido, Herberto Helder teria desenvolvido a sua obra da forma que desenvolveu?

O turismo e a cultura enquanto tais são compatíveis? É possível a mundanização local do fenómeno turístico, mantendo as manifestações de ordem cultural específica, sem as contaminar com o que há de superficial, de imediatista do fenómeno turístico?

Faço votos pela identidade cultural do madeirense, mas em termos variáveis que são os seguintes: a insularidade, a nacionalidade a que pertence e a tendência universalizante sem a qual não há homem, nem humanidade que preste.

O clima como personagem histórica da Madeira

*Tentativa de captação das variações climáticas
pela aplicação do método fenológico**

JOSÉ MANUEL AZEVEDO E SILVA**

Nas últimas décadas, diversos historiadores têm colocado a hipótese e procurado detectar a ocorrência de flutuações climáticas de média e de longa duração, no período pós-glaciar, e, ao fazê-lo, estão a conferir ao clima uma dimensão temporal. Deste modo e por esta via, o clima deixa de ser considerado apenas como uma das componentes geográficas e é promovido à categoria de personagem histórica, protagonista de um importante papel no cenário ecossistémico da vida dos homens.

Se concebermos os fenómenos meteorológicos que a caracterizam e o clima de uma região como variáveis que influenciam o biótopo e a biosfera, imediata e facilmente nos apercebemos de que não é possível fazer história, e muito menos geo-história, sem fazer do clima uma personagem familiar.

Mas como será possível fazer história, tendo em conta o clima, de épocas anteriores ao registo sistemático dos elementos climáticos? Por outras palavras, como tentar captar eventuais variações climáticas antes do século XIX?

Vários investigadores têm ensinado a prossecução desse objectivo, pondo essencialmente em prática quatro métodos de pesquisa:

- o método episódico;

* Agradecemos à Comissão Directiva da *Revista Portuguesa de História*, onde, entretanto, revisto e anotado, saiu este texto (Coimbra, 1992, tomo XXVII), a licença para a sua republicação.

** Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- o método dendroclimatológico;
- o método glaciológico;
- o método fenológico ou dos ciclos vegetativos.

Procuremos caracterizar cada um destes métodos e ver o seu grau de cientificidade, de aplicabilidade e de eficácia.

1. Método episódico

Baseando-se em vários episódios económicos, o historiador sueco Gustav Utterström¹, no artigo intitulado «Climatic Fluctuations and Population Problems in Early Modern History», publicado em 1955, procura demonstrar a ocorrência de um arrefecimento do clima na Europa, no século XIV, apresentando em defesa da sua tese os seguintes sintomas: entre 1300 e 1350, a produção alimentar na Islândia, baseada predominantemente na cultura dos cereais, cede lugar à actividade piscatória; a ruína (a extinção) das colónias normandas na Gronelândia, no século XIV; o deslocamento dos esquimós para sul, na Escandinávia, na perseguição das focas, sua base alimentar, empurradas pelo avanço da calote gelada do Ártico; o retrocesso da viticultura inglesa no século XIV; o avanço glaciário na Islândia, iniciado nos princípios do século XIII.

Afirma ainda o mesmo autor que, na segunda metade do século XV e primeira da centúria seguinte, o clima escandinavo terá sido muito mais ameno, mas, nos finais do século XVI e no século XVII, terá registado um forte arrefecimento, talvez o mais acentuado, depois da era glaciária. Provas? A diminuição do rendimento dos cereais na Suécia, entre 1554 e 1640; em Inglaterra, no princípio do século XVI, as cerejeiras ganham terreno mais a norte (o que sugere um aquecimento do clima), mas, no século XVII, o frio obriga-as a recuar para sul; a diminuição do número de carneiros em Espanha, no século XVII.

A aplicação deste método suscita-nos as seguintes críticas: não se nos afigura correcto estabelecer uma relação directa de causa e efeito entre as crises económicas ou certos episódios de carácter económico e o arre-

¹ Gustav Utterström «Climatic Fluctuations and Population Problems in early modern history», in *The Scandinavian Economic History Review*, 1955, citado por Emmanuel Le Roy Ladurie, *Le Territoire de l'Historien*, Paris, Gallimard, 1973, pp. 425-428.

fecimento do clima. Não se podem, pois, explicar as variações do clima apenas por análise da economia, visto que as crises económicas podem ter muitas outras causas, além da climática. Daí que Emmanuel Le Roy Ladurie², nas suas excelentes obras, *Histoire du climat depuis l'an mil* e *Le territoire de l'historien*, tenha apelidado este método de anedótico.

Poderá, contudo, ter alguma utilidade subsidiária, quando articulado com outros métodos.

2. Método dentroclimatológico

Consiste este método na análise dos anéis concêntricos detectáveis na secção do tronco das árvores, a partir do qual se pretende determinar um maior ou menor crescimento das espécies arbóreas e estabelecer relações com as oscilações climáticas.

Tem sido praticado nos Estados Unidos da América em espécies arbóreas das florestas seculares do Colorado, da Califórnia e do Arizona, articula as variações do crescimento das árvores com as variações de temperatura e de pluviosidade³.

Pela utilização deste método, E. Shulman determinou um clima extremamente seco no sudoeste do continente norte-americano, no século XIII, bastante húmido no século XIV e novamente muito seco nos finais do século XVI⁴.

3. Método glaciológico

Em 1601, os habitantes da paróquia de Chamonix, nos Alpes setentrionais franceses da Sabóia, lançam um aflitivo alarme em carta dirigida às autoridades, informando que, desde o ano anterior, o avanço de um glaciar tinha arrasado duas aldeias (Châtelard e Bonanay) e ameaçava destruir uma terceira. A descoberta desta carta nos arquivos da Sabóia, em

² Emmanuel Le Roy Ladurie, *Histoire du climat depuis l'an mil*, Paris, Flammarion, 1967, e *Le Territoire de l'Historien*, Paris, Gallimard, 1973. Ver a extensa bibliografia que acompanha estas duas obras.

³ Emmanuel Le Roy Ladurie, *Le Territoire de l'Historien*, pp. 428-440.

⁴ *Idem, ibidem.*

1920, pelo investigador Lettonnelier, constitui, sem dúvida, um marco importante no processo de determinação das variações climáticas, em épocas anteriores ao registo sistemático dos factores do clima⁵.

Mas o alarme de Chamonix não é o único testemunho da progressão glaciária dos Alpes: em 4 de Agosto de 1546, o viajante Sebastião Münster observou e descreveu o avanço do glaciar do vale superior do Ródano; entre 1596 e 1630, o avanço dos glaciares formou lagos gelados nas pradarias dos vales de Vernagt, no Tirol; em 1600-1601, os gelos glaciários ocuparam terras de cultura em Grindelwald, na Suíça, soterrando a capela de Santa Petronilha; também entre 1596 e 1603, o glaciar de Ruitor progride rapidamente no vale de Aosta, na Itália setentrional, a norte de Turim⁶.

Vários testemunhos documentais mostram, pois, o avanço glaciário, com algumas flutuações nas altas vertentes dos Alpes, na Escandinávia, na Islândia e até na América do Norte, a partir dos meados do século XVI, até meados do século XIX, período a que alguns autores já chamaram «pequena era glacial». Assim, os glaciares de Chamonix atingiram máximos de progressão em 1601, 1720, 1777 e 1850 (entre 1620 e 1630, os glaciares terão coberto uma terça parte dos terrenos cultivados de Chamonix); o máximo dos glaciares de Bossons e de Ruitor foi atingido em 1679, o mesmo acontecendo no ano seguinte com o de Fernau, na Suíça; na Noruega, o glaciar de Jotunheim progrediu, a partir de 1695, no vale do Abrekke e, pouco a pouco, esmagou as florestas e as pradarias, atingindo o máximo por volta de 1720; a sudoeste do Báltico e no vale do Tamisa, locais onde entre 1460 e 1550 não se tinham registado gelos, verificam-se Invernos rigorosos na segunda metade do século XVI e nos séculos XVII e XVIII; na Islândia, registaram-se avanços glaciários nos séculos XVII e XVIII, o mesmo acontecendo nas montanhas do Cáucaso⁷.

Nos meados do século XIX, o glaciar do Ródano, que nos dois séculos anteriores ocupara o vale de Gletsch, começa a recuar, com algumas flutuações, até aos nossos dias, o mesmo acontecendo com os restantes glaciares alpinos, escandinavos, caucasianos e norte-americanos⁸.

Depois das eras glaciárias de Mindel, Riss e Würm, a última das quais terminou há cerca de quinze mil anos, o período que medeia entre 1590 e

⁵ *Idem, Histoire du climat depuis l'an mil*, pp. 120-122.

⁶ *Idem, Le Territoire de l'Historien*, pp. 419-423; *Histoire du climat depuis l'an mil*, p. 103.

⁷ *Idem, Histoire du climat depuis l'an mil*, pp. 102-215.

⁸ *Idem, Le Territoire de l'Historien*, pp. 419-423.

1850 terá sido o mais frio e o mais longo, suscitando, portanto, aos especialistas a designação de «pequena era glaciár» que, no entanto, deverá ser usada com prudência e sempre entre aspas⁹.

4. Método fenológico

Este método assenta nas variações do ciclo vegetativo e na sua relação com as oscilações climáticas. A precocidade ou o atraso da floração das plantas e da maturação dos frutos determina a época das colheitas, e o registo destas, particularmente das ceifas e das vindimas, permite captar as oscilações climáticas.

A pesquisa sistemática nos arquivos franceses tem revelado a oscilação da data das vindimas, desde o século XIV. Por exemplo, em 25 de Setembro de 1674, os nove anciãos de Montpellier designados para o efeito declararam as uvas maduras e marcaram as vindimas para os dias seguintes¹⁰; mas os homens de Lunel, igualmente na região meridional da França, consideraram as uvas maduras em 12 de Setembro de 1718 e fixaram o começo das vindimas para o dia 19¹¹. Por outras informações provenientes do Languedoc e da Floresta Negra, onde as vindimas também foram temporãs, conclui-se que, na Europa, as vindimas nesse ano de 1718 foram particularmente precoces em relação aos anos anteriores e posteriores.

M. Garnier, utilizando dados meteorológicos do Observatório de Paris e os dos registos da época das vindimas no século XIX, em Argenteuil, em Dijon e em Volnay, demonstra que há efectivamente uma correspondência directa entre a curva meteorológica das temperaturas médias de Abril a Setembro e a curva fenológica da data das vindimas¹².

Articulando, pois, os dados fornecidos pelas quatro vias de pesquisa que temos vindo a seguir, parece poder concluir-se que, a um período frio que abrangeu a última parte do século XIII, todo o século XIV e primeiros anos do século XV, se seguiu um período quente até finais do século XVI; seguiu-se o longo e frio período da «pequena era glaciár»,

⁹ *Enciclopédia FOCUS*, vol. II, pp. 696-697. Emmanuel Le Roy Ladurie, *Histoire du climat depuis l'an mil*, p. 210.

¹⁰ Emmanuel Le Roy Ladurie, *Le Territoire de l'Historien*, p. 441.

¹¹ *Ibidem*.

¹² *Ibidem*, p. 442.

desde os finais do século XVI até aos meados do século XIX, altura em que o degelo dos glaciares e o seu recuo testemunham um aquecimento climático que vem até aos nossos dias.

Numa análise crítica dos quatro métodos de pesquisa climatológica a que acabámos de nos referir, diremos que o método episódico não é científico e apenas tem alguma validade se articulado com os restantes métodos. O método dendroclimatológico é científico, mas revela-se lento, delicado, difícil e dispendioso. Os métodos glaciológico e fenológico são científicos, de manejo simples e de resultados palpáveis e seguros, aumentando a sua eficácia se articulados de forma complementar, uma vez que um detecta as flutuações climáticas inverniais e o outro as estivais.

Passemos agora ao caso particular da Madeira e façamos transitar para aqui o resultado das reflexões que temos vindo a fazer em relação a outros espaços. Terão ocorrido na Madeira, nos seus tempos históricos, variações climáticas?

E qual o método ou métodos mais adequados à sua verificação?

O método glaciológico, pela razão óbvia da inexistência de glaciares na cordilheira montanhosa da Madeira, pelo menos na época pós-glaciária, não tem aqui qualquer aplicabilidade. O método episódico, só por si, pelas suas limitações, nada poderá comprovar. O derrube da floresta primitiva de grande porte e o sucessivo corte da que foi crescendo reduz o campo de pesquisa do método dendroclimatológico, mas talvez ainda pudesse ser ensaiado com algumas probabilidades de êxito nas espécies arbóreas dos nichos botânicos da antiga floresta, ainda existentes na vertente norte da ilha. O método fenológico é, sem dúvida, viável e aquele que se revela mais adequado como operatória, na pesquisa das variações climáticas de média e de longa duração, no espaço madeirense.

A Madeira é hoje mundialmente conhecida, entre outras coisas, pelo seu clima, ameno, de fraca amplitude térmica anual e diária, caracterizando-se ainda pelos seus diversos microclimas, geradores de múltiplos cambiantes e contrastes da paisagem que delicia e extasia os visitantes. Mas o seu clima terá sido assim no passado?

É esta a nossa proposta de trabalho e, com as ferramentas mentais e os dados documentais que conseguimos reunir, vamos procurar operar sobre a realidade, de modo a tentar alguns resultados.

Pelos finais de Março de 1455, é com espanto que Cadamosto refere ter ouvido dizer na Madeira «a homens de bem e dignos de crédito, terem visto nesta ilha, pela temperança do ar, agraço e uva madura na semana santa ou por toda a oitava da Páscoa»¹³. Em relação ao Porto Santo, diz Cadamosto que o dragoeiro «produz um certo fruto que no mês de Março vem a estar maduro e muito bom para comer, e é à maneira de cerejas, mas é amarelo». Acrescenta ainda que, nas Canárias, se ceifam as searas nos meses de Março e Abril¹⁴. Em 1587, Torriani, o engenheiro militar que nessa qualidade e por incumbência de Filipe II esteve nas Canárias, transcreve, e não desmente, os dados de Cadamosto a este respeito¹⁵.

Nos princípios do século XVI, Valentim Fernandes confirma, por outras palavras, as asserções de Cadamosto. Referindo-se à Madeira, escreve este autor, no seu estilo sincopado: – «Uvas sem caroços, em Março maduras»¹⁶.

Ainda que, prudentemente, se coloquem algumas reservas à afirmação solta de Valentim Fernandes e ao «ouvir dizer» de Cadamosto, temos o «claramente visto» de outro italiano, o conde Giulio Landi, que, cerca de 1530, esteve vários meses na Madeira, e que afirma peremptoriamente ter ele próprio comido da Madeira uvas maduras a 21 de Maio, dia de Pentecostes. Diz textualmente: – «Aqui amadurecem todos os frutos mais cedo que na Itália. Eu, no dia de Pentecostes, que foi a vinte e um de Maio, comi aqui uvas maduras»¹⁷.

¹³ «E ho udito da uomini da bene e degni di fede, aver visto in questa isola per la temperie dell'aere, agresto e uva matura la settimana santa, ovver per tutta l'ottava di pasqua». Cadamosto, *La Prima Navigazione*, publicada por António Aragão, *A Madeira vista por estrangeiros (1455-1700)*, Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura – Direção Regional dos Assuntos Culturais, 1981, p. 33.

¹⁴ *Ibidem*, pp. 35 e 36.

¹⁵ Leonardo Torriani, *Descrittione et Historia del Regno de l'isole Canarie gia dette le Forunate com il parere loro Fortificationi*, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, *Códice 314*, fls. 110 e 112.

¹⁶ *O Manuscrito «Valentim Fernandes» (1507)*, organizado por Joaquim Bensaúde e António Baião, Lisboa, Academia Portuguesa da História, Publicações Comemorativas do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal, 1940, pp. 111 e 114. Relativamente à manutenção dos frutos do dragoeiro, Valentim Fernandes diz que «esta arvore produz huũ fruto que no mês de Março vem ser maduro e he bõo de comer e parece em grandura com ceresas se nom he (*sic*) he amarelha».

¹⁷ «Quivi si maturano tutti frutti più per tempo che non fanno ne l'Italia. Io nel giorno de la Pentecoste, che fù a vent'uno di Maggio, vi mangiai de l'uva matura.»

E as palavras de Giulio Landi são corroboradas pelo seu compatriota, Pompeo Arditi, que esteve na Madeira entre 11 de Maio e 13 de Junho de 1567, que assevera ter comido, em 12 de Maio, uvas, figos e melões e acrescenta que os homens da ilha o informaram de que até em Março começavam a comer pão novo. Diz ele: – «As suas colheitas vêm muito mais cedo que as nossas, pois, a 12 de Maio, ali comemos pão novo, uvas, figos e melões, mas os homens da ilha dizem que até em Março começam a comer pão novo.»¹⁸

Antes de confrontarmos estes testemunhos do ciclo vegetativo nas ilhas madeirenses, nos séculos XV e XVI, com o que detectámos nos séculos seguintes, não queremos deixar de chamar a atenção para o «fogo espantoso que desceu do céu, caiu e abrasou a ilha da Madeira, dia de Santa Ana, a 26 de Julho de 1593». Diz o documento com este título que «houve vinte e quatro horas de tão grandíssimo fogo de calma do Ceo, ventando vento Leste, que não havia pessoa viva que dentro destas vinte e quatro horas saísse de casa, nem abrisse a janela, nem se podia soffrer dentro das casas, nem se podia nestas estar por ser o ar tão quente, que tudo era cuidarem que perecião, e o vento era tal que parecia queimava os ossos, cousa que jamais os homens virão nestas partes. Neste tempo das vinte e quatro horas se estima a perda que trouxe nas vinhas em duzentos mil cruzados, porque muitas ficaram vendimadas, ficou tudo tão abrazado e de tal maneira que, tomadas nas mãos as folhas, se lhes fazião como cinzas, cousa de grande admiração»¹⁹. A culminar este fenómeno, pela meia-noite, uma descarga eléctrica, em forma de raio, caiu sobre o Funchal, desencadeando um gigantesco incêndio que devorou 154 moradas de casas com seus haveres²⁰.

Pelas características deste fenómeno atmosférico, parece-nos estarmos perante o efeito de Föhn ou perante as condições climáticas do Leste, ou ainda perante uma situação decorrente da conjugação de ambos os fenómenos, desta feita de intensidade extrema, marcando, porventura, o

¹⁸ «Il raccolto loro vien molto più presto che il nostro, imperocchè alli 12 de Maggio noi mangiamo pan nuovo, uva, fichi e meloni ma gli uomini dell'isola dicevano che insino da Marzo incominciavano a mangiar pan nuovo.» *Il Viaggio che fece Pompeo Arditi da Pesaro all'isola di Madera e alle Azzerre*, publicada por António Aragão, ob. cit., p. 126.

¹⁹ Documento publicado por Álvaro Rodrigues de Azevedo na nota XXVI a *As Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso, o qual informa tê-lo copiado de uma *Miscelânea de Manuscritos*, da Biblioteca Pública de Lisboa, catalogada com a cota B-3-36.

²⁰ *Ibidem*.

ponto culminante e de viragem de um ciclo climático quente que determinou o carácter espantosamente temporão do ciclo vegetativo do arquipélago, nos séculos XV e XVI, para um ciclo mais frio nos séculos seguintes. Vamos procurar captar essa viragem.

O primeiro sintoma dessa mudança climática assoma precisamente do silêncio das fontes. As fontes históricas valem não só por aquilo que dizem, mas também, e muitas vezes de forma eloquente, por aquilo que não dizem. Com efeito, das fontes setecentistas e oitocentistas por nós compulsadas, nenhuma delas se refere à incrível precocidade da maturação dos frutos, o que, se nada confirma, aumenta em nós a suspeita de um ciclo climático mais frio que o anterior.

Mas cremos poder demonstrá-lo pela positiva. Se, como nos informam as fontes atrás referidas, em Maio e até pela semana santa já havia na Madeira, nos séculos XV e XVI, uvas maduras, as vindimas, ocorrendo normalmente cerca de dois meses após o que se chama o «pinto» (arroxamento das primeiras uvas), as vindimas, dizíamos, deveriam realizar-se, nesses séculos, no mês de Julho. Mesmo tendo em conta o factor correctivo de dez dias introduzido pelo calendário gregoriano (que substituiu o juliano), pelo qual o dia seguinte à quinta-feira 4 de Outubro de 1582 passou a ser sexta-feira dia 15 desse mês e ano²¹, mesmo assim, as vindimas na Madeira, nos séculos XV e XVI, nunca terão ocorrido depois da primeira quinzena de Agosto.

Ora, temos aqui um avanço, em relação aos nossos dias, de cerca de dois meses, o que só se pode explicar por condições climáticas muito mais quentes nesses dois primeiros séculos de história da Madeira.

Demonstrada, com base na aplicação do método fenológico, a enorme variação climática da Madeira, entre os séculos XV e XVI e os tempos actuais, impõe-se-nos a interrogação. Quando terá ocorrido a viragem climática?

A partir das informações das cartas comerciais do mercador de vinho William Bolton, tomemos a data das vindimas na Madeira, nos finais do século XVII.

Em carta datada de 13 de Setembro de 1696, Bolton informa que «a próxima colheita se prevê escassa»²². Portanto, nesta data, a vindima ainda não está feita. E, em 30 desse mês, escreve: – «Ultimamente tem

²¹ *Enciclopédia FOCUS*, vol. I, p. 620.

²² *The Bolton Letters*, publicadas por António Aragão, ob. cit., p. 323.

chovido muito e cerca de metade da vindima já realizada resultará muito boa, embora receemos ser muito ordinária a outra metade a ser feita, na qual está incluída a maior parte do malvasia.»²³ Logo, no último dia de Setembro de 1696, a vindima está apenas meio feita. Em carta de 18 de Outubro de 1697, escreve: – «Terminou a vindima na ilha, que foi muito pequena e a mais escassa de que se tem conhecimento.»²⁴ Em 1698, a floração das videiras ocorreu em meados de Junho, pois, pela sua carta de 17 de Julho, diz-nos Bolton que «a meio do mês passado caíram grandes chuvas que destruíram muita uva em floração» e, em outra carta de 6 de Outubro, informa que «a vindima está a acabar»²⁵. Na carta de 17 de Setembro de 1699, escreve: «Estamos agora em plena vindima, com tempo propício, pelo que os vinhos deverão ser bons.»²⁶ Na sua carta de 4 de Setembro de 1700, afirma que «a nossa vindima começou ontem» e, a 14 do mesmo mês, acrescenta que «prossegue muito bem»²⁷.

Portanto, do testemunho probatório das cartas de Bolton podemos concluir que, nos finais do século XVII, o começo e o fim das vindimas na Madeira oscilava entre os princípios de Setembro e os meados de Outubro.

Está, pois, encontrada a viragem climática que somos levados a situar na passagem do século XVI para o século XVII.

Relativamente à data da colheita dos cereais, ela confirma a das vindimas. Assim, ao estudarmos de uma forma abrangente a extensa documentação do Arquivo Histórico Ultramarino e do Arquivo Regional da Madeira, nomeadamente no que diz respeito à crónica falta de cereais, verificamos que a produção interna, em anos de colheita normal, apenas chegava para quatro meses (e isto se o montante do dízimo fosse tomado por compra). Nos restantes meses aparecem os insistentes e angustiantes fluxos informativos a tentarem resolver o abastecimento de cereais panificáveis, pela importação dos Açores, do Reino, da Espanha, da Itália, da França, da Holanda, da Inglaterra, das Canárias e das Américas.

Em maus anos agrícolas os documentos pedindo o abastecimento de cereais começam logo em Setembro, mas todos os anos se prolongam

²³ *Ibidem*.

²⁴ *Ibidem*, p. 341.

²⁵ *Ibidem*, pp. 350 e 352.

²⁶ *Ibidem*, p. 366.

²⁷ *Ibidem*, pp. 382 e 383.

até Abril, Maio, Junho e mesmo Julho. Um dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, datado de 15 de Junho de 1756, diz que «ou pelos efeitos do terramoto, ou pela seca, não há esperanças de que os moradores do Porto Santo tirem as sementes para a agricultura da terra»²⁸.

Ora, esta documentação prova que, nessa época, em Junho, mesmo em ano seco, ainda não havia «pão novo» no Porto Santo, o que demonstra o considerável atraso do ciclo vegetativo, comparado com o registado nos séculos XV e XVI, em consequência dum ciclo climático acentuadamente mais frio nos séculos XVII e XVIII.

Indicadores doutra natureza parecem corroborar os do ciclo vegetativo. Referimo-nos ao caso das doenças do aparelho respiratório que, como sabemos, têm íntima relação com as condições do clima. Relativamente ao arquipélago da Madeira, há notícia do aumento dessas doenças no século XVII que, por vezes, assumia foros de calamidade pública, mobilizando não só os escassos recursos sanitários como os pletóricos meios religiosos em acções e manifestações tendentes a debelar e aplacar o mal. Particularmente expressivo a este respeito é um relato do cura da Sé do Funchal, Francisco de Bettencourt de Sá, pelo qual ficamos a saber que, em Abril de 1686, grassou em todo o arquipélago um terrível surto de «catarrhos, pleurises, pontadas, tabardilhos e garrotilhos»²⁹.

Do confronto articulado de tudo o que se disse, duas conclusões, a nosso ver, podem tirar-se: primeira, o clima da Madeira sofreu variações desde o século XV até aos nossos dias; segunda, essas oscilações tendem a coincidir com as verificadas na Europa e até na América do Norte, ou seja, um ciclo muito quente, nos séculos XV e XVI, um ciclo longo e muito frio, a que alguns autores chamaram «pequena era glacial», durante os séculos XVII, XVIII e primeira metade do século XIX, e um ciclo ainda em curso que regista uma amenização do clima a partir dos meados do século XIX.

Parece-nos, pois, que os investigadores da história da Madeira poderão alargar o seu campo de análise e robustecer a sua construção histórica se, pela adequada utilização dos métodos de investigação climatológica, juntarem às suas operatórias mentais o modelo interpretativo dos ciclos climáticos.

²⁸ Arquivo Histórico Ultramarino, *Madeira e Porto Santo*, Caixas 1, 2 e 3, catalogadas, documentos vários. Arquivo Regional da Madeira, *Verações*; apenas a título de exemplo, vejam-se os livros n.ºs 1322 (1620), 1326 (1632), 1336 (1678) e 1339 (1693).

²⁹ *Livro Oitavo dos «Defuntos da Sé»*, in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. V, pp. 34-36.

E este modelo abre, quanto a nós, algumas pistas que poderão ser fecundas, se devidamente exploradas. Por exemplo: constata-se uma coincidência entre os ciclos climáticos quentes e os dois «ciclos do açúcar», mas haverá alguma relação entre eles?

E o «ciclo do vinho» terá alguma conexão com os ciclos climáticos, nas opções da organização do aparelho produtivo da Madeira?

E as flutuações da desflorestação e da reflorestação terão alguma relação com as variações climáticas?

Sabido, como é, que as doenças do aparelho digestivo se agravam com o aquecimento das condições climáticas e as do aparelho respiratório com o seu arrefecimento, poderão determinar-se relações etiológicas a este respeito?

E a cultura madeirense não poderá, ela também, ser questionada e perspectivada à luz da metodologia de investigação e dos modelos operatórios que formulámos e que deixámos expostos?

*A Madeira na época dos Descobrimentos:
estruturas sociais da expansão portuguesa*

MIGUEL JASMIN RODRIGUES*

É hoje um dado adquirido que os espaços políticos do Antigo Regime, bem como os da Baixa Idade Média, se organizam e representam de forma bem distinta da nossa, actual. Acrescente-se a esta ideia uma outra, que recolhe também crescente atenção, a do espaço como um modo social, histórico, de organização e utilização do real.

Juntem-se estas duas ideias-base e, a partir delas, procure-se uma inteligibilidade para os *descobrimentos* como instrumento criador de espaço para a *expansão*. Nesta perspectiva a ilha da Madeira adquire um significado especial como objecto de estudo das estruturas sociais propiciadas pela Expansão. Concretamente, teremos assim a História da Madeira tanto enquanto especificidade da ilha e da sua sociedade, como enquanto «modelo» de um processo mais geral que a engloba.

São estas as ideias centrais desta comunicação onde se procurará também referenciar o contributo da geração historiográfica anterior para a caracterização da identidade cultural da nossa Ilha.

0. [A investigação, antes e agora]

Tal como qualquer outra área de investigação científica, a produção historiográfica define-se como um conjunto de conhecimentos e métodos de trabalho em permanente mutação e alargamento. Assim, nada é imutável ou «definitivo»; pelo contrário, tudo é susceptível de, com dados suplementares

* Historiador; Instituto de Investigação Científica Tropical.

ou novas interrogações, ser reanalisado, permitindo um conhecimento cada vez maior do que fomos como sociedade num determinado momento.

Esta perspectiva, que transforma cada trabalho de História num simples «elo», cronológica e teoricamente datado, na cadeia da produção historiográfica, obriga-nos, assim, quando iniciamos um trabalho, a reconhecer cuidadosamente os estudos anteriores adoptando perante os mesmos um posicionamento de crítica e de respeito.

De crítica, porque, por vezes, «envelheceram» ou, com grande frequência nos trabalhos de qualidade, a sua própria existência permitiu levantar problemas de que até aí nem se suspeitava...

De respeito, porque, em qualquer caso, o que hoje conseguimos pensar se deve sempre em muita boa parte ao trabalho dos que antes de nós vieram. E é esta última atitude que os homens do Renascimento, com rara felicidade, tão adequadamente traduziam na frase «Somos anões sobre os ombros de gigantes. Por isso vemos mais longe», que procuraremos assumir.

1. [Os inícios da historiografia: nomes e obras fundadores]

A prosa historiográfica com pretensões científicas inicia-se na nossa terra com Álvaro Rodrigues de Azevedo que, no último quartel do século XIX, faz imprimir, com abundantes anotações, o segundo volume de *Sandades da Terra*, de Gaspar Frutuoso. Trata-se, como bem sabemos, de uma obra cuja influência ainda hoje se faz sentir, mas trata-se também de uma obra de tal modo marcada pelas opções político-ideológicas do autor que em muitos espaços se torna difícil continuar a utilizá-la como referência.

Entretanto, a influência de Álvaro Rodrigues de Azevedo vai, aliás, já no século XX, ser fortemente reforçada pelo apreço que lhe demonstraram, entre outros, Damião Peres – autor de *A Madeira sob os Donatários* – e o P.^e F. Augusto da Silva, em especial no seu famoso *Elucidário Madeirense*. Deste modo, apesar de alguns contributos importantes que em análise mais detalhada cumpria assinalar, a produção científica em história terá de esperar pelo fim dos anos quarenta/início dos anos cinquenta, para que apareçam autores com solidez suficiente para poderem continuar a ser ainda hoje utilizados. Entre estes, permitimo-nos destacar: Ernesto Gonçalves, Fernando Jasmins Pereira, Joel Serrão.

Os dois primeiros faleceram já e, se os Trabalhos sobre História da Madeira de Fernando Jasmins Pereira estão em curso de edição graças à iniciativa do Centro de Estudos de História do Atlântico, os estudos de Ernesto Gonçalves – que pode justamente considerar-se pioneiro de uma prática historiográfica científica – continuam dispersos em revistas que hoje são pouco acessíveis. Quanto ao último dos três autores atrás citados está, felizmente, vivo e presente entre nós, pelo que nos permitimos a liberdade de apelar publicamente para que faça publicar rapidamente os seus preciosos artigos sobre História da Madeira.

Acrescente-se que esta renovação ocorrida nos anos cinquenta se ficou a dever, ao menos em parte significativa, à existência da revista *Das Artes e da História da Madeira*, dirigida pelo engenheiro L. Peter Clode cujos trabalhos seria injusto não referir.

Por outro lado, e já em finais da década de cinquenta, processa-se igualmente, sob a direcção do Doutor J. Pereira da Costa, uma renovação no então *Arquivo Distrital do Funchal*, cuja revista suporta, sem favor, o cotejo com as suas congéneres de países mais avançados.

Assim, em finais dos anos cinquenta/princípio dos anos sessenta poderia pensar-se estar «garantido» o arranque do trabalho em história da Madeira, tanto mais que ao esforço destes quatro insulares se juntavam vários estudos importantes de historiadores estrangeiros e do continente; entre os quais, sem qualquer preocupação de exaustividade, seria impossível não citar trabalhos como os de Virgínia Rau e J. Borges de Macedo – *O Açúcar na Madeira...* –, Charles Verlinden – «Henri Le Navigateur, songeait-il se créer un état insulaire» e «Formes féodales et dominiales de la colonisation portugaise dans la zone Atlantique et spécialement sous Henri Le Navigateur» – e Albert Silbert – *Madère: un carrefour de l'Atlantique*.

Tudo parecia assim propiciar um adequado desenvolvimento da nossa historiografia, mas tal não foi o caso e, salvaguardadas as excepções maiores que nos parecem ser *O Porto do Funchal no Século XVIII* de João José de Sousa e a publicação do *Tombo I da Câmara do Funchal* em transcrição de Luís de Sousa Melo, será necessário esperar até estes últimos anos para, com as revistas *Atlântico* e *Islenba*, o Centro de Estudos de História do Atlântico e os Colóquios Internacionais sobre História da Madeira, assistir ao que se nos afigura um relançamento promissor do trabalho historiográfico na nossa terra. Acrescente-se que desta vez três dos mais significativos autores – Alberto Vieira, João José de Sousa e Nelson Veríssimo

– residem na ilha e dois deles ocupam, institucionalmente, posições que lhes permitem incentivar eficazmente o trabalho em História.

Finalmente, é de justiça acrescentar que nestes últimos anos a própria regionalização terá contribuído para «impor» aos responsáveis políticos uma mais atenta consideração pela nossa história enquanto vector de uma especificidade regional que importa conhecer e divulgar. E esta circunstância tem propiciado verbas menos magras neste campo da cultura madeirense.

2. A especificidade madeirense: conhecer e divulgar

E a preocupação em «utilizar» a História não deve escandalizar ninguém desde que tal utilização não degenera numa falsificação dos factos. Na verdade, que a primeira preocupação do historiador seja a imprescindível atenção ao seu próprio tempo, o necessário envolvimento nos processos seus contemporâneos era já a recomendação urgente de Marc Bloch no seu magnífico *Apologie pour le métier d'historien*, pobremente traduzido em português como *Introdução à História*.

Nada de novo nem de censurável, portanto, na preocupação de fundar historicamente a especificidade da ilha. Só que para que tal seja válido é obrigatório não esquecer que só se divulga o que se conhece, o que se estudou...

Não colhem assim quaisquer precipitações que pretendam «ilustrar» a especificidade da ilha com pequenas historietas apanhadas aqui e além, isolando-as artificialmente do seu contexto e construindo graves anacronismos que, longe de fundamentarem uma inteligibilidade do presente, a podem viciar por completo. E ousamos produzir esta afirmação, porque temos ainda bem presente do II Congresso da História da Madeira a pretensão de fundamentar as autonomias insulares, fazendo-as remontar aos capitães-donatários...

Assim, deve-se procurar averiguar como ao longo dos tempos se foi criando e consolidando na ilha uma especificidade que, à primeira vista, parece resultar da sedimentação e interacção de várias pequenas diferenças ou até, nalguns casos, da simples aplicação num espaço restrito do que era norma em áreas mais vastas.

3. Os espaços políticos do Antigo Regime

É hoje um conceito relativamente pacífico que cada sociedade histórica concreta tem os seus modos próprios de organização do espaço e que nessa organização os critérios prevalecentes não são sempre da mesma natureza. Entretanto, o peso decisivo que a *esfera do económico* tem nos nossos dias, conjugado com o prestígio de uma historiografia que fez do económico-social a raiz determinante de todas as estruturas, leva-nos, por vezes, a esquecer que tal não é uma regra universal e que o que é válido para as sociedades industriais, desenvolvidas, dos nossos dias não tem de o ser, obrigatoriamente, para outras sociedades.

Concretamente, no que concerne às sociedades insulares do Quatrocentos português, talvez valha a pena realçar de novo que a matriz estruturante parece bem mais de natureza «político-senhorial» do que propriamente de âmbito «económico-comercial».

O primado parece incidir na *detenção e exercício do poder*, a qual, por sua vez, se traduz em benefícios materiais bem concretos. Sintomática será, aliás, a preocupação, bem presente na documentação da época, em dissociar a produção do comércio, quer limitando o período de estadia dos comerciantes na ilha, quer procurando impedir o seu acesso à propriedade fundiária.

Como dizíamos em comunicação apresentada em 1987, em Angra do Heroísmo, este facto parece estar longe de ser secundário ou acessório e, muito pelo contrário, poderá residir nele uma das chaves da dominação social da pequena nobreza em cada ilha.

Na verdade, ao impedir o capital comercial de dominar directamente a produção, ao preservar o quase monopólio da nobreza local sobre a posse da terra e, conseqüentemente, sobre a produção, estabelecem-se pequenos espaços políticos, adequados, portanto, ao fortalecimento do seu domínio social. Acrescente-se que esta pequena nobreza local açambarca o essencial dos instrumentos de poder – incluindo o poder concelhio – e que no final do século XV e inícios do século XVI mantém ainda elasticidade suficiente para permitir o ingresso no seu seio a alguns elementos oriundos do comércio – cf. João Esmeraldo – ou do oficialato régio e senhorial.

Assim, parece adequado supor que esta pequenez do espaço físico de cada ilha ou parte de ilha – as capitánias definem um espaço político signi-

ficativo – constitui um modo de organização e utilização do real, histórica e socialmente vantajoso ao domínio da pequena nobreza que assim confinada vê a sua coesão reforçada pela prática de casamentos num círculo bastante reduzido de famílias.

4. Os Descobrimientos como instrumento criador de espaço para a Expansão

Em princípios do século XV, o Ocidente europeu, recuperado ou em vias de recuperação da crise demográfica provocada pela Peste Negra, apresenta-se no seu conjunto em expansão, processo que parece particularmente notório nas suas áreas-limite – a expansão germânica para leste e a expansão ultramarina das coroas ibéricas a ocidente.

Assim, no binómio Descobrimientos-Expansão, parece-nos necessário e adequado dar a primazia ao segundo termo e, sem esquecer a importância e a novidade do primeiro, considerar as descobertas mais como o instrumental criador de espaço para a Expansão do que como um processo com especificidade própria do ponto de vista social. Em abono desta hipótese veja-se como a Expansão começa, naturalmente, em territórios já conhecidos – Norte de África, Madeira, Canárias – e releia-se com alguma atenção o modo como não só as crónicas como a documentação diplomática se referem a todo o processo...

Expansão, pois, como eixo privilegiado de inteligibilidade, o que, muito logicamente, nos leva a perguntar: «Expansão de quê?...» E a resposta, à luz dos conhecimentos já disponíveis, não pode deixar de ser a da expansão de um sistema senhorial tardo-medieval que, no caso português, entrega os primeiros arquipélagos atlânticos a uma das grandes casas senhoriais do reino, a do Infante D. Henrique e seus sucessores.

5. A Madeira na época dos Descobrimientos

Do que acabámos de afirmar, deduz-se com alguma clareza que o estudo da História da Madeira no século XV apresenta, para além do seu interesse específico, a possibilidade de conhecer com algum rigor a estrutura social dominante em todo o Portugal quatrocentista, com a vantagem de, graças a uma documentação suficientemente abundante, podermos

caracterizar não apenas as camadas superiores da nobreza ou do oficialato mas também os seus sectores menos favorecidos e mesmo uma faixa significativa da população sobre quem se exerce o domínio.

Chegados a este ponto convém chamar a atenção para o facto de que não partilhamos a opinião que estabelece uma clara dicotomia, ou mesmo oposição, entre «nobreza» e «concelhos» e, pelo contrário, sustentamos que os «homens da governança» concelhia são, na sua grande maioria, exactamente membros dessa pequena nobreza de que temos vindo a falar...

Aliás, basta reler com atenção o que escreveu Ernesto Gonçalves no seu *Os Homens-Bons do concelho do Funchal em 1471*, onde o autor identifica com a habitual segurança os referidos homens-bons e ainda os que elaboraram o respectivo rol.

E se esta observação não bastar, existe em 1508 a queixa dos fidalgos do Funchal de que no concelho «hos oficiaees de vereadores delle andam sempre em taes pessoas que todos recebem (...) por serem metidos nos pellouros com elles...». Era um claro exagero, já que em 1471-72, dos trinta e nove homens-bons referenciados nas vereações, vinte e seis tinham título de escudeiro, cavaleiro, fidalgo-cavaleiro ou fidalgo e, dos restantes, cinco parecem muito claramente ligados a esta pequena nobreza.

Era, dizíamos, um exagero, mas era também uma tentativa para obter o exclusivo da vereação, tentativa que parece ter obtido êxito.

A civilização do açúcar e a Madeira

ALBERTO VIEIRA*

E vós todos, meus irmãos, que aqui me ouvís: dais-vos acaso ao gosto de saborear açúcar do Brasil? Tal doçura é um veneno para vossas almas, porque não só quem escraviza peca, e sem perdão de Deus, mas todos aqueles que ajudam a que esse negócio de morte seja proveitoso. Se adoçais a boca com açúcar, não é doce o que tomais, mas é fel, e verdadeiro e humano; e se o tendes posto em alguma bebida, o que bebeis é sangue.

*António Vieira*¹

A cana-de-açúcar foi umas das culturas que mais marcou a História do Ocidente a partir do século XV. Por força do valor do produto final, gerou-se todo um movimento em torno do cultivo e comércio que provocou profundas transformações tecnológicas e marcou múltiplas movimentações e migrações humanas. A Madeira foi o ponto de partida para esta afirmação da cultura e produto no espaço atlântico. Acompanhar este processo é o que nos propomos neste breve apontamento sobre a Civilização do Açúcar.

A planta e o produto

Normalmente associa-se o açúcar à cana sacarina. Foi assim durante muito tempo, mas a partir do século XVIII isto deixou de ser assim com

* Centro de Estudos de História do Atlântico.

¹ Sermão do Padre António Vieira na cidade de Angra, in Daniel de Sá, *As Duas Cruzes do Império – Memórias da Inquisição*, Lisboa, Salamandra, 1999, pp. 103-126.

a possibilidade de fabrico do mesmo a partir da beterraba. Já em 1575 François Olivier de Serres (1539-1619), em *Theatre dell'Agriculture*, referia a possibilidade de extrair açúcar a partir da beterraba, mas só em 1745 Frederico o Grande da Prússia ordenou aos químicos que investigassem a forma de retirar sacarose da beterraba. Em 1747 o Barão Andreas Sigismund Marggraf [1709-1782], da Academia de Ciências de Berlim, confirmou que o açúcar existente na beterraba era igual ao da cana sacarina. E em 1786 Carl Franz Achard, a partir de um estudo sistemático sobre a beterraba, montou a primeira fábrica de açúcar desta planta. A partir daqui a beterraba avança na batalha para suplantar o açúcar, o que irá conseguir a partir de 1880. Foi o colapso do mercado açucareiro, que só as duas guerras mundiais do século XX puseram um travão². A beterraba conduziu a inovações na indústria e química e a nova tecnologia usada desintegrou o sistema de fabrico de açúcar. A beterraba conduziu a uma transformação do sistema de produção de açúcar, com o aparecimento de fábricas e laboratórios. O sucesso da beterraba deveu-se aos métodos avançados em termos tecnológicos e químicos.

O açúcar está ainda disponível numa variedade de frutos, mas sem valor industrial; apenas no sorgo³ e no acer⁴ se conhecem algumas tenta-

² Lewis Sharpe Ware, *Sugar beet seed; a work for farmers, seedsmen, and chemists, containing historical, botanical, and theoretical data, combined with practical directions for the production of superior sugar beet seed*, Chicago, New York [etc.] Orange Judd company [1898]; Ware, Lewis Sharpe, 1851; *idem*, *The sugar beet: including a history of the beet sugar industry in Europe, varieties of the sugar beet, examination, soils, tillage, seeds and sowing, yield and cost of cultivation, harvesting, transportation, conservation, feeding qualities of the beet and of the pulp, etc. Illustrated with ninety engravings*. Philadelphia, H. C. Baird & Co., 1880; Saillard, Emile. *Betterave et sucrerie de betterave*. Paris J. B. Baillière, 618 pages illustrées. *Encyclopédie agricole* 1913; Archibald Bridges, *Sugar beet in France, Belgium, Holland and Germany*, Oxford, The Clarendon Press, 1928; *La Culture de la betterave, législation, technologie*, Cambrai, Imprimerie de ligne, 1900; Truman Garrett Palmer, *Sugar beets in New England and free sugar bill of the House of Representatives. Letter of Truman G. Palmer... concerning the production in 1837 at Northampton (Mass.) of the first beet sugar produced in America...* Washington: Government printing office, 1912; *idem*, *Sugar beet seed, history and development*, 1st ed. New York, John Wiley & Sons, inc.; [etc., etc.] 1918; *idem*, *Sugar beets in New England and free sugar bill of the House of Representatives. Letter of Truman G. Palmer... concerning the production in 1837 at Northampton (Mass.) of the first beet sugar produced in America...* Washington: Government printing office, 1912; *idem*, *Sugar beet seed, history and development*, 1st ed. New York, John Wiley & Sons, inc. [etc., etc.] 1918.

³ H. S. Olcott, *Sorgo and Imphee, the chinese and african sugar canes...*, New York, 1858; Adrien Sicard, *Monographie de la Canne à Sucre de la Chine dite Sorgbo à Sucre. Culture, employs, etudes diverses*, Paris, 1861.

⁴ William Trelease, 1857-1945. *The sugar maples, with a winter synopsis of all North American maples*. [n. p., 1894]; William F. Fox (William Freeman), 1840-1909. *The maple sugar industry / by*

tivas de sucesso no fabrico do açúcar. No arquipélago fizeram-se algumas tentativas de plantação no Porto Santo e Norte da ilha da Madeira, mas apenas para fabrico de aguardente.

Até 1858, com as primeiras experiências em Barbados, a reprodução da cana para cultivo fazia-se apenas pelo caule. A segunda metade do século XIX é o momento de afirmação das sementes na expansão da cultura e do aparecimento de novas variedades de cana, fruto da actividade de estações agrícolas experimentais, criadas em Maurícia (1840), Brasil (1860), Puerto Rico (1872). A cana crioula deu lugar a algumas variedades, como *otabeiti*, *bourbon*...⁵

A descoberta e expansão da cultura

O açúcar pode muito bem ser considerado uma conquista do mundo islâmico e budista⁶, tal como o pão e o vinho o são do cristianismo. O factor religioso foi fundamental na afirmação e divulgação do produto, daqui resultando a cada vez maior afirmação a partir dos primeiros séculos da nossa era. A afirmação da cana-de-açúcar é fruto da afirmação e expansão do budismo e islamismo. Tenha-se em conta, na primeira situação, que Buda nasceu em terras de canaviais, sendo considerado pela tradição como o «rei do açúcar». Foi também Buda quem recomendou aos seus discípulos a bebida do suco de cana. Por outro lado, o açúcar passou a ter

William F. Fox and William F. Hubbard; with a discussion of the adulterations of maple products. Washington, D. C.: U. S. Dept. of Agriculture, Bureau of Forestry, 1905; *Sugar maple ecology and health proceedings of an international symposium*, June 2-4, 1998, Warren, Pennsylvania / edited by Stephen B. Horsley, Robert P. Long; sponsored by USDA Forest Service, Northeastern Research Station... [et al.]. Radnor, PA (5 Radnor Corp Ctr, Suite 200, Radnor 19087-4585): The Station [1999].

⁵ Cf. S. Pruthi, *History of Sugar Industry in India*, N. D. 1995, pp. 99-126; W. Kelleher Storey, *Science and Power in Colonial Mauritius*, Rochester, 1997, pp. 5, 45, 71-151; Daniel Bégot, *Le Sucre de l'Antiquité à son Destin antillais*, Paais, 2000, pp. 55, 58, 138; C. van Dillewijn, *Botany of sugar-cane*, Waltham, Mass.: Chronica Botanica, 1952; Wm. C. Stubbs, *Sugar cane. A treatise on the history, botany and agriculture of sugar cane*... [n. p., n. d.]; Herman E. Zitkowski, *The seeding method of graining sugar*, by H.E. Zitkowski... Read at the tenth annual meeting of the American Institute of Chemical Engineers, Gorham and Berlin, N. H., June 19-22, 1918 [n. p., 1918].

⁶ Sucheta Mazumbar, *Sugar and Society in China*, Londres, 1998, pp. 21-27; Christian Daniels, *Agro-Industries: Sugarcane Technology*, in Joseph Needham, *Science & Civilisation in China*, vol. VI, part. III, Nova Iorque, 1996, pp. 61-62, 278, 192.

um papel no ritual budista, nomeadamente nas cerimónias referentes ao banho e nascimento de Buda. Desta forma a expansão do Budismo, nos séculos I-VI, propiciou ao mesmo tempo a viagem da cana sacarina pelas terras orientais.

A cana sacarina (*saccharum officinarum*) terá sido domesticada há cerca de doze mil anos na Papua (Nova Guiné). Entre 1500 a. C. e 500 d. C. a cultura espalhou-se pela Polinésia e Melanésia, mas foi na Índia que adquiriu maior importância, expandindo-se entre os séculos I e VI d. C. Foi aí que os europeus tomaram contacto com o produto e cultura, começando o seu comércio e depois o transplante da cultura para os vales dos rios Tigre e Eufrates. Aqui, os árabes tiveram conhecimento da cultura e levaram-na consigo para o Egipto, Chipre, Sicília, Marrocos e Valência. Foi no culminar da expansão árabe no Ocidente que a Madeira serviu de trampolim da cultura para o Atlântico, situação que foi o início da fase mais importante da História do açúcar.

O açúcar é, entre todos os produtos a que no Ocidente se atribuiu valor comercial, o que foi alvo de maiores inovações no seu fabrico. Note-se que no caso do fabrico do vinho a tecnologia pouco ou nada mudou desde o tempo dos Romanos. Várias condicionantes favoreceram a necessidade de permanente actualização, situação que se tornou mais clara no século XVIII com a concorrência da beterraba. Mesmo assim ainda hoje persistem em alguns recantos do Mundo – China, Índia ou Brasil –, onde a tecnologia da revolução industrial não entrou.

O fabrico do açúcar está limitado pela situação e ciclo vegetativo da planta. A cana sacarina tem um período útil de vida em que a percentagem de sacarose é mais elevada. A cana está pronta para ser colhida e a partir daqui um dia que passe é uma perda para o produto. Acresce que a cana depois de cortada tem pouco mais de 48 horas para ser moída e cozida, pois caso contrário começa a perder sacarose e inicia o processo de fermentação. Daqui resulta a necessidade de acelerar o processo de fabrico do açúcar através de constantes inovações tecnológicas que abranjam o processo de corte, esmagamento e cozedura. A isto junta-se o aumento da mão-de-obra, que se faz à custa de escravos africanos. A cana-de-açúcar não está na origem da escravidão africana mas no processo de afirmação a partir da Madeira.

Enquanto a cultura se fazia em pequenas parcelas, a maior parte das questões não se colocava, mas quando se avançou para uma produção em

larga escala houve necessidade de encontrar soluções capazes de debelar a situação. A viragem aconteceu a partir de meados do século XV na Madeira e deverá ter implicado mudanças radicais na tecnologia usada e na afirmação da escravatura dos indígenas das Canárias e dos negros da Costa da Guiné. É por isso que se assinalam a partir da Madeira importantes inovações tecnológicas no sistema de moenda da cana com a generalização do sistema de cilindros.

Especificidades tecnológicas – a dupla funcionalidade

A história tecnológica evidencia que a expansão europeia condicionou a divulgação de técnicas e permitiu a invenção de novas que contribuíram para revolucionar a economia mundial. Os homens que circularam no espaço atlântico foram portadores de uma cultura tecnológica que divulgaram nos quatro cantos do mundo e adaptaram às condições dos espaços de povoamento agrícola. Aos madeirenses foi atribuída uma missão especial nos primórdios do processo.

Na Madeira, um dos aspectos mais evidentes, da revolução tecnológica iniciada no século XV prende-se com a capacidade do europeu em adaptar as técnicas de transformação conhecidas a circunstâncias e a exigências de culturas e produtos tão exigentes como a cana e o açúcar. O tributo foi evidente. Ao vinho foi-se buscar a prensa, ao azeite e aos cereais a mó de pedra. Por outro lado estamos perante uma permuta constante de processos tecnológicos e formas de aproveitamento das diversas fontes de energia. A tracção animal e a força motriz do vento e da água foram usadas em simultâneo com os cereais e a cana sacarina. Por vezes a mesma estrutura assume uma dupla função. Sucedeu assim na Madeira, com o engenho da Ribeira Brava, hoje Museu Etnográfico, onde a estrutura de aproveitamento da força motriz da água servia um engenho de cana e um moinho de cereais⁷.

Também no Brasil, em Santa Amaro da Imperatriz, no Resort & Spa Plaza, fomos encontrar uma estrutura semelhante partilhada por uma moenda de cana e um engenho de mandioca. Sabemos que neste município e nos vizinhos persistem outras mais estruturas idênticas em

⁷ Jorge Valdemar Guerra, «O Hospício Franciscano e a Capela de S. José da Ribeira Brava», in *Islenba*, n.º 19, 1996, 61-94.

funcionamento, algumas delas usadas também para o arroz e o café. Já nas Antilhas podemos encontrar idêntica partilha com a força motriz do vento para a cana e os cereais.

A dupla funcionalidade dos engenhos revela que no processo de evolução tecnológica estamos perante um processo de adaptação de fontes de energia e técnicas. A prensa, que teve uma presença dominante no fabrico do vinho, acaba também por se associar ao azeite e depois à cana-de-açúcar. A mó, conhecida como mó olearia, surgiu no fabrico do açúcar, mas o mundo açucareiro mediterrânico adaptou-a à cana sacarina, chegando até à Madeira. Os cilindros começaram por ser usados na laminação de metais e no retirar dos caroços do algodão, passando depois para a moenda da cana.

Produção de açúcar – a tecnologia

Até ao século XVIII torna-se difícil atribuir a paternidade das inovações que acontecem no fabrico do açúcar. Estamos perante inventores anónimos que apenas se comparam pelos benefícios económicos da sua capacidade inventiva. Mas a partir de então tudo parece ter mudado. O espírito nacionalista e independentista favoreceu a paternidade dos inventos. Os Estados Unidos da América foram o principal promotor desta política de valorização da capacidade inventiva. As patentes sucedem-se em catadupa e os autores são heróis recebidos triunfalmente pela imprensa. O inventor sai do anonimato e afirma-se como um herói na imprensa, que alimenta o seu ego através de memórias descritivas dos inventos⁸. É nos Estados

⁸ J. Stewart, *A Description of a Machine or Invention to Grind Sugar-canes by the Power of a Fire Engine*, Kingston, 1768; Nicholas Basset, *Guide pratique du fabricant de sucre: contenant l'étude théorique et technique des sucres de toute provenance, la saccharimétrie chimique et optique, la description et l'étude culturale des plantes saccharifères, les procédés usuels et manufacturiers de l'industrie sucrière et les moyens d'améliorer les diverses parties de la fabrication, avec de nombreuses figures intercalées dans le texte*, Paris: E. Lacroix, 1861. Henry Bessemer, Sir, 1813-1898. *Sir Henry Bessemer, F. R. S. An autobiography. With a concluding chapter*. London, Offices of «Engineering», 1905; *idem*, *On a new system of manufacturing sugar from the cane: and its advantages as compared with the method generally used in the West Indies: also, some remarks on the best mode of insuring its general and simultaneous introduction into the British colonies*, London: Printed by W. Tyler, [1852?]; *idem*, *On a new system of manufacturing sugar from the cane: and its advantages as compared with the method generally used in the West Indies: also, some remarks on the best mode of insuring its general and simultaneous introduction into the British colonies*, London: Printed by W. Tyler [1852?]; Nicholas Procter Burgh, *A Treatise on Sugar Machinery*:

Unidos da América que encontramos o maior número de patentes, mas é na Inglaterra e em França que surgem as grandes fábricas de indústria pesada, especializadas em equipamentos e na montagem dos engenhos de açúcar⁹. As exposições universais da segunda metade da centúria oitocentista foram momentos privilegiados de exibição destes inventos.

As mudanças ocorridas a partir de finais do século XVIII, com a plena afirmação da máquina a vapor, conduziram a uma transformação radical do complexo açucareiro que assume a dimensão espacial de uma fábrica, onde todas as operações se executam em série apenas numa planta. A revolução industrial legou-nos a fábrica, fez aparecer o laboratório, uma peça-chave no fabrico do açúcar, e obrigou a uma especialização dos técnicos envolvidos. O mestre de engenho dá lugar ao engenheiro químico. Paulatinamente, o processo de transformação da cana sacarina em açúcar retirou espaço à presença de mão-de-obra escrava, fazendo-a substituir por emigrantes europeus, indianos e chineses. Note-se que, no inventário industrial da Madeira de 1907, é assinalado apenas um químico na fábrica do Torreão, com o salário mais elevado de todos os técnicos e mesmo superior ao dos engenheiros e cozedores, mantendo as demais quarenta e três fábricas uma estrutura funcional da época pré-industrial¹⁰.

Até ao advento do açúcar de beterraba em princípios do século XIX a tecnologia de moenda e fabrico do açúcar não sofreu muitas modificações. Ao nível da moagem da cana houve necessidade de compatibilizar as estruturas com a expansão da área e o volume de cana moída, avançando-se assim dos ancestrais sistemas para a adaptação dos cilindros. Entre os séculos XV e XVII as inovações mais significativas ocorrem aqui. Os cilindros passam a dominar todos os sistemas – de tracção animal ou humana, vento e água –, destronando o pilão, o almofariz e a mó. Do

including the process of producing sugar from the cane, refining moist and loaf sugar, etc., E. & F. N. Spon: London, 1863; Friedrich Adolf Bühler, *Filters and filter presses for the separation of liquids and solids, from the German of F. A. Bühler, with additional matter relating to the theory of filtration and filtration in sugar factories and refineries*, by John Joseph Eastick, London, N. Rodger, 1914; Lucas Andreas Tromp, *Machinery and equipment of the sugar cane factory; a textbook on machinery for the cane sugar industry*, London: Eng., N. Rodger, 1936.

⁹ *Compagnie de Fives-Lille pour constructions mécaniques et enterprises. Matériel de sucrerie*, Paris, 1878; John A. Heitmann, *The Modernization of the Louisiana Sugar Industry. 1830-1910*, Baton Rouge, 1987, p. 143.

¹⁰ Victorino José dos Santos, «Relatório dos Serviços da Secção Technicos de Industria no Funchal no anno de 1907», in *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 24, 1909, p. 19.

simples mecanismo de cilindros duplos horizontais evolui-se para os verticais, que no século XVII passam a ser de três, o que permite uma maior capacidade de moenda e aproveitamento do suco da cana. Com os dois cilindros poder-se-á aproveitar apenas 20% do suco da cana, enquanto com três até 35%. As técnicas experimentadas na moenda vão no sentido de um maior aproveitamento do suco disponível no bagaço da cana. A situação de Cuba na década de setenta do século XIX pode ser elucidativa da realidade¹¹.

Uma maior capacidade na moenda implica maior disponibilidade de garapa a ser processada para se poder dispor do melado ou do açúcar. Uma situação empurra a outra, conduzindo a soluções cada vez mais avançadas. As dificuldades com a obtenção de lenhas ou os elevados custos do transporte até ao local do engenho conduzem a soluções que paulatinamente vão sendo adoptadas por todos. Primeiro reaproveita-se o bagaço da cana e depois, através de um mecanismo de fornalha única, consegue-se alimentar as cinco caldeiras de cozimento. O sistema ficou conhecido como *trem jamaicano*, por, segundo alguns, ter tido aí origem; mas na verdade temos informação do seu uso, não tão apurado na Madeira e Canárias, no século XVI. Em 1530 Giulio Landi descreve o sistema de fabrico de açúcar com cinco caldeiras agrupadas.

A Jamaica esteve na frente das inovações da tecnologia açucareira a partir da segunda metade do século XVIII. São os ingleses que dão o passo definitivo para a mudança radical através da introdução da máquina a vapor. O primeiro engenho horizontal de tipo moderno foi desenhado em 1754 por John Smeaton na Jamaica, recebendo, a partir de 1770, o impulso da máquina a vapor. A nova tecnologia, que se aperfeiçoou com o andar dos tempos, poderá acoplar até dezoito cilindros em sistema de tambor, tornando mais rápida e útil a moenda. Com cinco cilindros o aproveitamento do suco pode ir até 90%, enquanto com os tambores de dezoito cilindros quase se atinge a exaustão com 98%. Por outro lado, nos engenhos tradicionais, a média de moenda por vinte e quatro horas não ultrapassava as cento e vinte e cinco toneladas, enquanto com o novo sistema a vapor começa por atingir mais de três mil toneladas de cana.

Outro factor significativo da safra prendia-se com a velocidade a que o processo da moenda da cana deveria ocorrer, mais uma vez no sentido

¹¹ João José Carneiro da Silva, *Estudos Agrícolas*, Rio de Janeiro, 1872, p. 94.

de se retirar o maior rendimento da cana através da sacarose. A cana tem um momento ideal para ser moída e depois de cortada os prazos para a moenda são curtos, caso queira evitar-se a fermentação, que é sinónimo de perda de sacarose¹². Nos avanços tecnológicos tem-se em conta esta corrida contra o tempo, criando-se mecanismos capazes de moer cana com maior rapidez¹³.

Segue-se o processo de fabrico do açúcar que se distribui por quatro momentos: purificação da garapa, evaporação da água e, finalmente, clarificação e cristalização. Até aos inícios do século XIX o processo poderia durar de cinquenta a sessenta dias, mas as aportações tecnológicas conduziram a que o mesmo se passasse a fazer em apenas um mês (em 1830) ou apenas dezasseis horas (em 1860), através do novo sistema de centrifugação. As primeiras mudanças ocorrem ao nível do processo de clarificação. Em 1805 Guillon, refinador de açúcar em New Orleans, preconiza o uso do carvão para purgar xarope; em 1812 Edward Charles Howard constrói a primeira caldeira de *vacuum*, conhecida como *howard saccharine evaporator*, que veio revolucionar o sistema de fabrico do açúcar. Três anos depois surge em Inglaterra o sistema de filtros de Taylor. O evaporador de múltiplo efeito foi inventado em 1830 por Norbert Rillius (1806-1894) de New Orleans, sendo usado nos primeiros engenhos desde 1834¹⁴. Deste modo torna-se mais fácil a retirada de cerca de 85% de água que existe no suco da cana e um maior aproveitamento do açúcar. As novidades na clarificação e cristalização ocorrem num segundo momento. Assim, em 1844, o alemão Schottler aplicou pela primeira vez a força centrífuga na separação do melão do açúcar branco, mas foi Soyrig quem construiu, em 1849, a primeira máquina de centrifugação, que abriu o caminho para o fabrico do primeiro açúcar granulado, em 1859. Este sistema vinha sendo utilizado desde 1843 na indústria têxtil. Os equipamentos contribuíram para acelerar o processo de purga do açúcar, permitindo que se passasse do moroso processo de quase dois meses para apenas dezasseis horas e

¹² Cf. J. de Laguarrique de Survilliers, *Manuel de sucrerie de cannes*, Paris, 1932, p. 29.

¹³ Cf. Nilo Cairo, *O Livro da Cana de Assucar*, Curitiba, 1924, pp. 85-86, 109; A. Bernard, «A evolução das moendas de canas», *Brasil Açucareiro*, XXXVIII, 2, 1951, pp. 73, 76.

¹⁴ Otto Kratz, *The Robert Diffusion Process Applied to Sugar-cane in Louisiana in the Years 1873 and 1874. A Report to the President and Directors of the Julius Robert Diffusion Process Co.*, Nova Orleães, 1975; *The Louisiana Planter and Sugar Manufacture*, XIII, Nov. 24, 1894; George Mead, «Negro scientist of slavery days», in *Negro History Bulletin*, Abril 1957, pp. 159-163.

hoje em apenas alguns segundos. A segunda metade do século XIX foi o momento da aposta definitiva na engenharia açucareira, contribuindo esta para importantes inovações¹⁵. O mercado ocidental foi inundado de açúcar de cana e beterraba.

¹⁵ C. Stammer, *Traité complet théorique et pratique de la fabrication du sucre, guide du fabricant*, Paris, 1876; *idem*, *Steam engineering on sugar plantations, steamships, and locomotive engines*, New York, 1867; *idem*, *A Description of a Machine or Invention to Work Mills, by the Power of a Fire-engine, but Particularly Useful and Profitable in Grinding Sugar-canes*, Londres, 1767; Luiz M. Baeta Neves, *Tecnologia da fabricação do assucar de canna*, por Luiz M. Baeta Neves... Patrocinado pela Associação de usineiros de S. Paulo, S. Paulo [Emp. graph. da «Revista dos tribunaes»], 1937; Nicholas Procter Burgh, *A Treatise on Sugar Machinery: including the process of producing sugar from the cane, refining moist and loaf sugar, etc.*, E. & F. N. Spon: London; *idem*, *The Manufacture of Sugar, and the Machinery Employed for Colonial and Home Purposes. Read before the Society of Arts...* April 4th, 1866. Trubner & Co.: London, [1866]; Friedrich Adolf Bühler, 1869, *Filters and filter presses for the separation of liquids and solids, from the German of F. A. Bühler, with additional matter relating to the theory of filtration and filtration in sugar factories and refineries*, by John Joseph Eastick, London, N. Rodger, 1914; N. P. (Nicholas Procter) Burgh, *A treatise on sugar machinery: including... producing sugar from the cane, refining... sugar... with rules for the proportions and estimates*, London, E. & F. N. Spon, 1863; *El catálogo azucarero*, Nueva York, *El Mundo Azucarero*, 1949; Noel Deerr, *Classic papers of a sugar cane technologist*, compiled by John Howard Payne, Amsterdam; New York: Elsevier; New York, N. Y.: Distributors for the U. S. and Canada, Elsevier Science Pub. Co., 1983; Gaston Dejonghe, *Technologie sucrière*. 2.^e ed. completamente refondue et considerablement augmentée, [s. l.]: Lambertsart-Lille, 1910; Rui Gama, *Engenho e tecnologia*, São Paulo: Duas Cidades, 1983; Benício Domingues Guimarães, *Locomotivas a vapor nas atividades industriais no Brasil*, Petrópolis, RJ: [s. n.], 1996; Emile Hugot, *Ingénieur des Arts et Manufactures*, p. xvii, 872, Elsevier Publishing Co.: Amsterdam, 1960; *idem*, *Handbook of cane sugar engineering*, by E. Hugot; translated and revised, with the collaboration of the author, by G. H. Jenkins, Amsterdam: Elsevier, 1960; *idem*, *Handbook of cane sugar engineering*, rev. by the author, with the collaboration of the translator, and translated by G. H. Jenkins. 2.nd completely rev. ed. *Sucrerie de cannes*, English Amsterdam, New York, Elsevier Pub. Co., 1972; *idem*, *Sucrerie de cannes. English Handbook of cane sugar engineering*, E. Hugot; revised by the author, with the collaboration of the translator, and translated by G. H. Jenkins, Amsterdam, New York: Elsevier; New York, NY: Distributors for the United States and Canada, Elsevier Science Pub. Co., 1986; *idem*, *La Sucrerie de cannes; manuel de l'ingénieur*, Dunod, 1950; G. H. Jenkins, *Introduction to cane sugar technology*, New York: Elsevier London: Amsterdam, 1966; F. A. López Ferrer, *Manual práctico de maquinaria y aparatos en los ingenios de azúcar de caña*, Habana, Cultural, 1949; Emile Adolph Maier, *A story of sugar cane machinery*, New Orleans, *Sugar Journal* [1952]; Francis Maxwell, *Modern milling of sugar cane*, London: Norman Rodger, 1932; *Methods and machinery for application of diffusion to extraction of sugar from sugar cane and sorghum, and for use of lime, and carbonic, and sulphurous acids in purifying diffusion juices* [Washington, D. C.]: U. S. G. P. O., 1886; Mirrlees Watson Co., *Sugar machinery* [ca. 1907]; John Geddes M'Intosh, *The technology of sugar*, by John Geddes M'Intosh, with eighty-three illustrations and seventy-six tables, London, Scott, Greenwood & Co., New York, D. Van Nostrand company, 1903; Neves, Luiz M. Baeta. *Tecnologia da fabricação do assucar de canna*, São Paulo: [s. n.], 1937; *Principios de tecnología azucarera*, [traductor José Luis Esparza Delgado], México: Compañía Edit. Continental, [1969]; *Technologie des Zuckers*; bearb. von Dietrich Becker [et al.] Hannover, M. & H. Schaper, 1955; Lucas Andreas Tromp, *Machinery and equipment of the sugar cane factory*; a

O desenvolvimento da indústria de construção de equipamentos para o fabrico de açúcar, seja de cana ou de beterraba, aconteceu em países onde esta assumia uma posição significativa na economia. Deste modo a França e a Inglaterra assumiram a posição pioneira no desenvolvimento da tecnologia açucareira. Os franceses detinham importantes colónias açucareiras nas Antilhas, enquanto os alemães apostavam forte em Java. Os ingleses surgem nas Antilhas e Índia e os Estados Unidos da América com New Orleans e, depois, o Havai. Cuba foi um dos espaços açucareiros onde mais se inovou em termos tecnológicos. As primeiras décadas do século XIX foram de plena afirmação da ilha, que se transformou em modelo para a indústria açucareira.

Em França tudo começou com o químico Charles Derosne (1779-1846), que montou em 1812 uma fábrica de construção de aparelhos de destilação contínua. Nesta empresa passou a trabalhar em 1824 J.-F. Cail na qualidade de operário de carvão, que em 4 de Março de 1836 passa à condição de associado. A sociedade Derosne et Cail¹⁶ manteve-se até

textbook on machinery for the cane sugar industry, London, Eng., N. Rodger, 1936; A. J. (Alexander James) Wallis-Taylor, *Sugar machinery; a descriptive treatise devoted to the machinery and processes used in the manufacture of cane and beet sugars*, London, W. Rider and Son, Limited [1895]; J. B. Wilkinson, Jr., *The diffusion process in Louisiana and Texas*, New Orleans, L. Graham & Son [1889?]; *idem*, *Wilkinsons report on diffusion and mill work in the Louisiana sugar harvest of 1889-'90*, by J. B. Wilkinson, Jr. ... Imprint New Orleans: Brandão & Gill, 1890.

¹⁶ *Avis de M. Richemond ingénieur-arbitre-rapporteur sur les divers chefs de contestation existant entre MM. Grieninger et Bacboux et MM. Cail et Cie extrait textuellement du rapport de M. l'arbitre, 31 octobre 1867*, Paris, impr. de Renou et Maulde: 1869; *Cail et Cie: Mesures proposées au Gouvernement pour changer la situation de nos colonies des Antilles*, Paris 1860; Cail, F. et C. Derosne: *Examen des divers procédés de fabrication de sucre et motifs déterminant de la préférence à accorder aux appareils dans le vide à double effet pour l'application aux colonies*, 1843; *Cail, F. et C. Derosne: Note sur les avantages à retirer de l'introduction des sucres bruts à un droit modéré, uniforme quelle que soit leur nuance*, 1842; J.-F. Cail, *Une réussite exceptionnelle*, Poitiers, Le Picton: 1984; J.-F. Cail et C. Derosne: *De la fabrication des sucres aux colonies et des nouveaux appareils propres à améliorer cette fabrication*, 1843; J.-F. Cail et C. Derosne: *Mémoire sur les usines centrales à la Guadeloupe*, 1843; Jean-François Cail, *Description de l'appareil d'évaporation à triple effet propre à toutes les grandes évaporations de liquides salins et autres, spécialement utilisable dans les fabriques et raffineries de sucre...* (Par J.-F. Cail et Cie.), Paris, impr. de Guiraudet et Jouaust: 1852; *idem*, *Exploitation agricole des plants appartenant à M. J.-F. Cail. Mémoire pour concourir à la prime d'honneur du département de la Charente en 1868*, Paris, librairie agricole de la Maison rustique: (1867); *idem*, *(Circularaire adressée aux fabricants de sucre par A. Périer, L. Possoz et J.-F. Cail et Cie au sujet de leurs procédés d'épuration du jus de betterave)*, Paris, impr. de J. Bonaventure: 1868; *idem*, *A S. E. M. le ministre de l'Agriculture et du Commerce, Paris. (Lettre de J.-F. Cail et Cie, au sujet du décret du 10 janvier 1870, relativement à l'importation jusque dans les usines des matières destinées aux travaux pour l'étranger.)* (Paris), impr. de Haristéguy: (1870). *Tribunal civil de la Seine... Pour la société anonyme des anciens établissements Cail contre les liquidateurs de la Société Cail*

1850, altura em que passou a chamar-se J.-F. Cail et Cie; em 1861, esta passou a cooperar com a nova *Cie Fives-Lille*, especializada no fabrico de equi-

et Cie. (29 Février 1884.), Paris, imp. de Chaix: 1884; *Notice sur les machines et appareils des établissements Derosne et Cail... figurant à l'exposition universelle de 1865*, Paris, imp. de Guiraudet et Jouaust: 1855; B. Chaussonot, *Notice sur le calorifère à air chaud, inventé par B. Chaussonot... construit exclusivement par Ch. Derosne et Cail...* (Paris), impr. de L. Bouchard-Huzard: (1841); L. Cheilus, *Discours prononcé par M. L. Cheilus au banquet offert par lui, le 6 janvier 1856, aux gérants et chefs des différents services des établissements Derosne et Cail*, Paris, Impr. de Rival: (s. d.); *Conclusions pour la Société anonyme des anciens établissements Cail contre la société de la sucrerie de Pithiviers-le-vieil*, Paris, imp. de Chaix: 1893; Michel Debonne, *Jean-François Cail à Grenelle (1844-1871) et Histoire de la société Cail*. *Bulletin de la Société historique et archéologique du XV^e arrondissement de Paris*, n.º 13 et 14, 1999; Derosne, Charles, *Tableaux divers sur la densité des jus et des sirops, la quantité de sucre pur contenue dans les solutions sucrées... Extrait de la publication sur la Fabrication du sucre*, par MM. Ch. Derosne et Cail,... Paris, impr. de Ve Bouchard-Huzard: (s. d.); *idem*, *Tableau comparatif de divers brevets fondés sur la condensation par évaporation, montrant les emprunts faits par le brevet Reybaud, du 2 novembre 1833, à ceux antérieurement délivrés.* [Signé: Ch. Derosne et Cail. 12 avril 1847.] (Paris), impr. de Ducussois: (1847); *idem*, *Notice sur la machine à vapeur à rotule inventée par M. Ch. Faire... construite... par MM. Ch. Derosne et Cail... impr. de L. Bouchard-Huzard*, Paris, 1839; *idem*, *De la Fabrication du sucre aux colonies, et des nouveaux appareils propres à améliorer cette fabrication, par MM. Ch. Derosne et Cail... 2e partie, 2e section. 2e édition... avec un appendice sur la fabrication des sucres de sirops, sur la comparaison des divers systèmes d'appareils qui peuvent être proposés aux colonies*, Paris, impr. de Vve Bouchard-Huzard: 1844; Dolabaratz: *Rapport à M. Cail et Cie sur sa mission à l'île de la Réunion*, octobre 1873; P. Du Rieux, *Notice historique sur les filtres-presses, réponse à MM. A. Périé, L. Possoz, J.-F. Cail et Cie adressée à MM. les fabricants de sucre par P. Du Rieux et Cie...* Lille, impr. de Mme Bayard: 1866; Jean-Baptiste Dureau, *Jean-François Cail, sa vie et ses travaux*, Paris, Gauthier-Villars: 1872; Dureau: J.-F. Cail, *sa vie et ses travaux*, Paris, Gauthier Villars, 1872; *Etablissements Derosne et Cail... Notice sur les objets admis à l'exposition universelle de 1878*, Paris, imp. de A. Chaix: 1878; *Fabrication du sucre. Epuration et décoloration des jus sucrés par carbonation multiple. Précédés Périé, Possoz, Cail et Cie. Instance en contre-façon contre MM. Maumené et Théry*, Paris, impr. J. Bonaventure: 1867; Griéninger, *Note pour MM. Bachoux et Griéninger [fabricants de sucre à Francières (Oise)] contre MM. Cail et Compagnie [constructeurs-mécaniciens à Paris]...* Paris, impr. Dubuisson, [1867]; *La Mécanique pratique. Guide du mécanicien. Procédés de travail. Explication méthodique de tout ce qui se voit et se fait en mécanique*, par Eugène Dejong, ancien chef d'atelier de l'Ecole des arts et des mines, contremaître des Maisons Cail, Bréguet, etc. *Revue et corrigée par M. C. Codron, ingénieur, professeur à l'Institut industriel du Nord, lauréat de l'Académie des sciences. 6e édition augmentée, par René Champhy, ingénieur-mécanicien.* 755 gravures dans le texte Orléans, impr. H. Tessier, Paris, libr. Desforges, 29, quai des Grands-Augustins: 1924; *La Vérité biographique. J.-F. Cail* (Signé: Louis Clot.), Paris, Impr. de Moquet: (1857); E. Lantrac, *Notice sur la vie et les travaux de M. Félix Moreaux, ancien ingénieur en chef de la Société en participation J.-F. Cail et Cie et compagnie de Fives-Lille...* par M. E. Lantrac,... Impr. de Chaix, Paris, 1890; *Mémoire pour M. Degrand, contre MM. Ch. Derosne et Cail [qui n'avaient pas respecté dans leurs ventes à l'étranger les clauses du contrat conclu après un procès en contrefaçon de 1834, pour leur laisser fabriquer un condensateur destiné aux sucreries, dont il était l'inventeur]*, Paris, E. P. E.: [1983]; *Note pour MM. Bachoux et Griéninger [fabricants de sucre à Francières (Oise)] contre MM. Cail et Compagnie [constructeurs-mécaniciens à Paris]. Demande en payement de 83, 446 fr. 20 c. à titre de dommages-intérêts pour retard dans la livraison et le montage d'appareils destinés à la fabrication du sucre.* [Suivi de:] *Conclusions pour MM. Bachoux et Griéninger contre MM. Cail*

pamentos para fábricas de açúcar e caminhos-de-ferro¹⁷. Os equipamentos saídos da empresa Cail chegaram às colónias holandesas, espanholas, inglesas e francesas, México, Rússia, Áustria, Holanda, Bélgica e Egipto. À indústria francesa juntaram-se outros complexos industriais na Europa: Inglaterra (Glasgow, Birmingham, Nottingham, Londres, Manchester, Derby), Holanda (Breda, Roterdão, Schiedam, Utrecht, Delft, Hengelo, Amesterdão), Estados Unidos da América (Oil City, Ohio, Denver, New Jersey), Alemanha (Magdeburgo, Zweibruecken, Halle, Dusseldorf, Sangerhausen, Ratingen, Halle), Bélgica (Bruxelas, Tirlemont).

A Inglaterra foi desde meados do século XVII um dos mais importantes centros de refinação de açúcar na Europa. As refinarias proliferaram nas cidades de Bristol, Essex, Greenock, Lancaster, Liverpool e Southampton¹⁸. Isto justifica o desenvolvimento tecnológico. Aqui, merece destaque a iniciativa de Mirless Watson¹⁹.

et Compagnie, Paris, impr. Dubuisson: [1867]; *Note pour MM. J.-F. Cail et Cie contre M. Allierf, relative à l'enlèvement du matériel de l'ancienne distillerie de betteraves de Petit-Bourg, aux frais de constructions de la nouvelle et aux appointements et notes de frais du directeur, jugés excessifs*, s. l., s. n.: 1855; *Notice sur la Briche, propriété de M. J.-F. Cail à l'occasion de l'exposition universelle de 1867*; Librairie agricole de la Maison Rustique, 1867; Anselme Payen, *Société d'encouragement pour l'industrie nationale... Rapport fait par M. Payen... sur l'appareil de MM. Rollfs et Seyrig pour l'égouttage et le clairçage des sucres... construit dans l'établissement de MM. Derosne et Cail*. Paris, impr. de Vve Bouchard-Huzard: (1851); Louis Possoz, *Participation Périer, Possoz et J.-F. Cail et Cie. Procédés brevetés pour l'épuration des jus de betterave*, Paris, impr. de Jouaust et fils: 1863; Raymond Proust, *Le Célèbre constructeur mécanicien J.-F. Cail*, Imprimerie Romain, Chef-Boutonne, 1990; Raymond Proust, *[Un] constructeur mécanicien, Jean-François Cail (1804-1871)*, Chef-Boutonne, Chassebray-Monconté: 1955.

¹⁷ *Compagnie de Fives-Lille pour constructions Mécaniques et Entreprises. Matériel du sucrerie*, Paris, 1878, Reedição Granada, 1999; E. Vincens, *Compagnie générale d'électro-chimie... Rapport du commissaire vérificateur des apports, sur les apports faits à la Société par la Compagnie de Fives-Lille pour constructions mécaniques et entreprises*. [Signé: E. Vincens.]; *idem*, *Rapport du commissaire vérificateur des apports, sur les apports faits à la Société par la Compagnie de Fives-Lille pour constructions mécaniques et entreprises*. [Signé: E. Vincens.] (Paris), impr. de Chaix: 1898; H.-C. Godefroy, *Notice explicative sur les tableaux photographiques représentant les usines de Fives-Lille*, Paris, impr. de Vves Renou, Maulde et Cock: 1876.

¹⁸ John M. Hutcheson, *Notes on the Sugar Industry of the United Kingdon*, Greenock, 1901; Frank Lewis, *Essex and sugar*, 1976.

¹⁹ J. Stewart, *A Description of a Machine or Invention to Grind Sugar-canes by the Power of a Fire Engine*, Kingston, 1768; *idem*, *Steam engineering on sugar plantations, steamships, and locomotive engines*, New York, Russell's American Steam Printing House, 1867; *Engineers, millwrights and machine makers. Specialities machinery for the treatment of sugar after boiling... etc., etc.*, Watson, Laidlaw & Co. [1892].

A abertura às inovações tecnológicas, como forma de tornar concorrencial o produto, acarreta algumas consequências para a indústria a nível nacional. Os investimentos são vultuosos e, por isso mesmo, só se tornam possíveis mediante incentivos do Estado. A inovação e a recuperação da capacidade concorrencial só se tornaram possíveis à custa da concentração. Tanto em Cuba como no Brasil a década de oitenta foi marcada pelos grandes engenhos centrais²⁰.

A concorrência do açúcar é cada vez mais evidente, obrigando as autoridades nacionais a intervir no sentido da defesa das suas culturas e indústrias. A política proteccionista iniciada pelos Estados Unidos da América alastrou a todo o mundo açucareiro²¹. Se o século XIX foi o momento

²⁰ José Curbelo, *Proyecto para Fomentar y Poner en Estado de Producción seis Ingenios Centrales com alambiques*, Havana, 1882; Bonifácio Andrade, *Do banguê a usina em Pernambuco*, Recife (PE): UFPE, PIMES, 1975; Manuel Correia de Oliveira Andrade, *História das usinas de açúcar de Pernambuco*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, em co-edição com o Ministério da Ciência e Tecnologia-CNPQ/Comissão de Eventos Históricos, 1989. Arquivo Nacional (Brasil) *Engenhos centrais: catálogo de documentos, 1881-1906*, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, Divisão de Pesquisas e Atividades Técnicas, Seção de Estudos e Pesquisas. Rio de Janeiro: O Arquivo, 1979; Fred S. Avestruz, *Risk and technology choice in developing countries: the case of Philippine sugar factories*, Lanham: University Press of America, c. 1985; Gaspar Peres, *A indústria assucareira em Pernambuco*, Recife: Imp. Industrial, 1915; *A indústria assucareira em Pernambuco* [Gaspar Peres, Apollonio Peres; apresentação, Manuel Correia de Andrade], [Recife] Fundarpe, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Sistema de Bibliotecas Públicas e Documentação, [1991]; *idem*, *A República das Usinas*, R. J., Ed. Paz e Terra, 1978; Gadiel Perruci, *A república das usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889-1930*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, c. 1977; Jonas Soares de Souza, *O Engenho Central de Porto Feliz. Uma empresa pioneira em São Paulo Leis*, [etc.], [organizado por] Jonas Soares de Souza São Paulo: Museu Paulista, [1978?].

²¹ Atwood H. Donald W., *Raising Cane. The Political Economy of Sugar in Western Indies*, Boulder, 1992; Joshua Bernhardt, *Government Control of the Sugar Industry in the United States*, N. Y. 1820; Brunner, Henrich, *Cuban Sugar Polity from 1963 to 1970*, Pittsburgh, 1977; Peter J. Buzzanell, *Sugar and corn sweetener: changing demand and trade in Mexico, Canada, and the United States*, Ron Lord, [Washington, D. C.?]: U. S. Dept. of Agriculture, Economic Research Service, [1993]; Barbara Cernic, *Sugar – Internacional Control of Production and Preale*, 1985; *Conférence internationale sur le Régime des Sucres, tenue à Londres* (deuxième session, Avril-Mai), 1888; Documents présentés à la Conférence et procès-verbeaux, [n. p. 1888]; John E. Dalton, *A Case Study of Government Control* (N. Y., 1937); Alfred S. Eichner, *The Emergence of oligopoly: Sugar Refining as a case study*, 1969; T. H. Ferrer, *The Sugar Convention*, Londres, 1899; Abdessatar Grissa, *Structure of the Internacional Sugar Market*, Paris, 1976; Jacques van Leynseele, *La Politique de la betterave*. Paris, Éditions Cujas, 1967; R. M. Martins, *The Sugar Question in Relation to Free Trade and Protection*, Londres, 1848; G. Martineau, *Free Trade in Sugar. A Reply to Sir Thomas Farrer*, Londres, 1889; *idem*, *Both Sides of the Sugar Convention*, Londres, 1907; Joaquim de Melo, *Um decênio de defesa do açúcar. Instituto do açúcar e do álcool*. Rio de Janeiro, 1942; Arthur L. Stinchcombe, *Sugar island slavery in the age of enlightenment: the political economy of the Caribbean world*, Princeton, N. J.: Princeton

da aposta na tecnologia, a centúria seguinte será marcada pela política açucareira. Ao nível internacional reúne-se uma convenção em Bruxelas, em 1902 e 1929, no sentido de limitar o apoio financeiro do Estado e implementar medidas de defesa e protecção dos diversos estados produtores de cana e açúcar. Entretanto, em 1937, a Sugar Organization procura estabilizar o mercado através do estabelecimento de cotas que acabariam em 1977. Desde a década de setenta persiste o confronto entre o comércio livre e a política protecção dos Estados.

A projecção da Madeira no mundo açucareiro do Atlântico

A Madeira afirmou-se no processo da expansão europeia pela singularidade do protagonismo. Vários são os factores que o propiciaram e que fizeram com que ela fosse, no século XV, um dos pilares para a afirmação da hegemonia portuguesa no Novo Mundo. Além disso, é considerada a primeira pedra do projecto que lançou Portugal para os anais da História do oceano que abraça o seu litoral abrupto. O Funchal foi uma encruzilhada de opções e meios que iam ao encontro da Europa em expansão.

À função de porta-estandarte do Atlântico, a Madeira associou outras, como «farol» atlântico, o guia orientador e apoio para as delongas incursões oceânicas. Por isso, nos séculos que nos antecederam, ela foi um espaço privilegiado de comunicações, tendo a favor as vias traçadas no oceano que a circunda e as condições económicas internas, propiciadas pelas culturas da cana sacarina e vinha. Uma e outra contribuíram para que o isolamento definido pelo oceano fosse quebrado e se mantivesse um permanente contacto com o velho continente europeu e o Novo Mundo. Como corolário disto a Madeira firmou uma posição de relevo nas navegações e descobrimentos no Atlântico.

Colombo abriu as portas ao Novo Mundo e traçou o rumo da expansão da cana-de-açúcar. A cultura não lhe era alheia, pois o navegador tinha no

University Press, c. 1995; *The World sugar economy in war and depression, 1914-40*, edited by Bill Albert and Adrian Graves, London; New York: Routledge, 1988; *The world sugar economy-structure and policies national sugar economies and policies*, International Sugar Organization, Imprint [London]: The organization, 1982; Joshua Bernhardt, *Government control of the sugar industry in the United States: an account of the work of the United States food administration and the United States sugar equalization board, inc.*, York: Macmillan, 1920; *The sugar industry and the Federal Government; a thirty year record, 1917-1947*, Washington, Sugar Statistics Service, 1948 [i. e. 1949].

curriculum algumas actividades ligadas ao comércio do açúcar na Madeira. O navegador, antes da relação afectiva ao arquipélago, foi, a exemplo de muitos genoveses, mercador do açúcar madeirense. Em 1478 encontrava-se no Funchal ao serviço de Paolo di Negro para conduzir a Génova duas mil e quatrocentas arrobas a Ludovico Centurione. Com esta viagem, e depois da larga estância do navegador na ilha, Colombo ficou conhecedor da dinâmica e importância do açúcar da Madeira²². Em Janeiro de 1494²³, aquando da preparação da segunda viagem, o navegador sugere aos reis católicos o embarque de cinquenta pipas de mel e dez caixas de açúcar da Madeira para uso das tripulações, apontando o período que decorre até Abril como o melhor momento para o adquirir. A isto podemos somar a passagem do navegador pelo Funchal no decurso da terceira viagem, em Junho de 1498, na qual era muito provável a presença de socas de canas da Madeira na bagagem dos agricultores que o acompanhavam. Neste momento a cultura dos canaviais havia atingido o apogeu na ilha, mantendo-se uma importante franja de canaviais ao longo da vertente sul²⁴.

A tradição anota que as primeiras socas de cana saíram de La Gomera. Todavia, a cultura encontrava-se aí nesse momento em expansão, enquanto na Madeira estava já consolidada. Note-se que ainda estão por descobrir as razões que conduziram Colombo, no decurso da terceira viagem, a fazer um desvio na sua rota para fazer escala no Funchal. Na verdade, a Madeira foi a primeira área do Atlântico onde se cultivou a cana-de-açúcar que, depois, se espalhou pelas ilhas (Açores, Canárias, Cabo Verde, S. Tomé e Antilhas) e continente americano. Por isso mesmo o conhecimento do caso madeirense assume primordial importância no contexto da História e Geografia açucareira dos séculos XV a XVII.

O açúcar da Madeira ganhou fama no mercado europeu. A qualidade diferenciava-o dos demais e fê-lo manter-se como o preferido de muitos consumidores europeus. O aparecimento de açúcar de outras ilhas ou do Novo Mundo veio gerar uma concorrência desenfreada ganha por aquele que estivesse em condições de oferecer o produto ao melhor preço. Um

²² Alberto Vieira, «Colombo e a Madeira», *Actas III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1993; *idem*, «Colombo e a Madeira: tradição e história», *Islenha*, 1989, n.º 5, pp. 35-47.

²³ Consuelo Varela, *Cristóbal Colón. Textos y Documentos Completos*, Madrid, 1984, p. 160.

²⁴ Cristóbal Colón, *Textos y Documentos Completos*, Madrid, Alianza Editorial, 1984, p. 160; Fray Bartolomé de las Casas, *Historia de las Indias*, vol. I, México, Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 497.

testemunho da realidade surge-nos com Francisco Pyrard de Laval: «Não se fale em França senão no açúcar da Madeira e da ilha de S. Tomé, mas este é uma bagatela em comparação do Brasil, porque na ilha da Madeira não há mais de sete ou oito engenhos a fazer açúcar e quatro ou cinco na de S. Tomé»²⁵. E refere que no Brasil laboravam quatrocentos engenhos que rendiam mais de cem mil arrobas vendidas do que na Madeira.

O aspecto mais significativo da situação do novo mercado produtor de açúcar é a cada vez maior relevância do comércio madeirense. Na verdade, a Madeira foi o ponto de partida do açúcar para o Novo Mundo. O solo madeirense confirmou as possibilidades de rentabilização da cultura através de uma exploração intensiva e de abertura de novo mercado para o açúcar. Foi a partir da Madeira que se produziu açúcar em larga escala que veio a condicionar os preços de venda de forma evidente nos finais do século XV. Também o íncola foi capaz de agarrar esta opção, tornando-se no obreiro da difusão no mundo atlântico. Segundo a tradição, foi a partir da Madeira que o açúcar chegou aos mais diversos recantos do espaço atlântico e os técnicos madeirenses foram responsáveis pela sua implantação. O primeiro exemplo está documentado com Rui Gonçalves da Câmara, quando em 1472 comprou a capitania da ilha de S. Miguel. Na expedição de tomada de posse da capitania, fez-se acompanhar de socas de cana da Lombada, que entretanto vendera a João Esmeraldo, e dos operários para a tornar produtiva. Seguiram-se depois outros que corporizaram diversas tentativas frustradas para fazer vingar a cana-de-açúcar nas ilhas de S. Miguel, Santa Maria e Terceira²⁶.

Em sentido contrário avançou o açúcar em 1483, quando o Governador D. Pedro de Vera quis tornar produtiva a terra conquistada nas Canárias. De novo a Madeira disponibilizou as socas de cana para que aí surgissem os canaviais. Todavia, o mais significativo foi a forte presença portuguesa no processo de conquista e adequação do novo espaço à economia de mercado. Os portugueses, em especial o madeirense, surgem com frequência nas ilhas ligando-se ao processo de arroteamento das terras, como colonos que recebem terras na condição de trabalhadores especializados

²⁵ *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*, vol. I, Porto, 1944, p. 228.

²⁶ Gaspar Frutuoso, *Livro Quarto das Saudades da Terra*, vol. II, pp. 59, 209-212; V. M. Godinho, ob. cit., vol. IV, F. Carreiro da Costa, «A cultura da cana-de-açúcar nos Açores. Algumas notas para a sua História», in *Boletim da Comissão Reguladora do Comércio de cereais dos Açores*, n.º 10, 1949, 15-31.

a soldada, ou de operários especializados que constroem os engenhos e os colocam em movimento. No caso de La Palma refere-se um Leonel Rodrigues, mestre de engenho que ganhou o estatuto em doze anos de trabalho na Madeira²⁷. É de referir também idêntico papel para as ilhas Canárias na projecção da cultura às colónias castelhanas do Novo Mundo. Assim, em 1519, Carlos V recomendou ao Governador Lope de Sousa que facilitasse a ida de mestres e oficiais de engenho para as Índias²⁸.

O avanço do açúcar para sul, ao encontro do habitat que veio gerar o *boom* da produção, deu-se nos anos imediatos ao descobrimento das ilhas de Cabo Verde e S. Tomé. Todavia, só no último arquipélago, pela disponibilidade de água e madeiras, os canaviais encontraram condições para a sua expansão. Deste modo, em 1485, a coroa recomendava a João de Paiva que procedesse à plantação de cana-de-açúcar. Para o fabrico do açúcar refere-se a presença de «muitos mestres da ilha da Madeira»²⁹. É, alias, aqui que se pode definir o prelúdio da estrutura açucareira que terá expressão do outro lado do Atlântico.

A partir do século XVI a concorrência do açúcar das Canárias e S. Tomé apertou o cerco ao açúcar madeirense, o que provocou a natural reacção dos agricultores madeirenses. Sucederam-se queixas junto da coroa, de que há testemunhos datados de 1527³⁰. Em vereação reuniram-se os produtores de cana para se queixarem junto da coroa do prejuízo que lhes causava o progressivo desenvolvimento da cultura em S. Tomé. A resposta do rei, no ano imediato³¹, remetia para uma análise dos interesses em jogo; só depois, no prazo de um ano, seria tomada uma decisão. A exploração era feita directamente pela coroa e só a partir de 1529 surgem

²⁷ *Conquista de la Isla de Gran Canaria*, La Laguna, 1933, p. 40; José Pérez Vidal, *Los Portugueses en Canarias. Portuguesismos*, Las Palmas, 1991; Felipe Fernandez-Armesto, ob. cit., pp. 14-19; Pedro Martinez Galindo, *Protocolos de Rodrigo Fernandez (1520-1526). Primera parte*, La Laguna, 1982, pp. 67, 84-90; Guillermo Camacho y Pérez Galdos, «El cultivo de la cana de azúcar y la industria azucarera en Gran Canaria (1510-1535)», in *AEA*, n.º 7, 1961, pp. 35-38; Maria Luisa Fabrellas, «La producción de azúcar en Tenerife», in *Revista de História*, n.º 100, 1952, pp. 454-475; Gloria Diaz Padilla e José Miguel Rodriguez Yanes, *El Señorío en Las Canarias Occidentales...*, Santa Cruz de Tenerife, 1990, p. 316.

²⁸ Cf. José Perez Vidal, «Canárias, el azúcar, los dulces y las conservas», in *II Jornadas de Estudios Canarios-America*, Santa Cruz de Tenerife, 1981, pp. 176-179.

²⁹ Isabel Castro Henriques, «O ciclo do açúcar em S. Tomé nos séculos XV e XVI», in Albuquerque, Luís de (dir.), *Portugal no Mundo*, Lisboa, s/d, vol. I, pp. 264-280.

³⁰ ARM, CMF, *Vereações 1527*, fl. 23vº, 26 de Março.

³¹ ARM, *D. A.*, n.º 66: 8 de Fevereiro 1528.

os particulares interessados nisso. Enquanto isto se passava, do outro lado do Atlântico davam-se os primeiros passos no arroteamento das terras brasileiras. E, mais uma vez, é notada a presença dos canaviais e dos madeirenses como os seus obreiros. A coroa insistiu junto dos madeirenses no sentido de criarem as infra-estruturas necessárias ao incremento da cultura. Aliás, o primeiro engenho aí erguido por iniciativa da coroa contou com a participação dos madeirenses. Em 1515 a coroa solicitava os bons ofícios de alguém que pudesse erguer no Brasil o primeiro engenho, enquanto em 1555 foi construído por João Velosa, apontado por muitos como madeirense, um engenho a expensas da fazenda real³². A aposta da coroa na rentabilização do solo brasileiro através dos canaviais levou-a a condicionar a força de mão-de-obra especializada que então se fazia na Madeira. Assim, em 1537 os carpinteiros de engenho da ilha estão proibidos de ir à terra dos mouros³³.

O movimento de migração de mão-de-obra especializada do engenho acentuou-se na segunda metade do século XVI, por força das dificuldades da cultura em solo madeirense. O Brasil, nomeadamente Pernambuco, continuará a ser a terra desejada por muitos. Em 1579³⁴ refere-se que Manuel Luís, mestre de açúcar, que exercera o ofício na ilha estava agora em Pernambuco. Muitos mantiveram contactos com a ilha, nomeadamente quanto ao comércio de açúcar; são os casos de Francisco Álvares e João Roiz³⁵. Este movimento de operários especializados era controlado pelas autoridades, no sentido de evitar a concorrência de outras áreas com o Brasil. Em 1647³⁶ Richarte Piqueforte vendera um escravo, «oficial de asucares», a um mercador francês que o pretendia conduzir a S. Cristóvão. A coroa entendia que a saída não deveria ser autorizada e que o escravo

³² Cf. Basílio de Magalhães, *O Açúcar nos Primórdios do Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, 1953; David Ferreira de Gouveia, «A manufactura açucareira madeirense (1420-1550). Influência madeirense na expansão e transmissão da tecnologia açucareira», in *Atlântico*, Funchal, 1987, n.º 10; Maria Licínia Fernandes dos Santos, *Os Madeirenses na Colonização do Brasil*, Funchal, 1999, pp. 46-60.

³³ Alberto Lamego, «Onde foi iniciado no Brasil a lavoura canavieira, onde foi levantado o primeiro engenho de açúcar», in *B. Açúcar*, n.º 32, 1948, pp. 165-168; *Arquivo Geral da Alfândega de Lisboa*, livro 54, fl. 41; *Documentos para a História do Açúcar*, ed. I, A. A. vol. I, Rio de Janeiro, 1954, pp. 121-123, 5 de Outubro de 1555; ARM, *RGCMF*, T. I, fl. 372vº.

³⁴ ARM, *Misericórdia do Funchal*, n.º 711, fls.114-115: 7 de Março.

³⁵ ARM, *JRC*, fls. 391-396: 11 de Setembro de 1599.

³⁶ AN/TT. *PJRFF*, n.º 980, fls. 182-183: 3 de Setembro.

deveria ser adquirido e embarcado para o Rio de Janeiro às ordens do Provedor da Fazenda, para aí ser vendido.

Com tais condicionantes e colocados perante o paulatino decréscimo da produção açucareira na ilha, muitos madeirenses foram forçados a seguir ao encontro dos canaviais brasileiros. Em Pernambuco e na Baía, entre os oficiais e proprietários de engenho, pressente-se a forte presença madeirense. Alguns destes madeirenses tornaram-se importantes proprietários de engenho, como foram os casos de Mem de Sá e João Fernandes Vieira, o libertador de Pernambuco. É a partir daqui que se estabelece um vínculo com a Madeira, continuado através do trato ilegal de açúcar para o Funchal ou para o mercado europeu com a designação da Madeira. Este movimento seguia as ancestrais ligações entre os que do outro lado do Atlântico viam florescer a cultura e aqueles que na ilha ficavam sem os seus benefícios. Veja-se, por exemplo, o caso de Cristóvão Roiz, de Câmara de Lobos, que em 1599 declara ter crédito em três mestres de açúcar de Pernambuco de cerca de cem mil réis de uma companhia que teve com Francisco Roiz e Francisco Gonçalves³⁷.

Os dados, embora avulsos, evidenciam a presença dos madeirenses em todas as capitánias onde chegou o açúcar. São eles purgadores, carpinteiros, mestres, mas também senhores de engenhos³⁸. Muitos arrastaram consigo a família, de modo que algumas se notabilizaram. É o caso dos Leme, flamengos que fizeram da Madeira trampolim para a afirmação no Brasil³⁹. Perante a situação do mercado açucareiro atlântico e a melhor capacidade concorrencial doutras áreas, o açúcar insular estava irremediavelmente perdido. Os canaviais foram desaparecendo paulatinamente das terras, dando lugar aos vinhedos. Apenas a conjuntura da segunda metade do século XIX permitiu o retorno. Mas foram efémeras as tentativas para a produção de açúcar e mesmo assim só possíveis mediante uma política protecionista. Os canaviais perderam a função de produtores do açúcar, o ouro branco dos insulares, mas em contrapartida favoreceram uma produ-

³⁷ Em 1579 (ARM, *Misericórdia do Funchal*, n.º 711, fls. 114-115), Gonçalo Ribeiro refere ser devedor a Manuel Luís, mestre de açúcar, «que agora está em Pernambuco». José António Gonsalves de Mello, *João Fernandes Vieira. Mestre de Campo do terço da infantaria de Pernambuco*, vol. II, Recife, 1956, pp. 201-267. ARM, J.R.C., fls. 391-396: Testamento de 11 de Setembro de 1599.

³⁸ Cf. David Ferreira de Gouveia, *ibidem*, p. 127.

³⁹ Cf. John G. Everaert, «Les Lem, alias Leme une dynastie marchande d'origine flamande au service de l'expansion portugaise», in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 1992, pp. 817-838.

ção alternativa de mel e aguardente. Hoje não mais se fala do ouro branco das ilhas, mas sim do rum ou aguardente e mel, os herdeiros da cultura na Madeira e Canárias. Na expressão de Gilberto Freyre a Madeira é «a irmã mais velha do Brasil... que se extremou em ternuras de mãe para com a terra bárbara que as artes dos seus homens, mestres da lavoura de cana e da indústria de açúcar, concorreram... para transformar rápida e solidamente em Nova Lusitânia.»⁴⁰

A tradição cultural e o açúcar

À expansão da cultura da cana-de-açúcar ligam-se tradições culturais europeio-africanas. Na verdade a cana-de-açúcar propiciou o confronto da cultura europeia com a africana, sendo exemplo cabal as sociedades geradas em seu torno nas Antilhas e Brasil. No último espaço são evidentes os aspectos sincréticos que estão na origem da designação *afro-brasileira*, como provam os estudos de Gilberto Freyre⁴¹ e Roger Bastide⁴². Mas aqui insiste-se nos contributos culturais resultantes do confronto com a população africana, conduzida como escrava para a safra do açúcar. Por outro lado, insiste-se que a expansão da cultura da cana-de-açúcar propiciou a divulgação de determinadas tradições lúdicas: representações teatrais e festivas. Está neste caso o «tchiloli», nome dado à peça *A Tragédia do Marquês de Mântua e do Imperador Carlos Magno*, atribuída ao madeirense Baltazar Dias⁴³. É uma peça teatral do ciclo carolíngio, muito representada no século XVI, que teria sido levada para S. Tomé pelos plantadores e mestres de engenhos da Madeira. A tradição perpetuou-se e ainda hoje se apresenta o «tchiloli» para celebrar um acontecimento importante ou um dia santo. Na ilha Terceira persistem na actualidade as afamadas danças do *Entrudo*, que, segundo opinião de alguns estudiosos,

⁴⁰ «Na Madeira. Impressões de um Brasileiro», in Alberto Vieira, Gilberto Freyre e a Madeira, *Diário de Notícias-Madeira*, 15 de Julho de 1987, p. 2.

⁴¹ O texto mais famoso é *Casa Grande e Senzala*, 25.ª edição, Rio de Janeiro, 1987 (1.ª edição em 1933); mas também é importante *Nordeste*, Rio de Janeiro, 1985 (1.ª edição, 1937).

⁴² *As Américas Negras. As civilizações africanas no Novo Mundo*, S. Paulo, 1974; *As Religiões Africanas do Brasil. Contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações*, S. Paulo, 1985.

⁴³ Christian Albert, *Le Tchiloli de São-Tomé, un exemple de subversion culturelle*, Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1985. Sep. *Les Littératures Africaines de Langue Portugaise: à la recherche de l'identité... das Actas do Colóquio*, Paris, 28-30 Nov.-Dez. 1984, pp. 437-444.

se filia na tradição do *bumba-meu-boi* brasileiro. À volta disso estabeleceu Luís Fagundes Duarte⁴⁴ uma teoria que aponta para a existência de uma tradição lúdica canavieira, que acompanhou o percurso de expansão do açúcar no Atlântico, marcada por representações e danças de carácter dramático com «sabor» vicentino.

A par disso, no Brasil, algumas das folias que animavam os terreiros do engenho são um misto de tradições europeias e africanas. Destacam-se o *bumba-meu-boi* e o *fadango*. A primeira aproxima-se da tradicional tourada, surgindo como forma de exaltação do negro e do boi, elementos fundamentais da safra açucareira. A segunda é um auto popular do ciclo natalício que descreve a luta entre o cristão e o mouro, numa clara alusão ao processo de reconquista peninsular. Do lado oposto a estas tradições está a *congada*, uma dança de senzala, definida pela coroação do rei do Congo, que tinha lugar em Maio (dia de São Benedicto) e Outubro (dia de Nossa Senhora do Rosário).

Ainda no Brasil, a economia açucareira gerou uma dinâmica sociocultural diversa, que deixou rastros evidentes na literatura: o caso mais evidente é o de José Lins do Rego (1901-1957), que escreveu um conjunto de romances a retratar o ciclo da cana-de-açúcar: *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Banguê* (1934), o *Moleque Ricardo* (1935), *Usina* (1936), *Fogo Morto* (1943) e *Meus Verdes Anos* (1956). No campo da poesia não podemos esquecer Ascenso Ferreira⁴⁵ e João Cabral de Mello Neto (1922-1999)⁴⁶. Na Madeira esta vivência não entusiasmou a veia literária. Apenas na actualidade o tema despertou o interesse de Horácio Bento de Gouveia, em *Águas Mansas* (1963), e João França, em *A Ilha e o Tempo* (1972).

Acontece ainda que o quotidiano gerado pela exploração açucareira não ficou apenas reduzido à Madeira e ao Brasil. Nas Caraíbas a presença da cana-de-açúcar foi assídua, acabando por despertar a atenção de escritores, poetas e cantores. Em Cuba podemos referir o caso de Carolina García Aguilera, com *Bitter Sugar* (NY, 2001) e para a Martinica temos Raphael Confiant com *Commandeur du Sucre* (Paris, 1994, 1999). No mundo de língua inglesa o tema foi também constante motivo de inspiração literária, como foi o caso de Barry Unsworth com *Sugar and Rhum* (NY, 1988).

⁴⁴ «Sobre as danças de Carnaval da Ilha Terceira», in *Ethnologia*, n.º 14, 1984, pp. 49-56.

⁴⁵ Ascenso Carneiro Gonçalves Ferreira, *Poemas (1922-1953)*, Recife: Nery da Fonseca, 19--; *idem*, *Canna caianna: versos*, Recife: Empreza Diário da Manhã, 1939.

⁴⁶ *Poesia Completa 1940-1980*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

A safra açucareira teve também implicações na política de urbanização do espaço rural, condicionando uma forma peculiar de ligação do espaço agrícola-industrial com as estruturas de mando e controlo social. A célebre trilogia rural, tão bem definida por Gilberto Freyre, teve o primeiro aparecimento aqui na Madeira, sendo testemunho actual disso a célebre lombada de João Esmeraldo (Ponta do Sol). Outros exemplos poderiam ser referenciados na ilha, embora, lamentavelmente, se estejam a perder. Talvez por estas implicações do açúcar se confinarem ao espaço rural, ou por outras razões que desconhecemos, se tenha definido para o Funchal építetos pouco expressivos da realidade. Assim a partir da publicação do livro de António Aragão (1988) sobre a cidade do Funchal, ficou estabelecido que ela era a «primeira cidade construída por Europeus fora da Europa» e dentro da malha urbana havia uma «cidade do açúcar» e outra «cidade do vinho». Esta definição não colhe hoje argumentos a seu favor⁴⁷.

Nas pesquisas promovidas nos Açores, Canárias, Brasil e Antilhas, ninguém, até hoje, teve a ousadia de avançar com semelhante perspectiva reducionista da realidade arquitectónica e urbana. Todos são unânimes em afirmar a adaptação do modelo europeu às condições geo-humanas dos novos espaços e a forte vinculação às directivas régias e à mão-de-obra especializada da península. O desenvolvimento económico, assente na produção ou comércio de certos produtos, surge em todas as áreas, não como factor definidor da traça urbana e arquitectónica, mas sim como meio⁴⁸.

O açúcar e o vinho surgem na Madeira como produtos catalisadores da actividade socioeconómica madeirense e não como princípios geradores das cidades ou do espaço urbanizado. Foram apenas os suportes financeiros necessários ao desenvolvimento e embelezamento do espaço urbano. Os mestres que orientaram a construção do espaço urbanizado foram recrutados no reino e enquadram-se nos padrões peninsulares de humanização do espaço. Por outro lado, os monarcas intervêm com assiduidade na política arquitectónica, enviando regimentos e planos sobre o modo como se deverá proceder à construção. Tenham-se em atenção as

⁴⁷ *Para a História da Cidade do Funchal. Pequenos Passos da sua Memória*, Funchal, 1979; *idem*, *As Armas da Cidade do Funchal*, Funchal, 1984; *idem*, «Alguns tópicos para a classificação urbanística da Madeira», *Islenha*, n.º 9, Funchal, 1991.

⁴⁸ R. M. Morse, «Introducción a la Historia Cubana de Hispanoamerica», in *Estudios sobre La Ciudad Iberoamericana*, Madrid, 1983; J. E. Hardoy, *El Modelo Colonial Hispanoamericana*, Buenos Aires, 1968; *idem*, «Las formas cubanas europeas durante los siglos XV al XVII y su utilizacion en América Latina», in *Urbanización y Proceso Social en América*, Lima, 1982.

recomendações feitas por D. Manuel para a construção da cerca e muros conforme o sistema delineado em Setúbal. Por outro lado o mesmo monarca, ao ordenar em 1485 a construção dos paços do concelho, da igreja, alfândega e praça, pretendia dar ao Funchal uma dimensão peninsular. Terá sido o espaço urbanizado à custa dos proventos do açúcar que conduziu à errada formulação dos princípios geradores do urbanismo funchalense.

Se tivermos em conta que a economia açucareira madeirense não assumiu a mesma proporção da brasileira ou mexicana e que nas últimas áreas não se fala de urbanização do açúcar mas sim das implicações sociológicas e arquitectónicas do produto, teremos por anacrónica a definição do Funchal como uma cidade do açúcar. Confrontados os estudos sobre a história das cidades das demais ilhas atlânticas e do Novo Mundo, onde a cana-de-açúcar foi dominante, não encontrámos qualquer definição deste tipo para a malha arquitectónica urbana. Tenha-se como exemplo o caso de Canárias, onde é evidente no urbanismo um extremo seguidismo dos cânones peninsulares. Por isso não entendemos a forma despropositada como se tem defendido a existência no Funchal de uma *cidade do açúcar*. A única coisa que se poderá dizer é que a imagem do produto ficou apenas nas armas da cidade, a partir do século XVI, a que se juntou a videira no século XVIII. Não obstante o facto de aquele espaço, que é hoje o centro da cidade, ter sido no século XV uma área de canaviais (o Campo do Duque), as alterações que se produziram a partir da década de oitenta do século XV conduziram à adequação aos modelos arquitectónicos peninsulares. E a imposição lançada em 1485 sobre o vinho surgiu única e exclusivamente com o intuito de criar um fundo municipal para o «nobrecimento» da vila. Com isto não queremos excluir a função relevante dos proventos arrecadados pela economia açucareira na valorização do património urbano, mas apenas referenciar que não houve uma ligação directa entre ambas as situações. Em boa verdade se diga que o recinto urbano, que emerge a partir da década de sessenta do século XVI entre as ribeiras de João Gomes e Santa Luzia e, depois, para além da última, foi o princípio da futura cidade, dominada pelos mercadores do açúcar. As residências de João Esmeraldo, de D. Mécia, do capitão do donatário, bem como os conventos (Encarnação, S. Francisco e Santa Clara) e igrejas (Sé, Capela dos Reis Magos, Madre de Deus e matrizes de Machico, Ponta do Sol, Calheta e Ribeira Brava) foram erguidos e embelezados artística-

mente a partir dos proventos acumulados com a safra do açúcar. Mas uma coisa é o açúcar ser fonte de receita, participante do processo, e outra é que daí resultem implicações urbanísticas e plásticas. Na verdade, a vila, que é elevada em 1508 à categoria de cidade, deve apenas ser considerada como a cidade dos mercadores de açúcar e nunca a cidade do açúcar.

Em síntese, os canaviais e o açúcar são uma dominante da História da Madeira e do Atlântico. Foram eles os mobilizadores de destacadas rotas oceânicas, como de migrações de população livre e escrava. Ao produto junta-se quase sempre este misto de riqueza e pobreza, alegria e opressão ou escravidão. Na verdade, a cana-de-açúcar é entre todas as plantas domesticadas pelo Homem a que teve mais implicações na História do Ocidente. O seu percurso multissecular, desde a sua descoberta remota na Papua (Nova Guiné) há doze mil anos, evidencia esta realidade. A sua chegada ao Atlântico, no século XV, provocou o enorme fenómeno migratório que foi a escravatura de milhões de africanos e teve repercussões evidentes na cultura literária, musical e lúdica. Foi também no Atlântico que a cultura atingiu a sua plena afirmação económica, assumindo uma posição dominante no sistema de trocas.

O açúcar é de todos os produtos que acompanharam a diáspora europeia aquele que moldou, com maior relevo, a mundividência quotidiana das novas sociedades e economias que, em muitos casos, se afirmaram como resultado dele. A cana sacarina, pelas especificidades do cultivo, especialização e morosidade do processo de transformação em açúcar, implicou uma vivência particular, assente num específico complexo sociocultural da vida e convivência humanas. Neste contexto a Madeira manteve uma posição relevante, por ter sido a primeira área do espaço atlântico a receber a nova cultura. E, por isso mesmo, foi aqui que se definiram os primeiros contornos desta realidade, que teve plena afirmação nas Antilhas e Brasil. Foi na Madeira que a cana-de-açúcar iniciou a diáspora atlântica. Aqui surgiram os primeiros contornos sociais (a escravatura), técnicos (engenho de água) e político-económicos (trilogia rural) que materializaram a civilização do açúcar. Por tudo isto torna-se imprescindível a análise da situação madeirense, caso estejamos interessados em definir, exaustivamente, a civilização do açúcar no mundo atlântico.

*Artes plásticas e ensino artístico.
Uma «escola» madeirense?*

ANTÓNIO GORJÃO*

Plano/Resumo

As Artes Plásticas e o Ensino Artístico na actividade cultural madeirense da segunda metade do século XX. Antecedentes próximos. Características e condições específicas. Papel do ISAPM (Instituto Superior de Artes Plásticas da Madeira) e outras instituições ou entidades. Erros e aspectos mais positivos. Existirá uma «escola» madeirense? Situação actual e perspectivas: o surto, as carências e as potencialidades de desenvolvimento – institucionais e espontâneas, formativas e críticas – dos meios e modos de produção e expressão, e de incentivo, difusão e mercado – quer ao nível regional, quer a nível da inserção nacional e internacional.

Observações prévias

1 – Este pequeno trabalho, em sucintas dimensões determinadas pelas circunstâncias e limitado tempo disponível, deverá, ou deveria, pela sua perspectiva de abordagem dos factos, enquadrar-se mais (naturalmente) no seio de uma Crítica Antropológico-Cultural e Estética que no âmbito da História – embora contenha subjacente uma aproximação diacrónica e estrutural genética, além da simplesmente fenomenológica, na busca da relativa objectividade possível e rigor avaliativo, acima de uma voluptuosa prática opinativa, fácil ou rebuscada. Temo, contudo, face às condicio-

* Professor e Presidente do Conselho Directivo do ISAPM.

nantes de elaboração referidas, que se fique por um simples apanhado de notas e reflexões discutíveis, de critérios pouco homogêneos e apressadamente encadeadas, redigidas e quase não revistas – por isso apenas deficientemente cumprindo, com numerosas lacunas, o plano e os objectivos a que se propunha (pois mais judicativo que analítico)... Mas, porque factualmente fundado, ainda assim, espero que talvez possa revestir-se de alguma utilidade na apreciação da realidade cultural em que nos movemos...

2 – Creio, por outro lado, que poderia ter havido lugar a uma sessão especificamente dedicada às diferentes áreas das manifestações artísticas (não só entendidas enquanto «tradições») – pois elas são múltiplas e ricas, mas só poderei ocupar-me explicitamente das Artes Plásticas, mencionando as restantes apenas pontual ou episodicamente...

1. Questões iniciais e antecedentes

Se me permitem, começarei pela mais comum e talvez cretina das questões: haverá uma Arte Madeirense? Para adiantar uma das mais truístas das respostas: evidentemente que sim – pois existe uma produção artística madeirense, que integra hoje as vivências culturais dos madeirenses! Importa saber é se ela possui características próprias originais e distintas, que a identifiquem como genuinamente originária e emblemática da Madeira ou de madeirenses, além de ser aqui produzida; isto é: se há uma «escola» artística regional... E é bem provável que as características do que por cá se cria não cheguem a individualizar uma «escola» ou uma «estética», assim definidos – o que nem sei se necessariamente constituiria já um bem maior ou relevante... Mas que temos uma Escola de Ensino Superior Artístico com características específicas, isso desde já afianço que sim – e, em alguns aspectos essenciais, de potencialidades exemplares! O que serão, a maior prazo, os seus frutos, é o que teremos de aguardar para confirmar, sabendo-se, porém, que eles dependerão sobretudo dos meios que consigamos obter – pois todos os indícios são clara e gratamente promissores!...

É corrente dizer-se (em certos círculos) que os madeirenses mostram uma apetência especial pelas Artes. Que se revelaria nas criações e recria-

ções do seu Folclore e Artesanato – o que admito ser verdade, antes dos compromissos de índole comercial e industrial que hoje os dominam; mas também se demonstraria pelo número de estudantes de Arte e Música, ou pelos prémios alcançados fora, por crianças da Região; e por contarmos já alguns Artistas maiores daqui naturais... Mas, quanto a estes, ainda são realmente poucos; e se existe apreciável percentagem de alunos (ou até praticantes) de Arte ou Música, isso pode resultar do correspondente ensino aqui surgido (mais isso, talvez, que o inverso), bem como da longa ausência de outras motivações e perspectivas! Se bem que a própria índole caracterial e sensual do madeirense, moldada nas condições físicas e climáticas do meio, aliadas àqueles outros factores (a criação das Escolas e os tipos de motivações e perspectivas possíveis), possa mesmo ter gerado uma particular predisposição vocacional, fundada na contemplação reflexiva, mas também nas insatisfações, no sonho e no desejo – a menos que estes sejam contrabalançados pela indolência e congénita ignorância... o que seria interessante, mas difícil, de comprovar. Talvez só o desenvolvimento de outras vias de formação e realização pessoal permita, no futuro, verificá-lo. Embora uma apetência pela criação e pela fruição estéticas seja comum (mas em diferentes graus?) a todos os povos...

Não se pode é ignorar (veja-se o «Elucidário Madeirense») que: no princípio do século XIX (1809), foi, por Carta Régia, fundada uma «Aula de Desenho e Pintura» no Funchal, a par de outras «aulas» de nível secundário, e à qual, por meados do século, a Câmara Municipal deu continuidade como «Aula de Desenho»; depois por Decreto de 1889, foi aqui estabelecida a «Escola de Desenho Industrial Josefa de Óbidos» (para ensino do Desenho com aplicação às indústrias em desenvolvimento local); essa, em 1891, passou a «Escola de Desenho Industrial António Augusto de Aguiar», com «cadeiras» de Desenho Elementar (preparatório e complementar), Desenho Arquitectónico (incluindo «desenho artístico, modelação e desenho técnico») e Desenho Ornamental (incluindo «desenho de ornato, modelação e composição ornamental»); e dela derivou em 1893 a Escola Industrial do Funchal, onde foram criadas sucessivamente várias áreas oficinais e aulas teóricas, e a qual, em 1918, integrava disciplinas de Desenho Geral e Desenho Especializado. Além disso, a partir da restauração do regime constitucional em 1834, desenvolveu-se a Instrução Primária na Madeira, quer em escolas públicas, quer particulares, algumas destas (em especial femininas) iniciando também nas prá-

ticas de expressão artística; e, para formar docentes, foi criada em 1900 a Escola Normal, transformada (por Decreto de 1919) em Escola Primária Superior, de que derivaria a mais recente Escola do Magistério; existiu ainda uma «Escola de Utilidades e Belas Artes», instituída pela Junta Geral (no ex-seminário da Encarnação) de 1914 a 1919.

Foi precisamente na Escola Industrial do Funchal, onde o pai era mestre de oficina, que fizeram os primeiros estudos artísticos os irmãos Henrique e Francisco Franco, bem como o seu colega Alfredo Miguéis (este que, curiosamente, foi residente no edifício onde agora está sediado o Instituto Superior de Artes Plásticas da Madeira); os três daí ingressaram na Academia Real de Belas Artes, actual Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, onde se formaram com destaque e de onde partiram, como bolseiros do Prémio Valmor, para estadias em Paris. Aí trabalharam e expuseram, tal como, numerosas vezes, em Lisboa, com obtenção de importantes distinções. E foram estes três vultos, com reconhecido papel desempenhado no enriquecimento e alguma renovação da Arte Portuguesa (em especial o Escultor), quem verdadeiramente personificou a criação artística madeirense, de dimensão nacional, na primeira metade do século XX, além das funções docentes que os dois Pintores para cá vieram exercer na Escola Industrial: Alfredo Miguéis desde 1917 até (julgo) à sua morte, em 1943; Henrique Franco durante catorze anos, até ao seu ingresso, em 1934, como Professor da Escola de Belas Artes de Lisboa. Quanto a Francisco Franco, aqui trabalhou de 1914 a 1920 e aqui ficaram, publicamente pontificando, aquelas que porventura serão as suas melhores obras.

Por outro lado, não se esqueçam as grandes influências que por cá exerceram as produções artísticas estrangeiras: desde logo, nos séculos XV e XVI, a excelente pintura flamenga, espalhada por casas senhoriais, igrejas e capelas; passando, no século XIX, pela grande quantidade de pinturas, gravuras e litografias sobre motivos madeirenses, principalmente de artistas ingleses – de que é bom ver-se o catálogo de «Estampas Antigas da Madeira» organizado em 1935 por João Cabral do Nascimento, ou as colecções ainda existentes entre nós, com especial relevo para as da Casa-Museu Frederico de Freitas; e passando ainda pelos modelos de bordados e tapeçarias e pela prolífica obra de Max Römer e outros recentes paisagistas.

2. Da Academia ao ISAPM

Todos esses factores, mais as preocupações culturais e um gosto pessoal ou alimentado em algumas «tertúlias» restritas, terão de algum modo inspirado a fundação da Sociedade de Concertos da Madeira e a criação, por esta, da Academia de Música, depois Academia de Música e Belas Artes da Madeira (AMBAM), com os primeiros Cursos Superiores de Música e Belas Artes, oficialmente reconhecidos e equivalentes aos dos Conservatórios e das Escolas Superiores de Belas Artes continentais – que verdadeiramente marcaram a vida cultural madeirense, desde a década de 50 a meados dos anos 70, com prolongamento nos actuais Conservatório de Música, Academia de Línguas e Instituto Superior de Artes Plásticas da Madeira (ISAPM).

Na Secção de Belas Artes da Academia, eram professados os Cursos Superiores de Pinturas e Escultura, sob supervisão das Escolas Superiores de Lisboa e do Porto, que alternadamente presidiam aos respectivos exames finais, até lhes ser atribuída autonomia própria; e aí se formaram várias dezenas de docentes habilitados para os Ensinos Preparatório e Secundário, bem como aqueles que depois foram ingressando no renovado corpo docente da própria Escola que os formara. E em ligação a essa Escola foram-se realizando os principais estudos e iniciativas de exposições e conferências sobre Artes Plásticas, que por cá se efectuaram ao longo desses anos, já em estreito contacto com a Arte Portuguesa de então e, particularmente a partir do final da década de 60, com vivo conhecimento do que pelo Estrangeiro surgia, nas várias vertentes culturais, teóricas e artísticas – para isso também contribuindo, notavelmente, o bom trabalho do Cine Fórum do Funchal (então aspirando a constituir-se em Casa da Cultura) e realizações como o Grande Prémio Cidade do Funchal, ou a grande mostra da colecção Sternersen.

Entretanto, novos artistas originários da Madeira iam-se afirmando no exterior: como foi sobretudo, nas Artes Plásticas, o caso de Lurdes de Castro, mas também os de Martha Teles e Vítor Fortes, ou António Aragão, entre outros; que, todavia, não tinham cursado a AMBAM... E respectivamente nas linguagens e nas temáticas das duas primeiras é que se terá manifestado, mais do que nunca, uma autêntica raiz de facto madeirense. Dos que cursaram a Academia, creio terem-se afirmado, com maior mérito, principalmente alguns dos que com ela mantiveram ligação ou

retornaram, integrando as duas gerações do seu corpo docente; todavia, nas suas criações, não se acentuam especiais vivências madeirenses – dada a sua formação erudita e universalista. Pelo contrário, só um dos primeiros professores para cá vindo, Anjos Teixeira, procurou retratar alguns vultos e folclore locais – enquanto alguns amadores mais notáveis (como Melos e muito depois Carlos Luz) se dedicavam aos registos paisagísticos e humanos em aguarela; paralelamente, continuavam-se a cultivar algumas genuínas expressões do imaginário popular, em especial nas «festas» e nas «lapinhas», com expoente nas figurinhas de Roberto Cunha.

Seria porém o 25 de Abril de 74 a marcar uma profunda alteração no panorama sociocultural e artístico da Região, como em todo o País. Desde logo, com a mudança de orientações imprimida à Academia (então passada a autogestão), nomeadamente na Secção de Belas Artes, com radicais reformulações dos seus currículos, programas e regimes de funcionamento –, alterações primeiro prosseguidas independentemente das que, em paralelo, se processavam nas Escolas Superiores de Lisboa e do Porto, e depois com procuradas aproximações a essas (proporcionadoras dos necessários reconhecimentos e equivalências). Tal facto conduziria mesmo à criação, em 1977, da primeira escola superior da Região, o Instituto Superior de Artes Plásticas da Madeira, com aproveitamento das estruturas e pessoal de precedente Secção da AMBAM, expressamente, com vista à sua integração na futura instituição universitária da Madeira. Mas tudo isso inserido igualmente numa notável dinâmica de múltiplos empenhamentos, requerendo mesmo um constante enfrentamento de reservas e preconceituosas incompreensões governamentais, só parcialmente quebradas já no dobrar da década, algum tempo depois da instauração da Autonomia Regional...

Foi esse, de resto, um longo período de enormes entusiasmos e permanentes lutas quase «infernais» – que quem viveu jamais poderá esquecer e de que existe vastíssima documentação, ainda no entanto sem o devido estudo sistemático!... Mas foi, acima de tudo, a época das mais diversificadas experimentações e aprendizagens, na ânsia das profundas renovações democratizadoras, da mais ampla informação e da discussão urgente. E então era verem-se, principalmente neste sector cultural, as competições à porfia, mas também algumas solidariedades e colaborações, quer individuais e associativas, quer entre a Direcção Regional dos Assuntos Culturais, o Cine Fórum, a Comissão de Actividades Culturais da Câmara

Municipal do Funchal e o próprio ISAPM – cada um actuando segundo os meios e perspectivas viáveis. E era verem-se as obras e companhias trazidas de fora, as numerosas exposições (abertas) de cá, as visitas guiadas, os debates, os ateliers infantis e os abertos ou livres, os cursos especiais e seminários, os grandes propósitos e projectos, a dinâmica das Escolas no meio, os artigos e entrevistas de crítica e divulgação, os convívios, as demarcações e as reivindicações. Mas também quantas sobreposições e insipiências populistas, quantos dispêndios exagerados e quantas faltas de critério e qualidade – em especial nos apoios, nas iniciativas e nas mostras de galerias oficiais, ou em referências e notícias dos órgãos de informação, estas ainda subsistentes ou mesmo agravadas até hoje!...

3. Situação presente e perspectiva

Aos poucos, no entanto, as depurações foram-se e vão-se processando; os exageros foram-se coibindo; o entendimento amadurece. Prevaecem iniciativas de maior relevo e sensatez – logo mais frutuosas. A qualidade vai-se impondo à quantidade, pelo menos nas instâncias mais responsáveis e obrigatoriamente informadas (embora ainda se encontrem mal entregues algumas atribuições-chave, tanto regionais como nacionais – nestas últimas até se verificando vários e espantosos retrocessos no pelouro da cultura!).

Ao longo dos anos oitenta, foi reconhecida e apoiada a autoridade competente do ISAPM, que ministra os Cursos Superiores de Artes Plásticas/Pintura, Artes Plásticas/Escultura e Design/Projectação Gráfica, a nível de Licenciatura, que bem soube activamente aperfeiçoar-se e consolidar-se. Uma plêiade de jovens artistas nossos, com adequada formação, tem vindo a surgir e vai produzindo com regularidade. Estabeleceram-se gratificantes intercâmbios com o exterior, em âmbito nacional. Constituiu-se uma Associação de Artistas Plásticos da Madeira. Organizam-se novas galerias, com projectos louváveis, e até um mercado de Artes se vai formando. Do mesmo modo surgem, embora tímidas, novas solicitações na ampla área do Design, e até a investigação fundamental, nestes sectores, se tem paulatinamente ampliado – apesar da quase total ausência de condições e incentivos oficiais, desde sempre verificada, até mesmo no âmbito do recente Programa Ciência (tão propagandeado)!...

Será justo acentuar, aliás, que o ISAPM é hoje, comprovada e indubitavelmente, das Escolas Superiores de Arte mais coerentes e organizadas no País e uma das que, mesmo internacionalmente, possuem os currículos, programas e metodologias mais exigentes e caracterizadamente universitários, dadas as suas amplas e equilibradas componentes curriculares científicas, teóricas, tecnológicas e experienciais. Como é, com certeza, e sobretudo tendo em conta a escassez dos seus corpos, uma das mais actuates, ou a que no País desenvolve um mais regular e vasto plano de realizações próprias e colaborações diversificadas; além de ser também, provavelmente, a que mais tem defendido os direitos inerentes ao sector. Como foi (e é ainda) pioneira, quer no modelo de organização, acentuadamente inovador e adaptado à carência de condições própria do meio, quer nas áreas de investigação e experiência que aqui se iniciaram no âmbito do País: desde a Estética e Ciências da Arte, ao Vídeo e à Computer-Arte; até ao pendente projecto de nova Licenciatura em Educação Artística; ou aos seminários e cursos especiais, às Jornadas anuais e aos Ateliers Livres. E por isso dizia que temos uma Escola autenticamente nossa! Esta é uma das três Escolas Superiores oficiais desta área, em todo o País e, por tudo isso, é já objecto de enorme demanda por candidatos nacionais e estrangeiros das mais diversas origens, tanto para os estudos de Licenciatura como para os de Pós-Graduação – a uns e outros, porém, não podendo satisfatoriamente atender...

Aí residem, pois, as razões dos maiores problemas com que nos defrontamos. Na verdade, se somos uma Escola que, apesar dos diminutos recursos, bem desempenha, em moldes próprios, as suas finalidades e vai culturalmente formando e transformando as dimensões estéticas do meio vivencial (cada vez mais, através dos seus diplomados), tendo já quase triplicado o número inicial dos seus alunos, também é certo que, para que haja uma boa correspondência às crescentes necessidades e melhor inserção no sistema educativo nacional, deveremos ainda: duplicar-lhe o actual quantitativo de estudantes, com funcionamento em dois turnos; organizar novos cursos de especialização pós-graduada e alterações aos actuais currículos e plano de estudos (já requeríveis pelas novas perspectivas) e ampliar ou criar novas áreas de investigação e de produção própria. E para tanto serão indispensáveis instalações e equipamentos adequados, mais a admissão e formação de novos docentes, investigadores, colaboradores e técnicos diversificados. Mas tudo isso está

dependente da vontade e disponibilidades do Governo Regional, por um lado, assim como, por outro lado e sobretudo, de obrigatórias definições do Governo da República, respeitantes ao estatuto universitário destas Escolas Superiores, revisão de carreiras e regimes de exercício, que vêm sendo ilegítima, abusiva e ilegalmente proteladas há exactamente duas dezenas de anos, nomeadamente com grave prejuízo de direitos e em flagrante desrespeito pela Constituição, assim como (há quatro anos) pela Lei de Bases vigente!...

Só acrescento que ainda agora apareceram outra vez atropelos imoralmente prolongados, mediante publicação de diploma do Governo, pelo qual este se autoconcede novo prazo de dois anos para cumprir o que, por Lei, devia ter cumprido há tantos anos! E nem o Parlamento, nem o Presidente da República, o Provedor, o Procurador-Geral da República ou o Tribunal Constitucional se preocupam com tão estranha legalidade...

Entretanto, valha-nos o consolo de verificar o quanto a vontade própria, apesar desses entraves, tem conseguido edificar – pois, mais ainda que para nós, é para as novas e futuras gerações que temos de trabalhar. E, entre tantas ingratidões, é gratificante que ainda em 18 de Novembro último pudesse ter surgido no *Diário de Notícias* a seguinte declaração atribuída a Lígia Gontardo, quando da sua primeira exposição individual: «As gerações que me antecedem lutaram muito com a sua experiência para criar as condições que existem hoje no Funchal. Se eu estou aqui hoje é graças à minha dedicação ao trabalho, claro. Mas foi sobretudo a batalhados mais experientes que abriram as portas para que tivéssemos condições e espaços profissionais para expor». – E não só (gostaria eu de precisar)!...

Se já sabemos como, entre nós, muitos jornalistas costumam «interpretar» à sua maneira o que dizemos, quero crer que esta afirmação não anda distante da proferida pela autora; e julgo que muitos governantes bastante teriam a aprender com ela! Mais importante que isso, porém, é precisamente o facto de vários jovens artistas madeirenses, como a Lígia, e ainda outros da geração precedente, virem nos últimos anos a poder efectuar numerosas exposições colectivas e individuais (estas pela primeira vez), em que sobressaem uma elevada qualidade, uma original expressão própria e uma flagrante actualidade de informação e linguagens criadoras. É isso o que verdadeiramente importa, desde que as obras sejam crescentemente autênticas, genuínas e enriquecedoras – como vão sendo, pelas

próprias diversidades pessoais dos autores. Com isso está nascendo, hoje, uma autêntica Arte Madeirense (porque de madeirenses), com verdadeira dimensão europeia e internacional; e assim se abre um futuro estética e culturalmente pujante, que passa sempre pela descoberta de nós e pelo constante desenvolvimento das nossas próprias potencialidades!

4. Condições necessárias e alguns votos

Para que o actual surto criador não estiole muito em breve, serão no entanto requeríveis diversas condições.

Antes de mais, que as gerações já firmadas, e as que agora se afirmam, prossigam o seu labor em progressão (desejavelmente considerado, mesmo, como «obra em progresso», ou em contínuo processamento). Que se apurem os critérios de selecção e abertura das galerias, em especial as oficiais, e que estas e as novas galerias continuem promovendo os reais valores de cá, em alternância com relevantes convidados e mostras colectivas do exterior. Que se fomentem os concursos públicos ou limitados, oficiais (cessando a tendência para proteccionismos ou retorno à arte oficiosa), e se estimulem as encomendas e apoios privados ou empresariais, nos âmbitos da Arte e do Design, mas também de consultoria.

Que se estimulem e apoiem congruentes projectos de investigação, candidaturas a especializações e adequados meios de difusão de teses, ensaios, outros estudos ou produções afins. Que os meios de comunicação social cumpram as suas obrigações de informação, debate e crítica regular, mediante recurso a colaboradores meritórios. E que se avance para a concretização de um Museu de Arte Contemporânea da RAM (Região Autónoma da Madeira), já possível e reclamável, para reunião, conservação e permanente mostra dos acervos constituídos (desde as aquisições iniciadas quando dos Prémios Cidade do Funchal) e que importa continuar ampliando.

Que se proporcionem adequados espaços e condições de trabalho, a serem geridos preferencialmente pela Associação de Artistas Plásticos e a obter mediante reaproveitamento (em condições benévolas) de recintos disponibilizáveis a partir de desocupações por serviços públicos ou outros. E diga-se que vai sendo tempo de se avançar mesmo na constituição, devidamente estudada e projectada, de um amplo e polivalente

Centro de Criação Cultural Madeirense, diversificadamente subsidiado mas dotado da conveniente autonomia.

Que igualmente se incentivem a recuperação e reabilitação de quintas e dos melhores exemplares do nosso Património construído, particularmente arquitectónico e mobiliário; mas também tanto a qualitativa criatividade na nova Arquitectura e no Design de equipamentos (onde ela é de facto crescente, apesar das monstruosidades mais correntes), como a responsável e mais séria defesa da qualidade ambiental e paisagística, urbana e natural.

E, fundamentalmente, que sejam tomadas, de uma vez, as decisões há muito indispensáveis para que os Estabelecimentos de Ensino Superior em geral, e do Artístico em particular, melhor possam prosseguir as finalidades e vastas funções que lhes são próprias, designadamente concretizando os planos e projectos que há alguns anos têm pendentes, no âmbito da formação especializada nas suas áreas, da formação adequada de docentes, da investigação, criação e difusão cultural, científica e artística – como determinado pela Lei de Bases do Sistema Educativo; e que sejam suscitadas as condições para o desenvolvimento da «Área-Escola» nos outros graus de Ensino, em devida ligação com os meios locais e regional – como previsto pela Reforma do Sistema Educativo, com vista à mais geral capacitação estético-cultural das novas gerações e dos cidadãos no seu todo.

Isto é: que os órgãos de poder, regionais e nacionais, cumpram com responsável discernimento as suas obrigações (como dá mostras de pretender a Secretaria Regional da Educação), não tolhendo a positiva iniciativa e capacidade realizadora dos cidadãos e das instituições empenhadas e cumpridoras! Para que a reflexão acerca das nossas realidades – social, educativa e cultural – não continue a processar-se sempre na complexada referência e perspectivação do passado, ou em relação a uma ainda latente mediocridade e confusão ou indefinição no presente, como é a tendência dominante, essas realidades terão de se prospectivar, consciente e escla-recidamente, em função das metas futuras, com devida paridade e integração nacional e internacional – sem o que não as alcançaremos e antes tergiversaremos na acumulação dos erros e desvios provincianos!...

Mas isso, que será enveredarmos decididamente na senda de um novo Humanismo, realmente democrático, envolve o imprescindível respeito pelas competências dos especialistas credíveis em cada sector – posto que

a democratização e o desenvolvimento culturais não têm a ver com a instrumentalização economicista em que vivemos, ou com jogos secretistas e imposições do poder, mas, sim, com a promoção das condições de progressivo acesso generalizado à fruição, ao conhecimento e mesmo à criação cultural mais ampla, livre, diversificada e elevada! E temos provadas potencialidades que já o permitem!..

Assim queiramos, então, construir o nosso destino, individual e coletivo, tão libertos das prepotências do fado como dos agoiros ou vaticínios de bruxas...!

II

Linguística

*Os dialectos da ilha da Madeira
no quadro dos dialectos galego-portugueses**

LUÍS LINDLEY CINTRA**

*I – A variedade interna do português madeirense.
Confronto com a variedade interna do galego-português continental.
Relações prováveis. Aspectos originais dos dialectos madeirenses. Causas.*

Os dialectos da ilha da Madeira estão ainda muito longe de ter sido estudados cientificamente como merecem. E digo que o merecem, pela sua verdadeiramente extraordinária variedade interna, surpreendente num território que não tem mais que 728 km² de superfície (maior comprimento de 58 km e largura máxima de 23km), mas também pela originalidade de certos traços linguísticos, principalmente fonéticos, que caracterizam não só o conjunto dos dialectos da ilha (e que não têm paralelo em traços fonéticos continentais), como certas particularidades de algumas das variedades locais.

Efectivamente, se pusermos de parte uma alusão, feita de passagem por esse grande foneticista autodidacta que foi o funcionário da Alfândega de Lisboa, autor do *Essai de phonétique et phonologie de langue portugaise d'après le dialecte actuel de Lisbonne*, publicado em França na revista *Romania*, XII, em 1883, ou seja, Aniceto dos Reis Gonçalves Vianna, a primeira notícia de carácter científico que apareceu sobre o madeirense foi, em 1901, um parágrafo (89) correspondente a menos de uma página (rigorosamente catorze linhas da página 156) dessa obra que é ainda hoje a única apresen-

* Esta comunicação, uma das últimas do Autor, foi, a seu pedido, apresentada e lida pelo então seu assistente (e ex-aluno), Doutor João David Pinto Correia.

** Linguista; Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (já falecido).

tação completa dos dialectos galego-portugueses: *Esquisse d'une dialectologie portugaise* (Thèse pour le doctorat de l'Université de Paris), do grande mestre e – podemos também dizê-lo com precisão – verdadeiro fundador da dialectologia portuguesa, José Leite de Vasconcellos.

Gonçalves Vianna, numa nota do seu *Essai*, dissera textualmente: «On trouve dialectalement d'autres voyelles en portugais: à Madère, par ex., *e* *i* des syllabes ouvertes accentuées a le son de l'J (?) polonais et l'*u* et l'*e* de ces syllabes se rapprochent respectivement de l'*u* suédois et de l'*â* roumain, e de Diez. Dans le continent même, l'*i* devant *e* gutturalisé est prononcé bien souvent comme le *j* (?) polonais, *bl* des russes (l'*i* de Lepsius, *u*, de Diez), par exemple dans barril, funil, que je prononce avec un ouvert», p. 32, n.º 2 (pp. 5 e 6 da separata e p. 88 da reedição em *Estudos de fonética portuguesa*, Lisboa, 1973).

José Leite de Vasconcellos, no parágrafo 89, do capítulo II, do livro *Dialectes insulaires*, procura dar uma ideia do que chama (no seu por vezes pitoresco francês) *Dialecte madérien*. Alude para esse efeito a particularidades, de que adiante falaremos, confrontando-as com outras descrições, do falar de Machico, Porto Moniz, Porto da Cruz. Mais pormenorizadamente ocupa-se do *i* de que já falara Gonçalves Vianna, dizendo que o representará por *êi*. Por exemplo, *navio* (quase navêio), *rio*. E afirma que se encontra em toda a ilha da Madeira. Tem ainda o mérito de ter sido o primeiro a apontar que «há também uma palatal *lh* que produz a impressão de que palavras que em português contêm um *l* como *grilo* têm som de *lh* (*grilho*)». Infelizmente acrescenta que palavras que têm *lh* no continente apresentava *l* (*filho* – *filo*), o que é completamente errado. Fala da ausência nos Açores destes fenómenos observados na ilha da Madeira.

Finalmente numa frase que constitui o parágrafo 90 e fecha o capítulo II, o Mestre afirma categoricamente que: «Les parlers insulaires comparés à ceux du continent se dénoncent (surtout celui des Açores) comme originaires du Sud du Portugal.»

Desde já, quero deixar vincado com todo o respeito devido a tudo quanto foi escrito pelo grande sábio, antigo professor da Faculdade de Letras onde ensino, mas onde não tive a oportunidade de o conhecer, que não posso deixar de opor sérias dúvidas a esta afirmação categórica sobre o meridionalismo dos dialectos da Madeira. Mas é um assunto a que voltarei mais adiante, expondo então os meus argumentos.

Entre parênteses, permito-me lembrar que o grande viajante que foi José Leite não teve a oportunidade, em nenhuma das suas muitas excursões, de visitar a Madeira, ao contrário do que lhe sucedeu com o arquipélago açoriano, onde esteve durante um mês, em 1924, aquele *Mês de Sonbo* que descreveu no livro a que pôs este título. A viagem fez-se entre 23 de Maio e 26 de Junho, tendo o autor permanecido em S. Miguel de 27 de Maio a 13 de Junho e visitado o Corvo entre esta data e o seu regresso a Lisboa (informações colhidas no artigo de F. M. Rogers que citarei mais adiante).

Em 1937-1938, veio publicado no *Boletim de Filologia* do Centro de Estudos Filológicos de Lisboa, tomo V, pp. 59-91 e 289-349, como extenso «estudo linguístico-etnográfico» sobre a Madeira, inspirado no método da escola alemã conhecida por escola das *Wörter und Sachen*, da autoria de uma estudiosa, Käte Brut, antiga discípula do grande linguista, professor da Universidade de Hamburgo, Fritz Krüger. A autora expõe neste trabalho, muito rico em informações e com muito úteis fotografias e desenhos, «resultados das investigações que fez durante o estágio de ano e meio na Madeira, como professora do Colégio Alemão do Funchal».

Embora se trate de um estudo principalmente etnográfico, fornece abundante material lexical, já que a autora não deixou geralmente de acompanhar as suas descrições das «coisas» pela menção dos nomes que se lhe dão, numa transcrição a que podemos chamar semi-fonética.

No volume correspondente a 1946 da revista norte-americana *Hispanic Review*, vol. XIV, surge-nos enfim uma descrição predominantemente fonética dos dialectos madeirenses, vistos na sua diversidade interna (pp. 235-256), devida a um professor universitário luso-americano, então na Universidade da Pensilvânia, Francis M. Rogers (mais tarde foi-o da Universidade de Harvard), já conhecido como autor de uma dissertação (ainda inédita) sobre a «Pronúncia da Madeira e dos Açores comparada com a do português padrão», dissertação apresentada à Universidade de Harvard em 1940. É também autor de diversos artigos sobre a pronúncia dos dialectos portugueses açorianos. O trabalho consagrado à Madeira intitula-se *Insular Portuguese Pronunciation: Madeira* e é o resultado de uma estadia de aproximadamente um mês na ilha (24 de Dezembro de 1938 a 25 de Dezembro de Janeiro de 1939 e mais algumas horas em 22 de Março de 1939). Nem todas as observações deste investigador se revelam completas e exactas, mas têm sem dúvida o mérito de ter pela primeira vez chamado à atenção para a variedade interna do português madeirense.

Um muito honesto e probo investigador local, Eduardo Antonino Pestana, publicou pouco depois, em 1947, uma extensa e valiosa recensão crítica deste trabalho na *Revista Portuguesa de Filologia*, de Coimbra, dirigida pelo Professor Manuel de Paiva Boléo, recensão fundamentada no conhecimento directo que este autor madeirense tinha dos dialectos da sua ilha; já posto ali à prova num trabalho anterior, de natureza lexicográfica «A linguagem popular da Madeira», publicado na revista *A Língua Portuguesa*, V, 1939-1940, em boa hora reeditado, juntamente com a referida recensão, por sua filha Marina Pestana no vol. II de *Ilha da Madeira*, Funchal (Ed. Câmara Municipal), 1970, pp. 129 e segs.

Em 1951, Maria do Carmo Noronha Pereira, licenciada da secção de Filologia Românica da Faculdade de Letras de Lisboa, natural da Ilha da Madeira, teve a coragem de aceitar como tema da sua dissertação de licenciatura uma tentativa de elaboração de um *Pequeno Atlas Lingüístico da Madeira*, ou seja, uma primeira tentativa de aplicação aos dialectos madeirenses dos métodos da geografia linguística – tema que ousadamente lhe propus com o entusiasmo e a inexperiência de um assistente que ainda havia pouco entrara na Faculdade.

Maria do Carmo partiu para a sua ilha com o caderno de inquérito elaborado pelo professor Paiva Boléo (o ILB) e alguns livros e ilustrações que eu lhe tinha dado e, acima de tudo, com a extrema probidade, modéstia e força de vontade que tivera a ocasião de nela descobrir enquanto minha aluna. De lá voltara em 1952 com a dissertação já elaborada. E não posso nem devo esconder a emoção com que, quase quarenta anos passados sobre a apresentação deste livro, voltei a lê-lo e a descobrir nele, graças à simpatia humana pelos inquiridos e à seriedade e cuidado com que o método foi aplicado, a reunião de toda uma série de informações seguras sobre as variedades regionais em que se subdivide «o madeirense» e as suas localizações e limites aproximados. É graças a essas informações que pude redigir algumas das páginas do presente texto.

Também me foram particularmente úteis os muitos dados apresentados por duas dissertações de antigos alunos meus, elaboradas em anos posteriores e que seguiram mais de perto modelos de monografias etnográfico-lingüísticas produzidas pela escola de Wörter und Sachen.

São elas:

1.º A de Maria Ângela Leote Rezende, datada de 1961, e que tem como tema uma das zonas dialectais mais ricas em fenómenos dos que chamo

«originais» pela sua raridade ou ausência em outras regiões, especialmente do Continente: *Canbas e Câmara de Lobos. Estudo etnográfico e linguístico*, Lisboa 1961 (464 pp., mais 46 de desenhos e fotos).

2.º A de João da Cruz Nunes, *Os falares da Calbeta, Arco da Calbeta, Paul do Mar e Jardim do Mar*, datada de 1965 (185 pp., mais 6), também cheia de informações sobre uma região com muitas particularidades próprias.

3.º Fica um pouco fora deste quadro outra dissertação elaborada em Lisboa, apresentada já em 1954, sob a minha orientação, mas que tem como objecto, não propriamente um dialecto, mas um sociolecto, ou seja, a linguagem de um grupo social bem determinado. Trata-se da dissertação de Elisabeth Gundersen Pestana, *Subsídios para o estudo da linguagem dos bamboteiros* (Funchal).

II – Dialectologia e História: A variedade linguística interna e a história do povoamento. Possível contribuição da toponímia para o esclarecimento dos problemas.

Monogénese ou poligénese? Certezas e dúvidas.

É com base na utilização conjunta das informações contidas nestas fontes, já que infelizmente me falta a experiência do contacto directo com as variedades regionais madeirenses, que me proponho fazer algumas observações que me parece poderem servir para uma mais correcta situação dos dialectos da ilha da Madeira dentro do conjunto dos dialectos galego-portugueses.

Antes de mais nada, insisto neste plural: *dialectos madeirenses*, grupo de *dialectos madeirenses* e não *dialecto madeirense* (no singular), como se vem habitualmente dizendo desde Leite de Vasconcellos na sua *Esquisse d'une Dialectologie* de 1901.

Na realidade a consulta dos materiais disponíveis provam à saciedade que não existe uma unidade linguística a que possamos chamar correctamente *Dialecto da Madeira*, designação que tem como fundamento (como tantas outras designações usadas para falares continentais) a geografia (ou a geopolítica) e não a realidade linguística. O que encontramos na ilha da Madeira, como logo de início disse, é um complexo conjunto de dialectos de um modo ou de outro distintos e por vezes muito divergentes entre si.

Não quer dizer que não haja alguns caracteres fonéticos que abrangem a quase totalidade dos falantes da ilha. Mas esses mesmos não parecem estender-se a toda ela.

Assim:

- 1) Costuma apontar-se como característica fonética do madeirense em geral a ditongação da vogal *i* tónica, cujo resultado uns comparam com o *v* polaco, como Gonçalves Vianna, e a maior parte representa por *ai*, por *êi*, como Leite de Vasconcelos e a maior parte dos autores das dissertações citadas, ou ainda por *öi*, como F. M. Rogers. Observarei, antes de mais, que se trata em si mesmo de um fenómeno raro que parece desconhecido de todos os dialectos do continente (onde só Maria Ângela Rezende assinala o aparecimento de *ai* por *i* em Fafe, mas só na presença de consoante palatal) (v. p. 170). Como exemplos madeirenses, poder-se-ão dar formas como *navêio* por *navio*, *vaila* por *vila*, *espaiga* por *espiga*. Mas esta ditongação não é, contra o que costuma dizer-se, própria de todos os lugares. Já Eduardo A. Pestana faz notar que «tal ditongação...» só raramente se verifica nas populações do Sul. Efectivamente, segundo o PALM (assim designarei daqui por diante, o *Pequeno Atlas Linguístico da Madeira*), o *i* tónico não aparece ditongado na Ponta do Sol, em Câmara de Lobos, no Porto da Cruz e em S. Jorge, onde se diz, de acordo com a sua autora, Maria do Carmo N. Pereira: *agustinu*, *bastidu*, *bisu*, *espiga*, *pastigu*, *vestidu*, *dia*, *tia*, *tio*, *trigu*.
- 2) Também se costuma caracterizar o madeirense pelo timbre especial de *u* tónico, em que alguns ouvem um *u* semelhante ao do francês, ou ao sueco, ou intermediário entre o *ü* alemão e o do francês (G. Vianna, Leite de Vasconcelos, E. A. Pestana e F. M. Rogers); e outros, a ditongação em *âu*, outra ditongação rara e que não se encontra nos dialectos de Portugal continental. Exemplos: *lâua* por *lua* (e *lâua* e *lâuma*), *fâurna* por *furna*, *âuva* por *uva*, *râua* por *rua*. Ainda uma vez notaremos que esta ditongação não se encontra pelo menos no Seixal e, segundo Rogers, na totalidade da costa norte e do sueste, a oeste de Câmara de Lobos.
- 3) Outro traço considerado em geral como típico do madeirense na sua totalidade é a palatalização da consoante lateral *l* quando precedida de *i* tónico ou de *i* final da palavra anterior; *viļa* ou *vaiļa* por *vila*, *graiļa* ou *grilu* por *grilo*, *faiļa* ou *filha* por *fila*, *tai ļaițe* por *tem leite*.

Possivelmente é este o único fenómeno que caracteriza efectivamente todos os falares da ilha.

- 4) Há ainda outro fenómeno que parece poder ser considerado geral, embora não disponha de dados neste momento para afirmá-lo com segurança. Descreve-o E. A. Pestana deste modo: «O *s* do português normal, quer medial, quer final com valor de palatal *s* ou *ʒ*, quando antes de consoante que não seja labial forte ou gutural forte transforma-se em *i*» (p. 130). Exemplos: *ai nove* por *às nove*, *quinbentui mil rais*, *tri vapors*».

Deve tratar-se, como diz acertadamente o autor citado, de uma evolução que poderíamos representar por $-s > -\check{s} > \chi > i$.

Também neste caso nos encontramos perante uma evolução original ignorada nos dialectos do continente.

A par destas características de área mais vasta nos dialectos madeirenses, há um grande número que só se observam numa área limitada. Procurarei apontar alguns de entre eles, dos mais significativos:

- 1) A introdução da semi-vogal \hat{i} depois da consoante inicial e antes de uma vogal acentuada com a qual forma um ditongo crescente. Assim, temos em Câmara de Lobos, Serra de Água e Ponta do Sol: *apustjar* por *apostar*, *kjalsas* por *calças*, *kjaska* por *casca*, *espiada* por *espada*, *fjarto* por *farto*;

Mas também:

Kustjelas por *costelas*

Destjerra por *desterra*

Tjerra por *terra*

Fjesta por *festa*

Pje por *pé*;

e ainda:

estriela por *estrela*

mjes por *mês*

trjes por *três*

e finalmente

eskjudu por *escudo*

eskjuru por *escuro*

eskjute por *escute*

- 2) A ditongação de *o* antes de *a* em *â*: *pesâna* por *pessoa*, *lagâna* por *lagoa*, *Lisbâna* por *Lisboa*.

- 3) O emprego como vogais finais ou paragógicas de *a* (como em *café* – *kaféa*, *pé* – *péa*, *avó* – *avóa*, *só* – *soa*, *dou* – *doa*, *vou* – *voa* –, fenómeno observável em Porto Moniz, Seixal, Santana, Faial, Santa da Serra, Camacha (Rogers, p. 244)), e de *e* (como em *abule*, *açucare*, *anele*, *açule*, *cardiale*, *currале*, *funile*).

Este último traço caracteriza os falares de Câmara de Lobos e Seixal.

- 4) Em Porto da Cruz e Santa Cruz observa-se a redução de *u* final a (?), como *porco* – *porke*, *vigairo* – *vigair(?)*, *soalbo* – *sol(?)*, *figado* – *faigad(?)*.
- 5) Ocupa ainda uma área muito vasta um fenómeno consonântico de grande importância caracterizadora e cuja existência só excepcionalmente se me deparou no Continente: a queda do *g* intervocálico.

Na Madeira, a queda do *g* observa-se regularmente numa área que abrange Câmara de Lobos e a Fajã da Ovelha. Aí se recolhem exemplos abundantes como: *amaia* (amiga), *áua* (água), *auasairu* (aguaceiro), *daiu* (digo), *siar* (chegar), *fiaira* (figueira), *traiu* (trigo), *baraia* (barriga), *kãtaias* (cantigas), *siaru* (cigarro), *frumaia* (formiga), *riatu* (regato), *espaia* (espiga), *pustaiu* (postigo), *viairu* (vigário) (v. mapas III, XIII, XXV, XXVIII e XXIX do *PALM* e na mesma obra as pp. 106-107 e 109-111).

Nos meus inquéritos realizado em 1953-1954, recolhi no Rosmaninhal, concelho de Idanha-a-Nova, distrito de Castelo Branco – e só aí – as formas *espiu* (espigão), *fuása* (fogaça) e *viériu* (vigário), de origem perfeitamente paralela às que acima citei.

- 6) O fenómeno da evolução de *v* – *b*, bem conhecido dos dialectos do Continente, encontra-se documentado pelo menos na região de Câmara de Lobos (Resende, pp. 203-204).
- 7) O ditongo *ou* aparece em posição final transformado em *ua* (por exemplo: *lavou* – *lavua*, *chamou* – *chamua*), e em composição medial substituído por *oi* (*doitor*, *loivor*, *koive*, *oitro*). Isto encontra-se em Câmara de Lobos (Resende, p. 195).

O caso da queda do *g* intervocálico põe-nos só por si um problema que não podemos deixar de encarar ao tratarmos dos dialectos madeirenses: o problema de carácter diacrónico que consiste em saber a origem dos variadíssimos fenómenos que neles nos aparecem documentados. Serão eles resultado da «transplantação» para a Madeira de fenómenos que existiram em dialectos do continente? É o que parece sugerir este último caso. Mas quase todos os outros que apresentamos parecem, pelo con-

trário, pela sua novidade e originalidade em relação aos fenómenos que caracterizam os dialectos do continente, opor-se a esta hipótese. Creio que a difícil resposta terá que ser dada com base em dados históricos e etnográficos; e esses já ensaiou utilizá-los com êxito o grande etnógrafo Jorge Dias, nas suas admiráveis, mas incompletas «Nótulas de etnografia madeirense (contribuição para o estudo das origens étnico-culturais das populações da ilha da Madeira)», publicadas na revista *Biblos*, XXVIII 1953-1955, pp. 179-201.

Seria necessário retomar esse estudo e completá-lo. E associar a ele o estudo de documentos históricos, se é que eles existem, com informações aproveitáveis neste aspecto.

Os materiais que Jorge Dias analisou parecem apontar na sua maior parte para o Norte de Portugal como região de origem dos povoadores. Só em casos raros, e com dúvidas, como no do moinho manual, ainda hoje tão popular no Algarve (mas também existente noutras regiões como por exemplo, na Beira Baixa e Alto Alentejo, onde eu próprio o pude observar), pôde Jorge Dias pensar nos algarvios, primeiros povoadores, enviados pelo Infante D. Henrique. Mal me atrevo também, no caso isolado da coincidência entre um lugar da Beira Baixa (aliás pertencente à zona repovoada pela ordem de que era Mestre o Infante Navegador) e uma região da Madeira, imaginar na queda do *g* intervocálico em ambos os dialectos, uma relíquia da presença de povoadores beirões na região de Câmara de Lobos.

Mais importante e justificado me parece opor algumas objecções à categórica afirmação de José Leite Vasconcellos, na base da sua *Esquisse d'une Dialectologie*, segundo a qual «les parlers insulaires se dénoncent (...) comme originaires du Sud du Portugal.» (p. 156).

Se se aceitar a minha *Proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses* de 1971 (em que imperdoavelmente não considere os dialectos insulares) e a base em que ali assentei essa classificação (v. em *Estudos de dialectologia portuguesa*, Lisboa, 1983, pp. 142-143), observa-se-á que os dialectos madeirenses se integram no grupo a que chamei meridional (ou centro-meridional):

- 1.º pela natureza das suas sibilantes que são em toda a ilha, que me conste, predorso-dentais e não ápico-alveolares (como o *r*, *z* chamados beirões).
- 2.º pela inexistência (desaparecimento do elemento (?)) da antiga africada de *t* (de *tchave*, por exemplo).

- 3.º contudo, não apresentam a monotongação do ditongo *ei*, característica dos dialectos meridionais (e, de certo modo, numa perspectiva sincrónica pode afirmar-se que até multiplicam a presença do referido ditongo).
- 4.º não apresentam a monotongação do ditongo *ou*, convertido em certos casos em *ua*, noutros substituído por *oi* (v. *Esquísse*, p. 156, e os vocabulários incluídos nas várias dissertações).
- 5.º em algumas regiões apresentam a evolução típica dos dialectos setentrionais do continente de *v* – *b*.

Quer isto dizer, evidentemente, que não parece certo afirmar sem hesitação que o grupo de dialectos madeirenses (como, aliás, os açorianos) pertencem ao grupo dos dialectos meridionais do continente, como também será inexacto associá-los sem reservas ao grupo dos setentrionais. Misturam-se neles características próprias de ambos os grupos, o que obriga a situá-los num grupo à parte – «insular». Dentro desse grupo os dialectos madeirenses isolam-se dos restantes devido à existência, que procurei rapidamente apresentar, de fenómenos raros, ausentes dos dialectos das outras ilhas, do continente e por vezes até – podemos acrescentar – do resto daquilo a que chamamos România.

III

Literatura

A periferia de nós

FERNANDO DACOSTA*

As periferias constituem plataformas de diferença, de criatividade; as grandes transformações surgem nelas, não nos núcleos – daí a vocação convivencial, universalista dos seus naturais.

O nosso destino tem sido o de andarmos de periferia em periferia, intermediários entre civilizações, raças, credos, classes, culturas, ilhas.

A nossa maior habilidade é, lembra Agostinho da Silva, o da «capatazia», capatazes entre impérios e colónias, multinacionais e mercados de matérias-primas, mandantes e mandados.

Tornámo-nos seres de acrescentamentos, não de exclusões, seres do *e*, *e*, *e*, não do *ou*, *ou*, *ou*, seres do circular, como as ilhas, que se juntam em arquipélagos. Os arquipélagos preservam a individualidade, os continentes fomentam a massificação; a diferença conduz ao superior, a igualdade à indiferença, à desistência.

Estamos na zona mais lendária da Europa Ocidental; nos picos da Atlântida, a grande Ilha engolida pelo mar, no dizer de Platão. A utopia disso importa mais que a veracidade disso.

A utopia da ilha Venturosa é um dos mitos mais profundos, mais criadores do nosso imaginário. Por ele nos fizemos ao oceano, aos encontros – e fomos bons nisso; por ele nos fizemos à poesia, à narrativa – e somos bons nisso.

A Ilha dos Amores, que bem pode ter sido, ou vir a ser, a da Madeira, simboliza genialmente essa nossa dupla navegação: a do mar e a da palavra; a da profecia e a da sensualidade.

* Escritor e jornalista.

Envolvemos a ilha – sacrário do Graal – de brumas para a preservar, pois nela se acolheu o Desejado, nosso mito supremo. Não sei se D. Sebastião está escondido na Madeira – talvez no Curral das Freiras! –, o que sei é que ele volta a ser-nos elemento de afirmação: cultural agora, política no passado.

Ao contrário do que se generalizou, o sebastianismo não é desistência, é resistência; não é inação, é revolução; não é acabrunhamento, é crença.

Poetas, romancistas, ensaístas, dramaturgos, cineastas, pintores estão, nos últimos anos, a retomá-lo como referência.

Agostinho da Silva escreveu uma notável autobiografia do Encoberto; Almeida Faria, Baptista-Bastos, Manuel Alegre, João Miguel Fernandes, Ernesto Rodrigues, António Quadros, Natália Correia e outros ficcionaram sobre ele.

«Que capacidade de esperança é esta, mesmo quando tudo ou quase tudo convida à frustração, ao desespero, que impele os escritores, sobretudo os poetas, a tomarem para si a vivência sebástica?», interroga-se Joel Serrão.

A maior revolução que o 25 de Abril nos devia ter possibilitado era a descolonização cultural de nós próprios. Os primeiros a senti-lo, até porque o tinham pressentido, foram os escritores e, dentro deles, os poetas. Em vão, porém.

Enquanto tivemos impérios tivemos de ser imperialistas, isto é, repressivos e castigadores, máscara que nos deformou, nos fez personagens cabisbaixas; o descer do pano devolveu-nos o rosto, fez-nos reencontrar sob nova luz e, durante algum tempo, gostar de nós.

Acolhemos os que retornaram, construímos a liberdade, abrigamo-nos na Europa, estendemos, sem embustes, as mãos ao antigo corpo: não pressionamos, esperamos.

Detemos uma identidade forte e severa, apresentamo-nos sentimentais e universalistas, inventivos e adaptáveis; possuímos uma religião própria que nos distingue (o sebastianismo), uma sabedoria que nos vivifica (a manha), uma vibração que nos apazigua (o fado), uma cortina que nos preserva (o nevoeiro).

Agustina Bessa-Luís diz que temos a cultura da afectividade como outros têm a cultura das filosofias e das matemáticas.

Quando estremecemos, porém, revelamo-nos desmedidos: no grandioso e no iníquo, nos Descobrimentos e na guerra colonial, na abolição

da pena de morte e na chacina dos Távoras, na Ilha dos Amores e na ilha do Tarrafal, no culto dos mortos e na maceração dos vivos; assassinámos Inês, queimámos o Judeu, abandonámos D. Fernando.

Há, no entanto, no fundo do nosso povo, sobretudo no das periferias, sublinha Guerra Junqueiro, «um pecúlio enorme de inteligência e de resistência, de sobriedade e de bondade, tesouro precioso oculto há séculos em mina entulhada».

O povo português «é o mais poético da Europa», avança, Almeida Garrett. «A sua cultura é filha da terra e à terra se deve deitar para ganhar forças quando se sente exausta.»

Complexos de inferioridade muito fortes levaram-nos, porém, à interiorização da «síndrome do provincianismo», agravada pela «falta de persistência, pela tristeza, inveja, vaidade, intolerância e espírito de imitação», diz Teixeira de Pascoaes; o que se tem reflectido «em cultura estrangeirada, mimetismo cultural, decadência do espírito criador», acrescenta Fernando Pessoa, que avisa: «Uma nação que habitualmente pense mal de si mesma acabará por merecer o conceito de si que anteformou e transforma-se nisso. Envenena-se mentalmente. O primeiro passo para a regeneração, económica ou outra, de Portugal, é criarmos um estado de espírito de confiança.»

Tal veneno pode, no entanto, ser atalhado, como o demonstram as épocas de maior criatividade.

Aliás, sublinha Jorge Dias nos seus «Estudos de carácter nacional português», as «virtudes e os defeitos mantiveram-se os mesmos através dos séculos, as suas reacções é que variaram conforme as circunstâncias históricas. No momento em que somos chamados a desempenhar qualquer papel importante, pomos em jogo todas as nossas qualidades de acção, abnegação, sacrifício e coragem, e cumprimos como poucos. Mas se nos chamam a desempenhar um papel medíocre que não satisfaz a nossa imaginação, esmorecemos e só caminhamos na medida em que a conservação da existência nos impele. Não sabemos viver sem o sonho e sem a glória».

Vale a pena lembrar, a propósito, o comportamento dos nossos emigrantes no estrangeiro. As mesmas pessoas que nas suas terras nada conseguiram, logram na dos outros feitos invulgares.

Estamos com saudades, hoje, dessa grandeza. Não com saudades do passado – como, se o passado nos projecta apenas sofrimentos, misérias, perseguições? –, mas do sonho que tivemos no passado. Estamos com saudades do futuro.

Estamos com saudades do maravilhoso, do pagão, da Ilha dos Amores. «Estamos com saudades», canta Manuel Alegre, «da viagem que chegou ao fim. Portugal é um país que se fez sempre para fora... para fora temos agora a Europa, mas a Europa não é uma aventura comparável à da África ou da Índia. A Europa não é motivo de inspiração».

Não é motivo de utopias. Daí a apagada e vil tristeza em que emergimos quando as não temos. Já Camões dizia: «A costumada negligência dos valores culturais enfraqueceu-nos a vontade».

Para saber como iremos ser no futuro, para ter em nós a confiança, o respeito que precisamos, temos de saber como fomos, como somos.

O nosso traço salvador, revela Teresa Rita Lopes, é o da crença na ressurreição. Sentimo-nos como uma Bela Adormecida à espera do beijo redentor que há-de chegar da Ilha Secreta.

Garrett encontra esse beijo na recuperação das raízes; Junqueiro e Patrício entendem que ele se dará através de um terramoto purificador que pode vir a ser a descolonização e a entrada no Mercado Comum, fenómenos ocorridos quase ao mesmo tempo.

A perda territorial do império e o achamento psicológico da CE provocaram, com efeito, a germinação de raízes há muito hibernadas por totalitarismos, colonialismos e provincianismos devastadores.

O desencanto ideológico e económico sentido nos últimos anos – retalhados por modelos de áspera importação – vai voltar-nos para as nascentes de nós.

O religioso, o poético, o pagão, o sensual, o barroco, o fantástico, o contraditório são algumas dessas raízes da cultura portuguesa, que não é só a de Portugal: é também a do Brasil, a de Angola, a de Moçambique, a da Guiné, a de Cabo Verde, a de S. Tomé, a de todos os sítios, Macau, Timor, colónias de emigrantes onde se fala a mesma língua, onde se acalentam os mesmos sonhos, onde brotam os mesmos sentimentos. Cultura duplamente periférica, porque visceralmente interior e insular, onde a Ilha é útero, local de concepção e de afirmação, de partida e de chegada.

A grande literatura portuguesa é insular (Açores e Madeira, Antero e Herberto Helder) e interior (Trás-os-Montes e Alentejo, Camilo e

Florbela). Ilhéus, todos eles, em planícies de água e de terra, de solidão e de marginalidade; de onde se emigra, ou sonha emigrar; aonde se regressa, ou sonha regressar.

Durante séculos, forças muito negativas – inquisições, totalitarismos, fomes, escravaturas, pestes – levaram à debandada dos mais jovens, dos mais ousados, dos mais inteligentes, dos mais inquietos de nós, que se verteram pela sete partidas do mundo, onde reconstruíram bocados de terra que os não retiveram. O campanário da aldeia, a música da infância estão em toda a parte – África, América, Oriente.

O retorno afirmou-se (idos os impérios, fechadas as emigrações, finidos os exílios), fenómeno tão importante como a partida.

Regressados, reconstruímos aqui o que amamos lá; o petisco de África, o requebro da América, o perfume do Oriente estão em todos os interiores da nossa melancolia, miscigenados que somos por coração, por pele, por sonho, por ludíbrico.

Tudo se joga nos valores culturais, isto é, afectivos. Só por eles voltaremos a gostar de nós, a termos dignidade por nós. Povo pobre mas não miserável, velho mas não decadente, apaixonado mas não violento, o Português volta a encontrar-se em tempo de abrir-se aos outros, de acompanhá-los na descoberta dos valores da liberdade, da gentileza, do lazer, do convívio, do humanismo. A sua vocação de cigarra vai, agora que a era da formiga está a passar, torná-lo apetecido ao mundo. Mundo que se volta para ele com interesse, o procura, o celebra.

Tão importante é o que se realiza como o que se sonha, tudo o que se faz acto faz-se primeiro pensamento, utopia. Já Pascoaes prevenia que «o sonho de um homem ou de um povo é mais interessante do que a sua actividade material».

O revivalismo, o nacionalismo, o regionalismo que se observam não são sintomas de decrepitude mas de renovação.

Urge dizer o que fizemos e o que fomos, o que somos, com naturalidade, com confiança; o Portugal pedinchão e choramingas, sectário e beato, trapaceiro e analfabeto, atenuar-se-á no futuro. Embora muitos o não tenham percebido ainda, a mudança alarga-se sobre os vácuos e as desilusões.

Ganhamos a liberdade e a leveza, regressamos ao tempo anterior da expansão para, profetizam-se, novas partidas.

«Algures dentro de nós há outro espaço
Chegaremos ainda a outro lado
Lá onde só se espera
O inesperado» (Manuel Alegre)

Há oitocentos anos recusámos ser satélites do centralismo castelhano – fomos mesmo o único povo ibérico a fazê-lo –, agora queremos recusar sê-lo do francês, do britânico, do alemão, etc. No que estamos, aliás, acompanhados por todos os povos periféricos, a oriente e a ocidente, a norte e a sul.

Primeiro os centralizadores quiseram, a leste, anular o indivíduo a favor das massas; o resultado viu-se. Agora querem, a oeste, anular as nações a favor dos blocos. O resultado não tardará a ver-se.

A perda das soberanias periféricas – o poder político do nosso país está cada vez mais em Bruxelas, o económico nas multinacionais, o militar nas Natos – faz brotar crispações onde se verifica.

Se a perversão do nacionalismo pode conduzir ao fascismo, como já conduziu, a perversão do internacionalismo pode conduzir ao imperialismo, como tem conduzido.

A esquerda, que o não entendeu, cometeu o erro de dar o monopólio dos valores patrióticos à direita. Agora está a querer recuperar terreno.

Ser periférico hoje é reformular a utopia (um povo sem utopia não sobrevive, avisa Pasolini), é descentralizar a vida, corrigir o desenvolvimento, deter a massificação e o desperdício; é abrir as correntes que, vindas das margens, nos podem revitalizar.

«A primeira coisa em que Portugal se tornou notado na atenção da Europa foi um fenómeno literário – a poesia dos cancioneiros e as crónicas de cavalaria, como o *Amadis*», lembra Fernando Pessoa. «Ou seja, o primeiro afloramento civilizacional lusíada foi de ordem cultural».

O herói nacional português, não o esqueçamos, é um poeta, um símbolo da marginalidade, não é um guerreiro, um expoente do poder.

O retorno da palavra, escrita e dita, transformada em ilha pelos meios audiovisuais, emerge desse movimento irreversível. Gravemente isolada, ela acreditou na sua morte – que muitos andaram, durante decénios, a vaticinar. Quando se pensava que fenecia deu-se, porém, a surpresa: o livro, o jornal, o teatro, a carta, o sermão, o colóquio começam a ressurgir e a impor-se num mundo engarrafado de televisões, de «cassetes», de «ecrãs», de computadores.

As ditaduras tentaram abafar a palavra pela censura, as democracias pelo chinfrim. O berro (certos *media* são câmaras de ensurdecimento, certos discursos vertigens de hipnose) destina-se a distorcê-la, a esvaí-la.

A cultura escrita, uma manifestação periférica, é «mais difícil de ser controlada pelos poderes do que a cultura audiovisual», lembra Vargas Llosa. «A escrita é a última trincheira da identidade».

O poder centralizador do audiovisual entrou em derrapagem. Nas zonas do globo tecnologicamente mais desenvolvidas (a coroa formada pelos Estados Unidos, Canadá, Europa Setentrional e Japão), o reinado da TV experimenta, com efeito, mudanças irreversíveis.

Um aparelho ligado tornou-se (e nas casas dessas zonas há vários permanentemente a funcionar) tão vulgar como um candeeiro aceso. Para as crianças que ali nascem ele não é mais do que um objecto, um frigorífico, um quadro – um animal doméstico.

Cada vez se olha mais para a televisão mas cada vez se vê menos televisão. Os gravadores «vídeo» estão, por outro lado, a libertar diariamente milhões de telespectadores da escravatura dos horários das emissões.

O crescimento e a multiplicação dos meios audiovisuais causaram o que costumam causar: desvalorização, vulgaridade, indiferença. Ao fascínio sucede-se o fastio.

No Norte da Europa, por cada milhão de televisores ligados apenas cento e setenta mil espectadores seguem as programações.

«A Terceira Guerra Mundial será uma guerra cultural entre as periferias e os núcleos», diz o sociólogo Jaques Séguela, que acrescenta: «A sociedade da meditação acabou por matar a imagem; era-se adorador de imagens nos anos 2000, agora começa-se a recusar as imagens e a recuperar os novos/velhos valores. O terceiro milénio trazer-nos-á a nostalgia pelo nosso passado. O dinheiro pelo dinheiro é um tema gasto. As palavras voltarão a ser mais fortes do que as imagens.»

Dizer que uma imagem vale mil palavras é, na verdade, tão redutor como dizer o contrário: depende das imagens e das palavras – quantas imagens, por exemplo, são necessárias para exprimir a palavra saudade?

Com o regresso da palavra regressam os valores dela. O futuro vai trazer-nos muito do que os anos 60 presentiram – o solitário, o periférico, o íntimo, o sagrado. Ter (sucesso, bens, poder), consumir (objectos, modas, pessoas), ostentar (privilégio, certezas, cargos) são comportamentos característicos da cultura visual centralizadora – a cair, brevemente, em declínio.

Não se trata de uma questão geracional; não há gerações, há épocas, há comportamentos, há interesses compartilhados, ou combatidos, por pessoas de todas as idades; trata-se do contraditório núcleo-margem, ilha-continente, dominante-dominado.

Ser hoje revolucionário, entre nós, é assumir a periferia de nós.

*O descobrimento da Madeira em textos de poetas «insulares»
(principalmente na Insulana, de Manuel Tomás,
e na Zargueida, de Francisco de Paula Medina e Vasconcelos)*

JOÃO DAVID PINTO CORREIA*

0. Preliminares

Nesta comunicação – que um madeirense, universitário, não residente, mas sempre atento ao que se passou e passa na comunidade da Ilha, não só no que respeita às propostas literárias dos séculos mais recuados, como também no que concerne às iniciativas dos contemporâneos quanto a novas composições literárias, e também quanto à compreensão e análise daquelas propostas antigas, importantes para a definição e caracterização da nossa identidade, vem apresentar num Congresso da Juventude Universitária Madeirense –, julgamos conseguir o nosso propósito com uma sintética, rápida e, tanto quanto possível, densa, exposição acerca de um aspecto tão representativo para a História e para a Literatura da Madeira e de todo o Portugal como os reflexos, em importantes textos literários, do «descobrimento» da Ilha.

Conseguiremos, assim, conciliar uma intenção pessoal, o da releitura e análise de algumas manifestações de um marco da nossa cultura regional, isto é, estudar textos fundamentais para a nossa existência literária, com dois propósitos sempre presentes neste Congresso: o desejo de uma juventude saber muito das suas raízes, históricas, literárias ou étnicas, e ainda o de uma missão que, neste capítulo, nos atinge pessoalmente, isto é, estarmos aqui a representar, para a sessão de Literatura, a Comissão Nacional dos Descobrimentos.

* Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Neste momento, também queremos advertir que o nosso desenvolvimento deve ser compreendido como um contributo histórico-literário e de forma alguma como proposta de discussão de problemas numa perspectiva meramente histórica. Os aspectos respeitantes à delimitação da verdade histórica, sobretudo da delimitação da «lenda» e da «história», não nos interessam – compete aos historiadores debatê-los e resolvê-los. A nós, cabe-nos uma tarefa já de si muito árdua: situando-nos no plano das realizações literárias, tentarmos sumariamente dar conta das várias etapas, analisar um que outro aspecto, interpretar o seu significado literário no âmbito de um contexto cultural (o madeirense, principalmente, mas também o português).

*1. Aproveitamento literário de acontecimentos ou factos
e de personagens históricas: considerações teóricas e histórico-culturais*

Em muitas épocas literárias, os acontecimentos e os factos, os heróis ou as personagens reais foram aproveitados como assuntos ou motivos, ou seja, como elementos conteudísticos, de algumas relevantes obras. Todos os sabemos. E esta experiência da Tradição encontra-se representada, desde a Antiguidade, em textos considerados fundadores da Cultura Ocidental, para só nos referirmos à nossa situação de homens cultos, em pleno século XX, um pouco isolados de coordenadas mais gerais, exigíveis, no entanto, para quantos pretendem atribuir-se uma perspectivação universal dos problemas literários e culturais. É evidente que ficamos preocupados com esta nossa delimitação a textos da Cultura Ocidental, quando, hoje em dia, sabemos que nos dizem respeito todos os outros, isto é, aqueles que nos integram na Humanidade, sobretudo os das mais remotas origens, os da Índia ou do Egipto, núcleos principais de quaisquer práticas literárias futuras. Não há dúvida de que textos, como os antigos *Vedas*, *Mahabharata* e *Gilgamesh*, assentam em factos reais que se impuseram, e de modo indelével, à mentalidade do tempo, como também continuaram a impressionar os homens do futuro. Mas outros textos há que nos convencem ainda mais da relevância de factos ou acontecimentos, de heróis ou personagens reais nos seus conteúdos, tudo isso que foi submetido à elaboração lendária – queremos dizer que, superando o linear e mais ou menos exacto relato histórico, o imaginário soube transformar

as acções e os agentes num plano mais geral e exemplar: estamos a pensar, para o conjunto de manifestações hispânico-portuguesas, nas lendas veiculadas pelos escritos medievais como os cantares de gesta ou os de natureza narrativo-historiográfica. Lembremo-nos de poemas épicos como a *Chanson de Roland* e o *Poema del Mio Cid*, ou em lendas como as «míticas» – e discriminamos as da «Dama-Pé-de-Cabra» ou «Dona Marina» – ou as «históricas» – e lembramo-nos das dos «Sete Infantes de Lara» e do «Cid» ou ainda as de «Afonso Henriques» ou de «Egas Moniz».

Recuando alguns séculos, temos de convir que foram acontecimentos muito importantes que forneceram as intrigas da *Odisseia*, da *Iliada* e da *Eneida*, bem como muitos episódios da Bíblia. Todas essas obras se fundavam nas personagens e nos enredos considerados exemplares nessas sociedades antigas.

No caso português, e além dos exemplos já citados respeitantes à Idade Média, poderíamos pensar na chamada de atenção de Garcia de Resende para a necessidade de celebrar os nossos feitos, antecipando-se, assim, ao aparecimento da epopeia nacional, *Os Lusíadas*, de Camões. O grande épico viria, depois, a produzir uma das mais sérias manifestações europeias e universais, sabendo aproveitar o real histórico, a história do próprio Povo Português e sobretudo da expansão no mundo, com incidência na descoberta do caminho marítimo para a Índia, poeticamente transformado de acordo com as exigências do género épico, não só de expressão (a oitava-rima), como também de conteúdo, principalmente com o aproveitamento do maravilhoso cristão e pagão.

O exemplo de Camões foi depois seguido, como sabemos, por alguns autores que procuraram tomar como assuntos episódios históricos ou lendários, de natureza mais restrita no que respeita ao seu alcance: regional ou local. A expressão vai quase sempre ser a mesma: oitava-rima, com os seus versos decassilábicos. Como reconhece Hernâni Cidade, «(p)elo decorrer da história literária, foram-se sucedendo os poemas, variando naturalmente a sua temática, em conformidade com os interesses espirituais dominantes, posto que permitindo em múltiplas repercussões as imagens dos modelos camoniano ou tassista, mas jamais se atingindo a altura e a densidade poética d' *Os Lusíadas*.» Ainda nas palavras do mesmo universitário: «A todos faltava, além do mais, profundo e amplo interesse humano, que ultrapassasse, como neste poema, as limitações nacionais». Alguns desses poemas são, para citar apenas os mais importantes, e redi-

gidos em português, a *Elegíada*, de Pereira Brandão (1588), o *Naufrágio de Sepúlveda*, de Jerónimo Côrte-Real (1594), a *Ulisseia ou Lisboa Edificada*, de Gabriel Pereira de Castro (1636), a *Ulissipo*, de António de Sousa Macedo (1640), ou ainda o *Viriato Trágico*, de Brás Garcia de Mascarenhas (1699) e, já do século XVIII e XIX, a *Henriqueida*, de D. Francisco Xavier de Meneses (1741) e a *Lisboa Destruída*, de Teodoro de Almeida (1803). Como vemos, todos estes poemas supõem acontecimentos, factos ou personagens (e tomamos este termo no seu sentido mais lato que inclui não só vultos humanos ou míticos, mas também as personificações de cidades) trabalhados pelo processo lendário e sempre literariamente manifestados no tom poético mais nobre, isto é, o épico, e mesmo a tender para a sua espécie mais solene, a epopeia, cujos códigos de metrficação são sempre adoptados, desde o século XVI ao XIX.

2. O «descobrimento da Madeira» – história e lenda –,
como assunto ou motivo literário

No que concerne à Ilha da Madeira, interessaram a alguns poetas determinados episódios da sua história, principalmente os que se ligam ao seu descobrimento: o lendário, isto é, a História de Machim e Ana de Harfet, e o histórico, ou seja, o empreendimento de Gonçalves Zarco ou Zargo ou, então, os dois articulados numa mesma proposta textual e discursiva. À matéria narrativa junta-se a descritiva, sempre laudatória da beleza natural da Ilha. É assim que a Madeira, a sua caracterização paisagística, e sobretudo as intrigas romanescas e históricas do descobrimento entram para a história literária de Portugal e da Madeira, como assunto ou motivo que seriam tanto mais fascinantes quanto garantiam a concretização nas mesmas histórias, de temas fundamentais na Literatura Ocidental e mesmo Universal: os temas do Amor Fiel articulado com a Morte e da Aventura no Desconhecido ou, se quisermos, a Aventura no Tenebroso Desconhecido. Cremos que será essa a razão por que os escritores accitaram, sem qualquer reserva, os amores lendários de Machim e de Ana de Harfet, sem sequer se perguntarem se tal história pretenderia pôr em causa os nossos direitos ao arquipélago; ainda hoje complacentemente toleramos e mesmo glosamos e comentamos a possibilidade histórica que porventura se oculta por detrás de tão bela história... É claro que tendemos a não considerá-la isoladamente, mas sempre como secundária, isto

é, como intriga que de forma alguma perturba a realidade que temos por historicamente segura: a de que os primeiros descobridores foram, sem dúvida, os enviados do Infante D. Henrique.

*2.1. O interesse literário pela «história» e pela «lenda»
em autores da Literatura Portuguesa*

Cerca de um século e meio após a sua descoberta, a Madeira pôde estar representada em *Os Lusíadas*, de Luís de Camões. A nossa referência é, evidentemente, a da publicação da obra – 1572. Contudo, se tivermos em linha de conta o nível intratextual, a «passagem» pela Ilha da Madeira é datável no poema nos fins do século XV, isto é, quando a armada de Vasco da Gama entra nos mares do arquipélago, na viagem de ida para a Índia. Como sabemos, Gama não passou pela Madeira: este é um passo de grande liberdade de Camões, que, esse sim, terá conhecido a ilha, quando se dirigia para o Oriente.

Em qualquer dessas datas, já a Madeira tinha entrado na história de Literatura Portuguesa, de dois modos: 1) como assunto – referir-nos-emos a este aspecto mais adiante; e 2) não o esqueçamos, com textos produzidos pelos poetas madeirenses que colaboraram no *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende (1516): Tristão Teixeira, João Gonçalves da Câmara, João Gomes, Pedro Correia, e mais alguns.

Baltazar Dias estaria, já em meados e fins do século XVI, a escrever a sua bem representativa obra dramática.

Como assunto, a ilha, e sobretudo o seu descobrimento, já merecia as atenções de alguns escritores, principalmente dois: Francisco Alcoforado, escudeiro do Infante D. Henrique, que foi autor de um manuscrito aproveitado por vários autores, entre os quais Manuel Tomás, D. Francisco Manuel de Melo e Pre. António Cordeiro; Valentim Fernandes, autor também do famoso manuscrito redigido cerca de 1508, e de que muito aproveitaria António Galvão, no seu *Tratado (...) dos diversos e desvairados caminhos...*, de 1563. Outros, como Jerónimo Dias Leite, historiador que viveu na segunda metade do século XVI, autor do *Descobrimento da Ilha da Madeira*, obra só publicada em 1947, e ainda Gaspar Frutuoso, autor das *Saudades da Terra*, cujo Livro II é dedicado ao descobrimento da Madeira, e que viveu entre 1522 e 1591, estariam nesses anos a escrever, senão tinham mesmo terminado, os seus contributos fundamentais para a literatura madeirense, sobretudo nos aspectos que neste momento nos interessam.

Mas, recuando um pouco, registaremos que a primeira referência de monta é, sem dúvida, a do Canto V, Estrofe 5, de *Os Lusíadas*:

«Passámos a grande Ilha da Madeira,
Que do muito arvoredo assi se chama;
Das que nós povoámos a primeira,
Mais célebre por nome que por fama.
Mas, nem por ser do mundo a derradeira,
Se lhe aventajam quantas Vénus ama;
Antes, sendo esta sua, se esquecera
De Cipro, Gnido, Pafos e Citera.»

Deixando para maior desenvolvimento os poemas que, no que respeita à Ilha da Madeira, podemos considerar como legítimos continuadores da realização de Camões, isto é, a *Insulana*, de Manuel Tomás, e a *Zargueida*, de Medina e Vasconcelos, de autores que apontaremos «insulares», se bem que o primeiro só o seja por adopção –, aludiremos muito brevemente à presença da Madeira e do seu descobrimento histórico ou/lendário em duas obras, em prosa, ambas fundamentais da Literatura e Cultura Portuguesas: *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso, e a *Epanáfora Amorosa*, de D. Francisco Manuel de Melo.

2.2. Saudades da Terra, de Gaspar Frutuoso

Gaspar Frutuoso, autor açoriano que viveu entre 1522 e 1591, consagrou o Livro II das *Saudades da Terra* ao «descobrimento da Ilha da Madeira e suas adjacentes» e à «vida e progénie dos ilustres capitães delas», com 51 capítulos: no capítulo II, temos as generalidades sobre o descobrimento, para o que a autoridade evocada é João de Barros; no capítulo III, trata-se do «princípio e fundamento, genealogia e fidalguia de Zarco, e de seus descendentes; no IV, narra-se a «história mais verdadeira e particular como o Inglês Machim achou a ilha da Madeira»; no V, expõem-se os contactos dos companheiros de Zarco com castelhanos que tinham ouvido aos companheiros de Machim a notícia da existência de ilhas no oceano; do capítulo VI até ao VIII, narram-se as várias etapas do descobrimento e do conhecimento das ilhas. Até ao capítulo LI, descrevem-se regiões e historiam-se as famílias nobres, bem como se referem os ilustres membros do clero. O «descobrimento da Madeira» ocupa, portanto, escassos oito capítulos, sendo um apenas (o IV), e muito curto, dedicado

à «lenda de Machim». Gaspar Frutuoso dizia fundar-se num manuscrito, que era atribuído a Aires Ferreira, e nas informações que lhe tinham sido fornecidas por Jerónimo Dias Leite. Mais tarde, verificar-se-ia que a história contada por Frutuoso seguia, de facto, a versão de Dias Leite, que, como atrás já dissemos, só foi publicada em 1947. Todas elas enraizavam numa informação comum: a do manuscrito de Francisco Alcoforado que, ao contrário da opinião de Frutuoso, existia mesmo, tendo sido encontrado em 1960 no Palácio de Vila Viçosa. Por qualquer razão não esclarecida, este manuscrito de Alcoforado terá sido atribuído a Aires Ferreira. Salientemos que D. Francisco Manuel de Melo afirmava ter em sua posse o manuscrito de Alcoforado.

Interessa-nos a qualidade da prosa do autor açoriano: sem grandes descrições, a narrativa surpreende-nos pela estrutura sintáctica, bem dominada e principalmente com bem procurado ritmo. Exemplifiquemos com a breve narração da viagem no Oceano e da chegada à Ilha (actualizámos a ortografia):

«E, como o piloto e mestre ficaram em terra e os que iam na nau não sabiam tomar a terra, nem a altura dela, achando vento próspero, correram para onde os levava a ventura com todas as velas, por não os alcançarem, e em poucos dias se acharam em uma ponta de uma terra brava, toda coberta de arvoredo até o mar, de que ficaram espantados e confusos; logo detrás da ponta viram uma enseada grande e, metendo-se nela, deitaram âncora, lançaram batel fora, foram ver que terra era e, não podendo sair nela com a quebraça do mar, foram-se a uma rocha, que entrava no mar da banda do Nascente, onde saíram bem à vontade, e dali se foram à praia, antre o arvoredo e o mar, até darem em uma formosa ribeira de boa água que, por antre o arvoredo, saía ao mar, não achando animal nem bicho nenhum. Porém, acharam muitas aves e viram o arvoredo tão grosso, e espesso, que os pôs em espanto.» (ed. 1968, p. 31)

2.3. Epanáfora Amorosa, de D. Francisco Manuel de Melo

No conjunto das «epanáforas» de D. Francisco Manuel de Melo, isto é, «cinco relações de sucessos pertencentes a este reino», mais concretamente, a «política», a «trágica», a «bélica», a «triumfante» e a «amorosa», esta última, e de acordo com as palavras de Jacinto do Prado Coelho, «(p)ela substância afectiva, romanesca, e pelo estilo tipicamente barroco, majestoso e ornado, é a que mais atenção tem suscitado».

Na grande (desculpem-nos o impressionista adjectivo, que empregamos muito contrariado) literatura de expressão portuguesa (e, neste caso, muito culta, porque barroca...), entra, assim, por decisão de um dos grandes escritores do Barroco português, o assunto ou motivo, relacionado com os amores de Machim e de Ana de Harfet, isto é, com a lenda do descobrimento da Madeira, que D. Francisco Manuel de Melo completa, numa segunda parte, com o descobrimento por Zargo, Perestrelo e Teixeira. Fundava-se o Autor seiscentista no já aludido manuscrito de Francisco Alcoforado, que dizia ter em sua posse, e de que dispomos o manuscrito de Vila Viçosa. E dedicou-se à narração e à descrição com toda a pujança da escrita da época, o que vamos exemplificar com o passo respeitante à descrição da Ilha, por ocasião da chegada dos dois amantes, Machim e Ana, à baía que, depois, seria chamada Machico:

«Iluminava então o Sol os arvoredos, cujos ramos, meneados brandamente da matutina viração, mostravam (como por amostra de sua riqueza) diferentes cores, mas todas naturais e concertadas. As águas, igualmente deleitosas aos olhos e ouvidos, enchiam a vista de fermosura, a orelha, de harmonia. Nenhum animal ostentou a força ou a ligeireza; porque desde a meninice do mundo até essa hora, ignoravam como os homens aquele trânsito, que depois deveram a sua indústria. As brenhas e florestas espiravam saúde, nunca, nem agora, penetradas de algum venenoso bicho. A prática parece que ficou a cargo das aves, que com estranhas vozes não se sabe se culpavam ou engrandeciam o atrevimento humano; que à custa de tantas tragédias quis coser os retalhos da terra, por indústria de aquela agulha que duvidávamos e nos foi dada por galardão ou castigo. Corria o ar, não só puro, mas perfumado das flores, sobre as quais passava sua leve carreira. Elas, jamais logradas da vista ou do olfacto para que foram feitas, parece que, como em dia de suas bodas, se haviam composto de nova fermosura. Eminentemente os oiteiros e profundos os vales, em sua desproporção guardavam arquitectura rigorosa e agradável; aqueles pejando o vento de ramos soberbos, e estes despojados de todo o impedimento das florestas, convidavam as mãos ao roubo, e as plantas ao passeio, sobre ervas saudáveis e cheirosas.»

Todos nós sabemos a triste sorte de Machim e Ana de Harfet: fugidos da corte de Eduardo III, de Inglaterra, enfrentam as tempestades dos mares, e vêm aportar a uma ilha, a tal que, no futuro, será designada, Madeira. Ana morre, primeiro, e, depois, Machim. Os seus companheiros conseguem rumar até ao Norte de África, onde um José de Morales

comunicará a portugueses a existência de uma ilha já visitada pelo infeliz par amoroso, que aí estava sepultado.

3. O «descobrimento da Madeira» em textos de poetas «insulares»

E é esta intriga que poeticamente, em oitava-rima, vai ser desenvolvida nas obras principais de dois autores – a *Insulana*, de Manuel Tomás, e a *Zargueida*, de Francisco de Paula Medina e Vasconcelos. Separam-nas quase dois séculos, distinguem-nas os registos estilísticos de épocas literárias diferentes; mas procuram ambas servir um assunto que, de acordo com as opiniões dos seus autores, registadas no princípio de cada uma das obras, é a um e a outro muito caro: o feito de João Gonçalves Zarco, ou Zargo, como português empreendedor, ao serviço do Infante D. Henrique. Dois outros aspectos de identidade de pontos de vista: a necessidade do aproveitamento da «lenda de Machim» e a autoridade bem presente do Camões épico.

3.1. Insulana (1635), de Manuel Tomás

Consideremos, pois, a *Insulana*, de Manuel Tomás. Talvez seja este um poema que o leitor moderno terá dificuldade de ler, porque não só a extensão do texto, que Inocêncio diz podia ter sido substancialmente reduzida, lhe causará algum cansaço, como sobretudo a forma de expressão ao gosto barroco e ainda a profusão de alusões mitológicas lhe parecerão custosas. No entanto, cada vez mais nos convencemos de que vale a pena adentrar-nos nesta obra: ela testemunha-nos uma apreciável capacidade de poetar ao gosto seiscentista e, além disso, apreciaremos uma obra de grande fôlego que tem a ver com a nossa identidade de madeirenses e realizada com um grande amor pela ilha por iniciativa de um dos seus filhos adoptivos, e, não o esqueçamos, escrita no próprio território ilhéu.

3.1.1. Esclarecimentos acerca do autor e do texto

Manuel Tomás, autor da *Insulana*, nasceu em Guimarães, no ano de 1585, filho de Luís Gomes de Medeiros e de Grácia Vaz Barbosa. Chegou à Madeira muito novo e na ilha passou o resto da sua vida. Ignoramos a sua profissão. Fundando-se em Barbosa, Inocêncio afirma que Manuel Tomás «morreu (...) assassinado por um filho de um ferrador, aos 10 de

Abril de 1665, quando contava 80 anos de idade, sem que todavia se não patenteie o motivo que houve da parte do assassino para praticar tal atrocidade». Teria sido sepultado no convento de S. Francisco do Funchal.

Como poeta, Manuel Tomás escreveu à moda do seu tempo. As suas obras seguem, portanto, os preceitos do Barroco. E, digamos de passagem, com muita segurança, muita informação e sobretudo com notável personalidade de escrita. Inocêncio, que não apreciava muito o estilo barroco, escreve: «Foi Manuel Tomás um poeta da escola gongórica, de cujos preceitos se mostrou sempre afervorado discípulo». E continua: «Posto que o seu estilo seja, como convinha a essa escola, túrgido e enfático, e que abunde em ideias hiperbólicas, em amplificações e conceitos, etc., nem por isso deixa ele de possuir seu mérito real, como homem dotado de engenho fecundo e de viva imaginação». Refere ainda que Francisco José Freire «na sua *Arte Poética* o cita com louvor, e por mais de uma vez, a *Insulana* como uma das nossas epopeias mais notáveis».

Além da *Insulana*, escreveu, por ordem cronológica, *Poema del angélico doutor S. Tomás*, em Lisboa, de 1626; *Rimas Sacras dedicadas a Todos os Santos*, em Antuérpia, de 1635 (no mesmo ano que a *Insulana*); *O Fénix da Lusitânia, ou aclamação do sereníssimo rei de Portugal D. João IV: poema heróico*, em Ruão, de 1649; *União Sacramental, oferecida a el-rei D. João IV do nome, e XVIII entre os reis portugueses*, em Ruão, de 1650; *Tesouro de Virtudes*, em Antuérpia, de 1661; e, finalmente, *Décimas a um pecador arrependido*, sem local e sem data.

Quanto à *Insulana*, a obra maior de Manuel Tomás, foi publicada «em casa de João Meursio impressor», em Antuérpia, em 1635 (volume in-4.º, de XX + 494 páginas, com mais uma no fim, com a errata). É um poema heróico em dez livros ou cantos de oitavas ritmadas que, como sabemos, trata do descobrimento da Ilha da Madeira e é dedicado a D. João Gonçalves da Câmara, Conde da Vila Nova da Calheta. Dele se têm feito transcrições de textos, mas nunca mais foi reeditado.

Os dez livros ou cantos abrangem um total de 1462 estrofes: o I é o mais curto, com 125 estrofes, e o IX, o mais longo, com 204. É no II que se encontra a narrativa da «lenda de Machim», que preenche quase todas as suas 167 estrofes.

3.1.2. Para uma apreciação renovada do poema

Como apreciar de uma forma renovada este poema? Julgamos que, hoje em dia, estamos aptos a considerar muito positivamente a obra de

Manuel Tomás, sobretudo depois de toda a valorização recente da escrita barroca ou gongórica.

O Livro I começa, naturalmente, com a Proposição. Assim, lemos nas primeiras duas estrofes do poema:

«A Fama, o nome, as glórias, a grandeza,
Esforço raro, altivo pensamento,
Ânimo valeroso, heróica empresa,
Zelo divino, em novo atrevimento,
Galhardo brio, singular braveza,
O forte peito, e atrevido intento,
A proeza, e valor digno de espanto,
De um capitão famoso, escrevo e canto.

Do que deu ao ceptro Lusitano,
A Princesa das Ilhas descobertas,
As ondas contrastando do Oceano
De Neptuno deixando a porta aberta;
Daquele, a quem esforço mais que humano,
Marte incluindo, o grão valor desperta,
Com que à naval milícia exercitando,
De Portugal foi raio militando.»

Como no próprio «argumento» que figura no princípio da obra se diz, o Poema começa com «um epílogo das grandezas de Portugal» e «mostra a razão que houve para que João Gonçalves Zargo, capitão da Costa do Algarve, fosse eleito para o descobrimento da Ilha da Madeira». No Livro II, temos «a história de Machim Ingrês, referida por João de Amores, Piloto Castelhana, ao Zargo, com os amores de Ana de Harfet, primeiros descobridores da Ilha, e a eleição que se fez no Zargo para seu descobrimento». No Livro III, assistimos à saída das Naus, ao mesmo tempo que Neptuno propõe aos «falsos deuses marinhos» um parecer favorável à empresa dos Portugueses, sobretudo para que os navegantes sejam «com danças e coreias festejados»; descreve-se a casa de Neptuno e dá-se a razão por que parte do Mar Atlântico se chamou o Vale das Éguas; narra-se a chegada a Porto Santo; duvidam os Portugueses do descobrimento da Madeira, «pela muita escuridão das névoas, a que chamaram *vorange*»; em sonhos, a Ilha aparece a Zargo; e, então, resolvendo dirigir-se para essa «escuridão», os Portugueses passam a Ponta de S. Lourenço.

No Livro IV, «[pinta-se] a frescura do sítio de Machico, acham-se as sepulturas dos Ingleses, descobrem-se os Portos e Abras da Ilha, até Câmara de Lobos», e, aí, entrando pela ribeira, Zargo «sobe» à Casa do Tempo. No livro V, após uma nova invocação, pinta-se a Casa do Tempo, e o Tempo, velho venerando, «mostra (...) ao Zargo como tornará a povoar a Ilha; além disso, o que mais se descobriu, com a enumeração das Capitánias, das Povoações e Culturas da terra». No Livro VI, o Tempo continua a mostrar a Zargo, através de «pinturas», os seus descendentes até ao Capitão João Gonçalves da Câmara, o Magnífico, isto é, os seus sete filhos, os irmão Abreus, João Esmeraldo e muitos outros, e as suas actividades como guerreiros, os sucessos da Ilha, missões em África, não só dos seus sucessores, como de muitos nobres madeirenses, bem como a fundação da cidade do Funchal por iniciativa de D. Manuel e a alusão à construção da Sé, e ainda à escolha de Santiago Menor como padroeiro da cidade. Na estrofe 154 do mesmo livro, o Tempo interrompe o seu discurso e, logo a seguir, o Poeta pede «Alento novo» para o «Novo canto». No Livro VII, o Tempo «(c)ontinua das Entradas de África pelos mais Capitães, outros sucessos, como a entrada dos Franceses na Ilha, e ainda a enumeração de Prelados e dos seus actos». O Livro VIII é todo ele consagrado à vida e às virtudes do Beato Frei Pedro da Guarda; para tal, o Tempo invoca a Virgem Maria: ao gosto barroco, encontramos neste Livro a exploração do sentido de Pedro, articulando-o com o de «pedra» (estrofes 18 a 28); na estrofe 125, acaba o Tempo o seu discurso, dirigindo-se, então, a Zargo:

«Podes tornar-te aos teus, que por perdido
Te têm, julgando a Glória por labéu
Que te há-de ser Eterna, e com memória,
Digna de larga e de famosa história.»

No Livro IX, vai Zargo para junto dos seus companheiros; saem de Câmara de Lobos: à saída, as sereias e os delfins cantam e dançam. Regressam ao Funchal, e, aí, novo episódio surpreendente os espera: sentado num ilhéu, Proteu fala aos navegantes. O discurso de Proteu também é profético: discorre sobre as boas famílias madeirenses, os feitos dos mais capitães e prelados, até ao feliz tempo do Capitão João Gonçalves da Câmara (aquele a quem é dedicada a obra), e «mostra parte dos muitos Nobres da Ilha que militarão». No Livro X, continua Proteu a sua fala:

a partir da estrofe 6, ele vai expor as «excelências» da Ilha, sobretudo os seus templos magníficos (a Sé e a Igreja do Colégio, principalmente), e, a partir da estrofe 76, a natureza. Nesta, enumeram-se quase fastidiosamente, sempre ao gosto barroco, os «ares», as «fontes» e «águas», o «açúcar» (estr. 81-83), as «serras» e «levadas» (estr. 84), os «frutos» (estr. 86), as árvores, como os «cedros», o «louro», e as árvores de fruto (estr. 92-102), como a «amendoeira», a «palma», a «romã», a «ginja», o «figo», a «parreira». Ainda na enumeração vegetal, temos as «flores», a partir da estrofe 103: «rosa», «lírio», «jacinto», «narciso», «viola» (violeta), etc., e, finalmente, a partir da estrofe 118 e até à 127, a consideração dos animais: aves, peixes, marisco, com a observação de que não há na Ilha nenhum animal feroz, nem peçonhento (estr. 121). Nas últimas estrofes, faz-se a conclusão que não transcrevemos por a considerarmos não muito equivalente em mérito ao conjunto poético do Poema.

Verificamos, assim, que o esquema da *Insulana* segue o modelo da epopeia: a uma Proposição (estr. 1 e 2 do Livro I), seguem-se a Invocação geral (estr. 3) à Musa, e a Dedicatória («E vós, ó novo ramo produzido», isto é, D. João Gonçalves da Câmara) (estr. 4-11). A Narração inicia-se na estrofe 12 do Livro I, com as palavras de introdução à descrição da Europa:

«Do Caos informe, sendo produzida
A máquina que a Deus agradou tanto,
De Céus, e de Elementos revestida
Para mais glória, de seu nome santo,
Pela cosmografia dividida
Em partes, cada qual digna de espanto,
Tal nome goza Europa, que entre elas,
É como o Alma Sol, entre as estrelas.»

Esta introdução continua numa estratégia de terceira pessoa, em que não só se referem as grandezas de Portugal e dos feitos de Zargo como capitão da Costa do Algarve, mas também por que motivos ele foi escolhido para o descobrimento da Ilha da Madeira.

A instância «narrador» vai, no Livro II, delegar em João de Amores, a iniciativa de contar a «história de Machim» (intervenção lendária), terminando o mesmo Livro pela confirmação por parte do Infante D. Henrique de confiar a empresa do descobrimento a Zargo.

No Livro III, enquanto o plano narrativo é mais fiel ao real histórico, Zargo e seus companheiros partem para a ilha desconhecida; Neptuno convoca os deuses no sentido de tudo ser concedido aos portugueses para o cumprimento da sua missão histórica (primeira intervenção do maravilhoso). Importantes estes momentos de inserção do maravilhoso pagão: a mansão de Neptuno, bem como a manifestação dos deuses marinhos no chamado Vale das Éguas. Outro momento importante da ornamentação do poema é a personificação da «Ilha» que aparece em sonhos a Zargo (segundo momento de maravilhoso: prosopopeia). No Livro IV, prossegue o real histórico de uma forma linear, com narração em 3.^a pessoa, até atingirem Câmara de Lobos. Aí, temos nova intervenção do maravilhoso (terceiro momento: com personagem e local – o Tempo e a sua Casa). E é esta nova instância de delegação da tarefa narradora que vai conduzir o discurso até ao Livro VIII. No Livro IX, após alguns momentos de narração objectiva – os que dizem respeito ao regresso de Zargo e seus companheiros, de Câmara de Lobos até ao Funchal –, nova intervenção do maravilhoso (4.^o momento), com a aparição de Proteu, que, tal como o Tempo, vai falar a Zargo, mas agora também aos seus companheiros, não só de feitos dos capitães e prelados, como das «excelências» da Ilha, como se de algo de desconhecido se tratasse, para Zargo, o que é verosímil na economia da obra, porquanto Zargo e os seus companheiros pouco contacto tinham tido com o interior da Ilha.

Onde encontrar as marcas do Barroco? Naturalmente que em todo o poema. As alusões mitológicas abundantes, numa intensificação da prática camoniana, a adjectivação ainda mais complexa, as enumerações tanto ao gosto seiscentista – lembramo-nos das que concernem às famílias madeirenses (Livro IX, estr. 110-113), e de todas quantas, quase cansativamente, constituem a maior parte da intervenção de Proteu, tais como as «árvores de fruto» (Livro X, estr. 92-102), as «flores» (estr. 103-117) ou os «animais» (estr. 118-127) –, amplificações e perífrases, metáforas ou comparações e ainda hipérbolos, tudo isso torna artificialmente rebuscada a expressão poética.

Exemplifiquemos com o próprio retrato de Ana de Harfet:

«Floreceia em beldade peregrina,
Em sua corte então por celebrada,
Uma formosa e nobre Proserpina,
Em nome próprio Ana de Harfet chamada,

De mil louvores por beleza digna
Por de heróica prosápia venerada,
Honesto, sábia e rica na pureza,
Esmaltes finos da maior nobreza.

Com negros olhos graves e rasgados,
Faces de pura neve e fresca rosa,
Os dous pequenos lábios encarnados,
Que a boca faziam mais formosa,
As sobranceiras arcos delicados,
Garganta e testa, cada qual lustrosa,
Barba e nariz perfeitos e excelentes,
Aljofres brancos por pequenos dentes.» (II, 5-6).

Apesar da obediência à codificação barroca, é notória, em muitos passos, a dívida para com Camões: não só na estrutura do poema, como sobretudo na ocasional e (julgamos) talvez procurada adaptação de versos, ou de perífrases.

3.2. *Zargueida* (1806), de Francisco de Paula Medina e Vasconcelos

E quanto à *Zargueida*, de Francisco de Paula Medina e Vasconcelos? Ao leitor de hoje, este poema apresenta-se mais acessível do que o anteriormente considerado, apesar de todo o estendal de personagens mitológicas, e de toda a retórica que caracteriza a transição do Arcadismo para o Pré-Romantismo. Adiamos para mais tarde a comparação que urge estabelecer entre este e o anterior poema.

3.2.1. *Esclarecimentos acerca do autor e do texto*

Francisco de Paula Medina e Vasconcelos, autor da *Zargueida*, era natural da Madeira, descendente de uma família de origem canarina, fixada no Funchal no século XVII. Nasceu na Ilha da Madeira, talvez no Funchal, entre os anos de 1766 e 1770. Segundo informação de Inocêncio, aos vinte anos de idade, foi para Portugal, (citamos) «com o intento de seguir não sei qual das faculdades em Coimbra: matriculou-se com efeito na Universidade, porém ao fim de dois anos foi preso, por acusações que lhe fizeram de crimes (diz ele) *nem pensados*». E continua o nosso Bibliógrafo: «Depois de ano e meio o soltaram, impondo-lhe a cominação de sair de Coimbra, e não mais voltar à Universidade.» E ainda: «Regressou então para a sua pátria, onde já estava em 1793; porém passados anos veio nova-

mente a Portugal, donde voltou outra vez, fazendo ainda depois novas viagens.» Sabemos que foi provido «em um ofício de Tabelião Público de notas na cidade do Funchal», onde viveu casado, e com filhos, «quando em 1823 foi preso e processado pela alçada enviada à Ilha da Madeira, para conhecer das pessoas que se haviam distinguido como partidárias do governo constitucional». Nessa data, Medina e Vasconcelos sofre a pena do degredo para Cabo Verde por oito anos; ao chegar à Ilha de S. Tiago, faleceu pouco depois, em 1824.

Além da *Zargueida*, Medina e Vasconcelos publicou, por ordem cronológica, *Noute triste, a que deu assunto a morte da Exma. Sra. D. Carlota Margarida, filha do Exmo. Duque de Lafões*, em Lisboa, de 1792; *Poesias Líricas*, I e II Partes, em Lisboa, de 1793; *Poesias Líricas, dedicadas à Ilma. e Exma. Sra. D. Catarina Micaela Sousa César e Alencastre, etc.*, em Lisboa, de 1797; *Noites tristes de Fileno na ausência de Marília*, em Lisboa, de 1805; *Sextinas elegíacas ao memorável estrago da cidade do Funchal, na Ilha da Madeira*, em Lisboa, de 1805; *Elegia à deplorável morte do grande e incomparável Manuel Maria de Barbosa du Bocage*, em Lisboa, de 1806; *Georgeida: poema, dedicado ao Ilmo. Sr. Robert Page*, em Londres, de 1819.

Como afirma Inocêncio, «(e)ste poeta gozou em vida de bastante celebridade; hoje está seu nome quase de todo esquecido, talvez com pouca razão; porque nas muitas composições que nos deixou impressas há ainda que aproveitar, na opinião de bons entendedores». E acrescenta o mesmo autor que estamos a seguir: «Como poeta lírico pertenceu à escola francesa: os seus versos são em geral sonoros e bem fabricados, e decerto lhe não faltava naturalidade». No entanto, quanto à sua vertente épica, diz o mesmo Inocêncio: «Pretendeu embocar a tuba épica; mas vê-se que esta empresa era muito superior ao seu talento, e por isso nos dois ensaios que naquele género compôs, não conseguiu elevar-se jamais além da mediocridade.» E a concluir, ainda opina: «Há contudo, em um e outro, episódios que não deslustram a sua musa, e que se podem ler com gosto.»

Quanto à *Zargueida*, *Descobrimento da Madeira: poema heróico*, a epopeia que Medina e Vasconcelos escreveu como homenagem a João Gonçalves Zarco, ela foi publicada em Lisboa, na Oficina de Simão Tadeu Ferreira, no ano de 1806. É um espécimen in-8.º, com XVI + 254 páginas. O poema é dedicado ao Conde de Vila Verde. Nas dezasseis páginas iniciais, há lugar para uma poesia dedicada ao Conde, um Prólogo no qual se aludem autoridades poéticas como o «Imortal Camões», o «Regular Gabriel

Pereira de Castro», o «nosso Píndaro Português Elpino Nonacriense» e o «Insigne Bocage», um poema dirigido a Bocage e uma resposta, em soneto, do próprio Barbosa du Bocage. De salientar que este soneto denota, da parte do poeta sadino, uma admiração bastante grande pelo escritor madeirense.

Os dez cantos da *Zargueida* abrangem 730 estrofes em oitava-rima: o IX é o mais curto, com 56 estrofes; o II, o mais extenso, com 94. Podemos, desde já, afirmar que este poema corresponde, na sua extensão, a cerca de metade do de Manuel Tomás.

3.2.2. Para uma apreciação renovada do poema

Inocência tinha razão: o poema de Medina e Vasconcelos não é de grande qualidade. Mediocre? As partes fracas alternam-se com outras, que, aliás, o mesmo autor citado reconhece não «deslustrar» da musa do poeta.

O Canto I regista a Proposição:

«Agora que, mordendo o férreo freio,
Presa a Guerra vomita infernais iras,
E que da Santa Paz no fértil seio,
Pátria minha feliz, leda suspiras:
Agora que, sem susto, e sem receio,
Aos meigos braços do Prazer te atiras,
E que já livre de desgraças tantas
A pampinosa frente ao ar levantas.

Pelas mimosas mãos da Singeleza
Cingida a testa da Apolínea Rama,
Bem, qual outro Camões, entre na Empresa
De em metro eternizar Primeiro Gama:
Se a Arte for propícia à Natureza,
Darei um novo Canto à Voz da Fama;
Do teu Descobridor para memória,
Farei ressuscitar o Nome e a Glória.»

Segue-se, da estrofe III à VII, a Invocação à «Singela Cândida Verdade» e ainda, na estrofe VIII, a Dedicatória («E Vós, Excelso Príncipe Regente...»). Neste mesmo canto, começa a narração, não como tradicionalmente, mas com uma objectiva situação temporal de características muito gerais: «Reinava em Portugal João Primeiro / Aquele grande Herói d'la Memória,

/ Aquele Pai da Pátria Justiceira, / de quem fala submissa a Lusa História: / Ainda deste Impávido Guerreiro, / A quem propícia foi sempre a Vitória / Longe de Ceuta aonde se escondia / Zalá-Bençalá pávido tremia.» Na estrofe XI, já o concílio dos Deuses se reúne, a fim de dar aos portugueses a glória do descobrimento da Ilha da Madeira: a proposta de Júpiter tem logo a aquiescência de Baco. Entretanto, Zargo navega ao largo do Algarve, onde consegue tomar uma embarcação de castelhanos. Entre estes últimos encontra-se um João de Morales que fica muito triste com a atitude de Zargo contra os castelhanos. Sob conselho de Baco, entretanto disfarçado de humano, Morales pensa «Fazer de Zargo a glória e a sua dita». No canto II, Zargo encontra-se no Algarve e ouve o que Morales lhe quer dizer sobre a ilha onde morreram dois amantes ingleses. Logo, quer Zargo comunicar tudo ao Infante D. Henrique. O canto III contém fundamentalmente matéria de «maravilhoso»: Neptuno convoca as deidades marítimas («As deidades do Pego Salitroso»). Baco fala, resumindo, de certo modo, o conteúdo de *Os Lusíadas*; o Profeta fala de Pã, como opositor de Baco; Proteu logo assegura que se oporá a Pã, e Neptuno também promete que protegerá o «Tirsígero Deus». Neptuno mostra a Baco a sua morada, entregando, depois, todos os deuses presentes ao Prazer. Mas, como se diz nos últimos versos da estrofe final deste canto,

«Enquanto isto acontece, o mar cortando,
Os Lusitanos prósperos navegam,
E Zargo lá consigo só consulta
Meios de descobrir a Terra inculca.»

No Canto IV, Zargo é elogiado pelo Infante, e, ao chegar ao Tejo, falam Ulisseia e o próprio Tejo. Zargo explica a Morales a origem «fabulosa» de Lisboa, o que leva a desenvolver a vida e as viagens de Ulisses. O Tejo saúda Zargo. No plano do referente histórico, Zargo espera ordens para começar a sua viagem, desde Lisboa. No Canto V, os deuses, Neptuno e Baco, deslocam-se à Ilha. Proteu vai profetizar a Baco as mil fertilidades; refere-se também ao Funchal (estr. XX). É manifesta, nesta fala de Proteu, a influência de Manuel Tomás, principalmente nas enumerações dos produtos, da flora, da fauna, da Ilha. E, no Canto VI, continua Proteu a prognosticar a Baco os sucessos respeitantes aos sucessores de Zargo e às famílias nobres da Madeira (também aqui, nítida influência de Tomás). Entretanto, no Tejo, os barcos de Zargo estão prontos para a partida. Começa a via-

gem (estr. XXIII). Ulisseia e Tejo despedem-se dos navegantes (estr. XXV e seguintes). No «flutívago Madeiro», Zargo continua a sua viagem:

«Ardendo de Amor Pátrio em viva chama,
Projecta desde então na nova hora
Investir o Negrume horrendo e feio
Que dizem ter o Báratro no meio» (estr. LXII, vv. 7-10).

Pã continua a não querer que os Portugueses invadam o seu território. Por isso, vai pedir auxílio a Plutão. Desce, para isso, às «Cavernas soterradas».

No Canto IX, Zargo investe o Negrume. Entretanto, é avisado de que Pã lhe será hostil. Disto não informa os seus companheiros, que passam uma noite «em harmónicas folias» (estr. LIV). No canto X e último, Zargo manda Rui Pais a terra. Descubrem os portugueses o jazigo de Ana de Harfet e de Machim. Zargo faz um discurso contra a Morte (estr. XIII – XXIII) e, chegando ao Funchal, atea grande incêndio, o qual tem o propósito de castigar o inimigo Pã. Depois, parte de regresso a Lisboa (estr. XLVII), e, quando aí chega, novamente Ulisseia lhe dirige a fala. Na penúltima estrofe, afirma-se apostroficamente: «Não mais, Diva, não mais, pois felizmente / Cheguei à meta da arriscada Empresa...» e, na última, promete voltar ao canto: «Cantando, espalharei por todo o Mundo». Subentendemos «a personalidade e o valor de Zargo».

Tal como acontecia com o outro poema, a *Insulana*, também na *Zargueida* se encontra o esquema tradicional da epopeia. A influência de Camões é ainda mais expressa do que no poema de Manuel Tomás, inclusive com versos transcritos entre aspas. A «história de Machim» também ocupa o canto II, o que significa ter igualmente aqui uma natureza fundadora da matéria real. Como é feito o retrato de Ana de Harfet? Medina e Vasconcelos escreve assim (estr. X e XI):

«Tinha Harfet áureas tranças reluzentes
Que em ondas sobre os ombros lhe pendiam,
Tinha um rosto gentil, onde excelentes
Mimosas lindas graças se esparziam;
Tinha faces de neve transparentes,
Em que sanguíneas rosas floreciam,
Tinha uns olhos cruéis por matadores,
E lábios, que a rubim roubaram cores.

Tinha um Corpo gentil, meneio airoso,
Viveza natural, mimo e doçura,
Um modo agradável, sempre gracioso,
E uma alma sempre terna, meiga e pura:
Eis de Harfet o Retrato Precioso.
Quem não viu inda Harfet, veja a pintura,
Porque o mais, que ela tinha, e não descrevo,
Perfeito julgo, mas pintar não devo.»

Retomando a tradição da epopeia, a *Zargueida* instala na intriga um conflito entre deuses: agora, Júpiter, Neptuno e Baco, favoráveis ao feito de Zargo e companheiros; e, por outro lado, Pã e seus sequazes, bem como Plutão, contrários à entrada dos portugueses na Ilha. Temos, então, uma luta de deuses aquáticos contra os deuses terrenos. Salientemos que, ao contrário do que acontecia em *Os Lusíadas*, Baco é aqui amigo dos Portugueses: o motivo é óbvio, porque até desenvolvido. Na verdade, a Baco é outorgado por Júpiter o poder ter na Ilha o seu império do Vinho...

Quanto à descrição da própria natureza, o motivo da «paisagem paradisíaca» continua o seu trajecto; é assim que Proteu vai dirigir-se a Baco no que respeita às riquezas naturais da Ilha:

«Na florida estação pelas campinas
Verás, ó Tioneu, com vistas claras,
Bordadas de papoilas e boninas
As pululantes, trémulas searas;
Verás aqui mil flores peregrinas,
Verás mil produções em tudo raras;
Verás brotar de Flora os gratos mimos
E das pampíneas vides os racimos.

Em qualquer parte abrolharão das terras
Águas mais puras que o cristal nevado,
E até dos cimos das fragosas serras
Rolarão, imitando ao prateado;
Sem que temam aqui do tempo as guerras,
Darão as plantas fruto sazonado,
Mimoso no sabor; e na grandeza
Um prodígio será da Natureza.

Cobertos de gramínea vestidura
Estarão sempre os prados e as florestas,
Onde amores com graças de mistura
Passarão por prazer as moles sestas;
Sempre frondentes, firmes na verdura,
Erguerão muitas árvores as testas,
Prometendo uma eterna Primavera
Semelhante à da florida Citera.»

3.3. *Da possível comparação entre dois poemas épicos sobre um mesmo assunto, de épocas literárias diferentes*

Ao fim destas breves informações dos dois poemas épicos sobre «o descobrimento da Madeira», será lícito propor qualquer comparação, sobretudo com intuítos valorativos, entre as duas tentativas, principalmente quando elas decorrem de propostas defluentes de estéticas muito diferentes, de épocas muitíssimo distintas?

Muito sucintamente, diremos – é uma opinião muito pessoal – que, enquanto a *Insulana*, de Manuel Tomás, pode ser considerada uma das obras maiores do seu autor, bem como do seu tempo, a *Zargueida*, de Medina e Vasconcelos, constitui, para além dos aspectos mais significativos em episódios ou num que outro passo, uma tentativa medianamente ou quase mediocrementemente conseguida. Como já reconhecia Inocêncio, Medina e Vasconcelos era mais dotado para a poesia lírica do que para a épica. No entanto, não exageremos, porquanto *Zargueida* nos propõe um vasto painel de eventos perspectivados com sábia preparação poética.

Num primeiro aspecto, é evidente a maior extensão do texto de Manuel Tomás: o dobro do de Medina e Vasconcelos.

No que concerne ao domínio da expressão, não há dúvida de que Manuel Tomás sai favorecido, de acordo com a sua escola «gongórica», com plena posse dos recursos retóricos e poéticos, pelo menos até ao Livro VI.

E, neste ponto, gostaríamos de reconhecer que a obra de Medina e Vasconcelos, na sua mediania, consegue ser mais equilibrada numa economia de conjunto, do que a de Tomás. A *Insulana* apresenta-se, na verdade, desigual, irregular, principalmente a partir do mencionado Livro VI. Já no Livro VII, mas principalmente nos seguintes, verificamos um exagero de enumerações que muito têm de prosaico, pelo menos para o nosso gosto de leitores do século XX (discriminação de aves, de frutas, de peixes, etc.).

No que respeita à intriga, podemos distinguir entre a realização de Manuel Tomás, que dá mais importância ao assunto histórico, discursivizando-o muito amplamente. Medina e Vasconcelos atribui muito pouca importância a esse assunto: ele fica ofuscado pelo plano do «maravilhoso». Na *Zargueida*, é de facto o maravilhoso que mais importância vai ter.

Neste aspecto do maravilhoso, encontramos, com efeito, diferenças muito importantes nos dois poemas. A *Zargueida* segue mais à risca o modelo camoniano: propõe dois campos de deuses – uns, favoráveis à empresa de Zargo (Júpiter, Neptuno e Baco) e outros, desfavoráveis (Pã e seus sequazes e também Plutão). A *Insulana* omite este esquema de conflito: tudo se passa num curioso consenso. Na verdade, desde o princípio, Neptuno propõe um parecer favorável que vai ser sempre acatado. Apenas a Natureza, mas nunca mitologizada, vai ser contrária, com a «voragem» ou com a tempestade.

Na *Insulana*, há a originalidade de propor a personificação da Ilha que aparece em sonhos a Zargo, e também a do Tempo, que nos apresenta a sua Casa, perto de Câmara de Lobos, sem falar das intervenções directas de Proteu. Na *Zargueida*, temos abundância de contactos de entes personificados com Zargo, o que também poderá ser considerado engenhoso – estamos a lembrar-nos não já do que depende dos moldes clássicos (concílios de deuses, falas de Neptuno, de Baco ou de Pã), mas das presenças de Ulisseia ou do Tejo, que julgamos das mais positivas no «maravilhoso» do poema –, mas tal processo não tem a mesma força da conseguida por Manuel Tomás, por exemplo com a já citada presença em sonhos da «Ilha» personificada.

4. Os poemas de Manuel Tomás e de Medina e Vasconcelos na história da Literatura da Madeira e na história da Literatura Portuguesa

Como vimos, o descobrimento da Madeira teve, entre as muitas manifestações escritas, duas principais em verso. Ambas se propuseram épicas, à sombra do «grande Poeta», ou, por outras palavras, do Camões de *Os Lusíadas*. É evidente que não conseguiram o alcance universal exigido por uma epopeia como a representativamente nacional. Nem era tal que pretendiam os respectivos poetas: ambos se vergam à autoridade do autor quinhentista. O assunto que ambos desenvolveram era de âmbito mais

restrito, se bem que ambos os poetas deixem transparecer tal subentendido, preparatório da viagem «exemplar» do Gama. Zarco é sempre designado por «primeiro Gama».

De qualquer modo, e visto que o nosso horizonte é sobretudo o de uma cultura de região, qualquer um dos poemas estudados serve muito bem as etapas de uma procura de identidade duma parcela do território português como é a região madeirense.

Estamos em crer que cada um dos poemas considerados constitui proposta suficiente para nos consciencializarmos – nós, madeirenses – de que, ao contrário do que se afirma muitas vezes, ainda temos obras maiores no macro-sistema da cultura e literatura portuguesa. Elas situam-se num passado que não está a ser valorizado. Por isso, elas não têm sido ou, melhor, não são devidamente perspectivadas não só relativamente às obras da produção regional, como também comparativamente à produção nacional. Outras regiões (e estamos a pensar na região dos Açores) dispõem talvez de obras que podem passar por mais importantes, porque se realizaram na segunda metade do século XIX ou, mais próximas de nós, ao longo do século XX. Por tudo isto, temos de, além de valorizar, reabilitar, sobretudo difundir, analisar, comentar, estudar os textos que alguns dos nossos antepassados nos deixaram, embora os contemporâneos estejam a legar-nos importantes contributos literários (estamos a pensar em poemas de autores como Cabral do Nascimento, José A. Baptista, Herberto Helder, para só citar alguns dos maiores contemporâneos). E, entre esses textos dos autores dos séculos passados, temos de contar com os de Manuel Tomás e Medina e Vasconcelos. Cada um, a seu modo, contribuiu para valorizar a ilha da Madeira com poemas que falam da nossa história e dos elementos da nossa paisagem, com toda a sua informação e competência culturais e literárias. As suas obras merecem-nos, pois, uma atenção e um carinho muito especial, a pedir não só estudo, mas também conhecimento vivo, o que exige – e isto é muito importante – uma urgente reedição de tais testemunhos, reedição indispensável para uma sua mais geral difusão. Tais textos, isto é, aqueles a que dedicámos com muito carinhoso entusiasmo este estudo, são marcos fundamentais para a cada vez mais necessária fundamentação da nossa identidade de ilhéus-madeirenses.

Bibliografia

- Camões, Luís de – *Os Lusíadas* (leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão, apresentação de Aníbal Pinto da Costa), ICALP, ME, 1989.
- Frutuoso, Gaspar – *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1968.
- Melo, D. Francisco Manuel de – *Descobrimento da Ilha da Madeira. Ano 1420. Epanáfora Amorosa. Terceira* (com texto crítico e notas informativas de José Manuel de Castro), Braga, s. d.
- Tomás, Manuel – *Insulana*, Amberes (Antuérpia), 1635.
- Vasconcelos, Francisco de Paula Medina e – *Zangueida, Descobrimento da Madeira: poema heróico*, Lisboa, 1806.

Notas do Autor

1. Este texto, elaborado em 1990 para o Congresso da Cultura Madeirense, foi já publicado, na sua 1.^a parte (a relativa ao poema *Insulana*), com algumas diferenças, nas actas de um Colóquio editadas em 1999 (*A Universidade e os Descobrimentos*, Colóquio promovido pela Universidade de Lisboa, Comissão para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. d.(1999), Lisboa, pp. 291-306). Aqui retoma-se por inteiro o que foi apresentado como comunicação ao Congresso da Cultura Madeirense, em 1990.
2. Em todos os textos dos séculos XVII e XVIII, actualizámos a ortografia.

Breve panorâmica da moderna literatura madeirense

JOSÉ ANTÓNIO GONÇALVES*

Eu intitulei o tema da minha intervenção de «Breve panorâmica da moderna literatura madeirense» porque, por vezes, o ensino vira-se muito para o passado e pouco para o presente. Nós observamos com muita facilidade essa verdade, através dos livros escolares, das comunicações públicas e das obras das diversas áreas de investigação. Quando um autor profere uma conferência que envolve matéria, como a literatura, a história, ou as artes na generalidade, preocupa-se em investigar a matéria do antes e poucas vezes dá reflexo da hodiernidade, esquecendo que é ela, sem dúvida, a síntese da contemporaneidade. Nós somos os seres viventes do nosso quotidiano e não sabemos, às vezes, compreender que, se é muito importante assimilar a mensagem, a síntese das experiências de outrora, não o é menos conhecermos profundamente as linhas e os rumos das questões culturais do nosso tempo. É nesse sentido que vos comunico que sou um apreciador, um amante deliberado, da literatura portuguesa clássica, mas sou sobretudo um ser encantado pela literatura portuguesa moderna. E, na nossa literatura, a Madeira marca, sem dúvida alguma, uma expressão maior.

No século XX – talvez isso não seja muito propagandeado – alguns dos mais importantes nomes da literatura portuguesa são nados e criados na Madeira. Quando abrimos a comunicação social, nomeadamente aquela que se liga à área cultural, das artes e das letras, lemos ou ouvimos falar de Herberto Helder (poucas pessoas sabem que é madeirense), encontramos com o homem do «Cancioneiro», Cabral de Nascimento (e quase todos desconhecem que Cabral do Nascimento é madeirense), ficamos

* Presidente da Associação de Escritores Madeirenses.

maravilhados com o facto de sabermos que o Edmundo Bettencourt foi um artista de Coimbra, que co-fundou a *Presença* e, afinal, o Edmundo Bettencourt também é madeirense. Achamos muita graça quando folheamos jornais ou revistas e constatamos que algumas das personalidades culturais que têm maior impacte nacional são naturais das ilhas, mas normalmente essas ilhas são identificadas apenas como sendo as dos Açores. E nem se lembram que, afinal, as ilhas da Madeira e do Porto Santo também se enquadram nessa perspectiva cultural, de língua portuguesa com valores renomados a servi-la.

Na minha intervenção, nós (eu e a organização), achamos importante ser debatida a necessidade efectiva de focar aqui alguns problemas nesta área, na medida em que o professor Doutor Pinto Correia e o Fernando Dacosta iriam abordar outras áreas que são, de certa maneira, coniventes com esta matéria. Mas teremos que abrir o debate à identidade actual do que nós pensamos ser a cultura madeirense, no nosso tempo, e talvez até desenhar-lhe os contornos.

Considero que, para haver cultura madeirense, tem que existir um «pensar madeirense», isto é, uma afirmação espiritual e, talvez, ideológica, na área cultural, que defina fronteiras em relação à restante cultura de expansão portuguesa. E se nós pensarmos bem nisso, vamos entender também que não é tão fácil definir esses limites pois se nós escrevemos na língua portuguesa, as nossas preocupações culturais e literárias são da mesma índole; o que nos separa do contexto nacional sociocultural lusíada é a questão da insularidade. A nossa especificidade geográfica-geopolítica e geocultural – é que de facto faz, de certa forma, as marcas que nos separam da literatura da continentalidade portuguesa. É assim que, por isso, temos de colocar três hipóteses:

- se o autor madeirense é imediatamente reconhecido como tal pelo facto de ter cá nascido, ou de ter saído de cá jovem e de se ter afirmado como escritor da literatura portuguesa fora do grau, dos limites da insularidade;
- ou se o escritor madeirense também é aquele que, tendo nascido no continente ou noutra área universal, mas porque escreve em língua portuguesa e escolheu a Madeira para residir e aqui produz obra literária, que se afirma através desses mesmos horizontes de insularidade, merece tal designação;

- ou, ainda, se o autor madeirense se define em temática de ilha, telúrica, da nossa terra na qual aborda esse grau de preocupação insular genuinamente arquipelágico e insular.

Em primeiro lugar, devo dizer que todas as assinaladas são válidas.

Ferreira de Castro, ao escrever, na Madeira, o romance *Eternidade*, produziu literatura madeirense? Será que é possível aceitar isto sob o ponto de vista da lógica da criação e da identidade literária de uma região? Será que Ferreira de Castro, ao residir algum tempo na Madeira, elaborou uma obra que integrava temática ilhoa, e por isso se projectaria no universo nacional também como um autor identificado com a problemática e a temática específica da nossa terra? Ferreira de Castro tornou-se um madeirense aborígene, pela circunstância de ter escrito um romance em que se integrava a matéria da emigração madeirense, as questões internas, os problemas laborais e sociais madeirenses? Maria Lamas, quando cá veio, escreveu páginas belíssimas de literatura portuguesa sobre a Madeira. Terá realizado literatura madeirense? Estes itens poderão não ser significativos, quando temos um livro aberto e não estamos muito preocupados em tentar descobrir qual a origem do texto, mas, fundamentalmente, para quem o mesmo se destina. Penso que não deve haver, numa perspectiva intelectual, essa grande preocupação das identidades culturais. Porém, entendo que qualquer linha que tenha sido preferida por um madeirense, ou por um cidadão universal, seja português ou de outra nacionalidade, que cá resida e que escreva sobre essa temática na região e mesmo a obra que, de forma directa ou indirecta, aborde a problemática ilhoa, insular, de facto faz parte intrínseca da nossa cultura, porque a cultura é exactamente isso, é a súpula das experiências, das vivências locais, e é essa vivencialidade que forma, no seu todo, o fenómeno cultural. Se nós julgarmos que somos capazes de nos separar, no contexto da nossa afirmação individual e colectiva, como cidadãos e como zona, do universo global, que são todos os homens, esquecendo, todavia, as nossas particularidades; se pensarmos que somos capazes de subverter o fenómeno cultural, compartimentando essas mensagens, nomeadamente na área da literatura, diminuirmo-nos-emos perante o conhecimento. Essa diminuição do indivíduo perante a aproximação da sabedoria, da valorização intelectual e universal comum como pessoa, em vez de enriquecer o homem, minora a densidade do seu pensamento e a sua condição humana.

Portanto, não creio existir uma definição especificamente madeirense na literatura portuguesa, mas considero que ela se perfila em zonas diferentes, que podem ser legítimas ou não, naquilo que nós entendemos de facto por literatura. Se, porventura, nós pensarmos bem nisto, vamos verificar que são os meios de comunicação social, nomeadamente os *lobbies* literários, que fazem com que para uns haja promoção e maior divulgação e para outros não. Por exemplo, os Açores detêm no continente um excelente *lobbie* sociocultural. O açoriano afirma a sua açorianidade, origem, cultura, em qualquer terra. Em qualquer entrevista ou comunicação que faça, recorda que é açoriano. Este fenómeno não é recente, já é bem antigo. Mas não tem comparação com aquilo que se passa, por exemplo, com os autores madeirenses.

A Madeira foi sempre um espaço aberto ao mundo. Foi talvez dos mais abertos ao mundo. Os nossos esforços, os nossos contactos com o exterior eram enormes. De certa forma, uma subcolonização inglesa logo a seguir ao povoamento fez com que nós nos abrissemos, mais do que outros povos, para o resto do mundo. Tal facto deu origem a que o madeirense aprendesse muito depressa a comunicar com o exterior, daí resultando a perda das suas raízes. O madeirense quando sai pode pensar em voltar se for emigrante, se quiser construir uma casinha em Santana ou no Porto da Cruz. Mas a verdade é que o madeirense culto rapidamente cria raízes no lugar para onde vai e ultrapassa, com muita facilidade, a sua ligação com a sua terra natal. E depois de estar integrado noutra meio ambiente, não tem necessidade de dizer às pessoas com quem convive que é natural da Madeira, que na Madeira é que é bom, que na Madeira se fazem coisas, mas disfarça tudo isso e insere-se muito facilmente nas novas sociedades que o recebem. Este aspecto é interessante. São raros os madeirenses cultos que falam sobre a Madeira e a recordam de maneira genuína ao nível cultural. Podem falar até muito sobre os açorianos, mas sobre a sua terra não se perdem em lucubrações. Mas são poucos os exemplos de colegas que estão radicados no continente, que dirigem publicações ou integram redacções de jornais, que estão ligados à área das letras e das artes, são raríssimos os casos em que há uma preocupação acerca do conhecimento das novidades nessa área, provenientes da sua terra natal. E até às vezes quando as recebem, como matéria de notícia, desdenham essas informações, não fazem qualquer tipo de divulgação e, se puderem, inclusivamente, até as criticam e ignoram. Isto é muito triste de conside-

rar, na medida em que, se nós abrirmos as publicações nacionais, vemos facilmente um Martins Garcia a escrever sobre um autor novo açoriano, a Natália Correia a dizer que é açoriana e que os Açores têm valor; somos capazes de encontrar textos antigos do próprio Vitorino Nemésio sobre os valores açorianos, mas muito raramente encontramos atitude idêntica em relação aos autores madeirenses. Isto é lamentável, sob o ponto de vista da solidariedade criativa (se assim se pode dizer). E ainda é mais grave sob o quadro institucional, na medida em que, deste modo, se nós não conseguirmos abrir espaços de intervenção junto daqueles que são nossos conterrâneos e participam do mesmo processo de promoção cultural, nós não vamos encontrar pessoas, noutras áreas, participativas, solidárias e abertas para ajudar nessa divulgação. E depois há pessoas que se espantam pelo facto de não termos autores que se implantem no meio nacional. Espantam-se pelo facto de não possuímos uma qualidade que sobressaia, que se identifique consigo própria, na nossa literatura madeirense no contexto nacional. Por seu lado, os meios de comunicação social não dão o devido relevo aos escritores que, pela sua qualidade, merecem uma ênfase muito maior da crítica. Cito exemplos: Carlos Fino, José Tolentino Mendonça e Irene Lucília. Estas questões, que parecem de somenos importância, não o são e perdem-se com a nossa pequena dimensão na modernidade literária lusíada.

Este é um fenómeno madeirense que, de década para década, dá sobressaltos de alma. Quando se criou o movimento *Orpheu*, com Fernando Pessoa, o país estremeceu e menosprezou o trabalho de vanguarda de poetas como o próprio Fernando Pessoa, Sá-Carneiro e Santa-Rita Pintor faziam no nosso país. Essa inovação levou algum tempo a chegar à Madeira. Mas, de certa forma, não tendo tido correspondência logo nas primeiras décadas nos anos 20 e nos anos 30, acabou por receber essa influência nos anos 40 e 50. Apareceram autores na Madeira, na modernidade, só comparáveis a alguns dos movimentos nacionais que integravam também alguns colaboradores madeirenses. E devo lembrar que há um autor madeirense que ainda recentemente foi recordado, Albino Menezes, que integrou o *Orpheu* com Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro, também caído praticamente no desconhecimento geral. Albino Menezes publicou no *Orpheu* 3, o qual, pela sua pouca sorte, não chegou a ser concluído em época definida (pelo menos aproximada à saída do número um e do número dois) porque o pai do Mário de Sá-Carneiro não lhe mandou a

verba correspondente e a obra não chegou ao conhecimento público. Só vem a ter uma impressão em 1954, se não estou em erro, e hoje faz parte do espólio daquela época. Albino Menezes fez um texto de espírito pós-romântico, mas com a qualidade suficiente e necessária para a era. Para ter recebido o convite de Fernando Pessoa para o colocar nessa publicação, é porque lhe era reconhecido talento.

Só que, nos anos 40, aproximadamente, alguns autores madeirenses sobressaem por mérito próprio, de entre os seus pares nacionais.

Um deles foi Cabral de Nascimento, que muitos de vocês conhecem e bem. E houve outros autores madeirenses que não chegaram a ter projecção nacional que publicaram os seus textos em jornais, como o *Re-nbau-nbau*, em suplementos como os do *Eco do Funchal*, o *Diário de Notícias* e o *Jornal da Madeira* e em outras publicações. Estou-me a lembrar, por exemplo, de Gonçalves Preto, que foi de facto um poeta ainda não reconhecido publicamente; Jorge de Freitas, que foi, pura e simplesmente, o homem que revelou o Herberto Helder e o António Aragão, que reuniu e coligiu uma antologia que se chamou *Arquipélago*, a qual vem a ser publicada mais tarde, em 1952. Um homem com um senso de humor e uma criatividade literária e humana tais que chega a montar, ele próprio, sozinho, ou não, outro volume que se chama *Aerópago*, onde satiriza todos os elementos participantes do *Arquipélago*, incluindo-se a si próprio e que reclama nos cafés que o tinham gozado publicamente e que não perdoaria a quem um dia viesse a descobrir como culpado e, afinal, tinha sido ele próprio a fazê-lo.

Estou-me a lembrar desse movimento *Arquipélago* que trouxe nomes, alguns deles que morreram para a poesia e outros que desabrocharam para a literatura. Nesse movimento, onde se incluía Herberto Helder, António Aragão e Rogério Correia, integrava-se o Dr. Rebelo Quental, de quem poucas pessoas se lembram, mas que foi um poeta modernista, da sua época, nos anos 50. Havia o Dr. Silvério Pereira, que foi um homem de importância fundamental na criação de tertúlias literárias nos anos 40 e nos anos 50. E Carlos Cristóvão, que mais tarde vem-se a afirmar também como prosador.

Nesses movimentos surgiu, de facto, um transpirar de modernidade que não existia na literatura madeirense. E foram os seus mentores que abriram caminho para outros, nomeadamente no âmbito da poesia, que irá, com o tempo, projectar-se a nível nacional.

E há outros fenómenos, como os casos de alguns escritores que, não tendo nascido na Madeira, efectivamente conquistam projecção nacional, como o Dr. João Brito da Câmara, cujas obras foram publicadas em volume completo pela Coimbra Editora, em 1967. Não tendo nascido na Madeira vem a afirmar-se no País, nomeadamente nos círculos de Lisboa e Porto, como um autor bastante apreciado. Só que o que nós notamos é que esse esforço individual que esses movimentos fazem não chegou a ser suficiente, por falta de projecção. Logo a seguir a essa publicação que se chamou *Arquipélago*, apareceu um novo opúsculo que reunia, pela primeira vez, quatro autores madeirenses, com quatro poetas de dimensão nacional. Tenho muita honra em dizer que pertenci a essa obra, que se chamava *Movimento, cadernos de poesia crítica*, do qual só saiu um número. Foi uma obra organizada pelo António José Vieira de Freitas (falecido), reunindo em colaboração Eugénio de Andrade, António Ramos Rosa, Pedro Tamen, José Bento, Gualdério Rodrigues, José Agostinho Baptista, José António Gonçalves e o próprio Vieira de Freitas. Quando essa obra foi feita e saiu a público, houve um certo impacto-surpresa no meio local, já acostumado a nada conhecer. Todavia, a obra não teve continuidade. Foram feitos quinhentos exemplares que desapareceram rapidamente; hoje cada opúsculo deverá ter algum valor simbólico. Mas a verdade é que sob o ponto de vista de organização editorial, a obra ficou por aí.

Em 1975 aparece a *Ilha* que foi fruto do movimento «2000», nascido no *Jornal da Madeira*. A *Ilha* surgiu de uma necessidade estranha, mas que é curiosa de referir. Os colaboradores do suplemento juvenil estavam habituados a publicar os seus textos numa página de jornal, mas não conheciam a sensação de um texto seu em letra de forma, na página de um livro. E essa realidade, da página de jornal, que fica sobre a mesa ou se pode, com ela, às vezes, embrulhar peixe e bacalhau, perdeu perante a opção de um poema integrar a obra literária que permanece numa estante e que é intemporal. Era o seguinte esse conjunto de colaboradores: Carlos Alberto Fernandes, António Brito Figueiroa, Laurindo Goes, Duarte Tranquada, José Vítor Barreto eu próprio e o Francisco Freitas Abreu. Eram todos jovens e nenhum deles trabalhava, a não ser eu. Reuniu-se o pecúlio para produzir a obra literária (que foi mandada imprimir por nós e paga e distribuída por nós).

Esse movimento *Ilha* gerou, imediatamente, uma auto-reflexão sobre o vazio literário insular e conseguiu até que tivéssemos a necessidade de

lhe dar continuidade, o que nós não conseguimos devido à revolução de 25 de Abril. Os custos de edição haviam aumentado grandemente. Só em 1979 foi possível fazer a *Ilha II*, que foi editada pela Câmara Municipal do Funchal, no tempo do professor Virgílio Pereira. E estes dois volumes constituem as primeiras antologias publicadas em forma de livro, depois do *Arquipélago* e de autores madeirenses.

Este é um caso curioso. No século XIX saíram dois volumes intitulados *As Flores* com poetas da época. Mas, no século XX, nota-se uma certa reacção negativa à publicação colectiva. As pessoas preferiam publicar as suas obras individualmente e não em grupo. Apesar de fundarem tertúlias. A *Ilha 3* está pronta e já sofreu várias alterações, mas já estamos em 1990 e o volume nunca saiu. Isto também diz do desalento que a actividade editorial tem na Madeira.

Em relação às tertúlias madeirenses, registre-se o aparecimento, no princípio do século XX de duas ou três associações de estilo académico, universitário também. Mas a tertúlia mais importante foi a que levou a cabo a publicação do *Arquipélago*, que se chama «Tertúlia Ritziana». Esse café-concerto *Ritz* teve uma função primordial na época de reunião de vocações e de personalidades culturais. O Dr. Silvério Pereira e Rogério Correia foram das primeiras pessoas que se reuniram lá. Porque um e outro se habituaram a escrever sentados nas mesas, acabaram por se aproximar e conhecer e fundaram a tertúlia que só existiu porque as pessoas conviviam lá. E passou-se a chamar a «Tertúlia Apolo», com a mudança de local. Esse sentimento de tertúlia existiu também um pouco mais tarde. Era a «Tertúlia sem título» que foi fundada por Maria Mendonça, com um grupo de jornalistas da nossa terra que se reuniam, sem terem programa de acção, mas pelo mero prazer do convívio e de confraternização. Isto também era importante, porque as pessoas discutiam umas com as outras o que se produzia literariamente, as novidades que recebiam e até chegavam ao ponto de debater aquilo que acontecia a nível literário fora da própria terra natal. Nós hoje temos acesso muito imediato aos *mass media* e não temos necessidade de nos sentarmos à mesa do café para conhecermos novidades nessa área.

Entretanto, fundámos a Associação de Escritores da Madeira, a partir de um Primeiro Encontro de Escritores que houve em 1988-89. A Comissão Instaladora aprovou os Estatutos e delineou um programa de acção que já deu alguns frutos, como a publicação da antologia *O Natal*

na *Voz dos Poetas Madeirenses*, em 1989; também a *Poet'Arte90* que foi um trabalho realizado com a *Circul'Arte* e representa um conjunto de poetas madeirenses que assim foi divulgado. A verdade é que esta Associação terá em breve instalações que permitirão a realização de acções culturais num âmbito o mais alargado possível, incluindo aqueles que a AUM nos vem propor. O nosso programa, o mais globalizante que se possa desejar, ainda não tem uma definição específica. Nós não nos sentamos para discutir programas. O que nós queremos é levar a efeito acções concretas, pois os programas normalmente só ficam no plano das intenções.

Outra preocupação que nós temos é a divulgação dos escritores madeirenses no âmbito escolar. Nós entendemos que para os autores madeirenses serem conhecidos pelo público leitor, isso terá que passar pela escola. De certa forma, isso terá de passar pela abertura das instituições oficiais e por uma preocupação efectiva pela cultura madeirense. Nós não podemos é falar de Autonomia só para abrir estradas e ampliar aeroportos; também podemos falar de Autonomia para divulgar a nossa literatura e nos afirmarmos espiritualmente. E não há outro meio de o fazer senão começando um trabalho de base no plano escolar e aos vários níveis. Esse trabalho ainda está por fazer, embora já exista um esforço nesse sentido ao nível da Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego e ao nível da DRAC. Porém, um trabalho alargado e estruturado ainda não foi feito e esperamos ansiosamente que venha a ter lugar.

Gostava de vos falar da actividade editorial madeirense, que é outro universo curioso. No princípio do século XX não existiam editores oficiais. O trabalho era feito em tipografias e pago pelos autores. Utilizava-se a tipografia Calassa, a Camões, mais tarde vem-se a utilizar a tipografia Eco do Funchal, a Nova Minerva, entre outras. Mas não havia, nem há, uma actividade editorial organizada.

As edições apareciam nomeadamente no âmbito da investigação histórica através das Câmaras Municipais e da Junta Geral, como hoje acontece em relação à DRAC (Direcção-Geral dos Assuntos Culturais). Em termos de editoria privada, destaca-se a acção de Maria Mendonça, quer em relação ao *Eco do Funchal*, quer em relação à colecção que intitulou de «Ilhatur». Esse facto leva-nos a pensar na falta de razoabilidade desta circunstância. O que é que se passa? Quais os factores? A edição de livros na Madeira não é lucrativa. E o facto de não ser lucrativa conduz a que o produto que não se vende seja indesejado. Portanto ninguém fica preocu-

pado com uma coisa que é indesejada... Se nós vendêssemos material de consumo imediato, teríamos muito mais possibilidade de enriquecermos todos juntos e divulgarmos o nosso produto. Só que a cultura tem um grau de consumo que apresenta alguma dificuldade. Ninguém compra um livro que não seja para ler; a não ser que queira decorar uma estante. Só que na Madeira muito pouca gente compra livros, porque pouca gente tem o hábito da leitura.

A nossa preocupação – exagerada – pelo fenómeno cultural intimida ainda mais as pessoas. A divulgação da cultura terá que ser feita com um maior grau de sensibilidade e de espírito de abertura. A sensibilização terá que seguir outro caminho, que passa necessariamente pela área didáctica, através dos estabelecimentos de ensino, através dos meios de comunicação social e também através de uma actividade editorial ordenada, porque as edições publicadas na Madeira, tanto ao nível oficial como ao nível da edição do autor, não têm primado por essa preocupação genérica da qualidade, o que leva a que as pessoas que compram livros deixem de os comprar e aquelas que não compram a não estarem interessadas em coisíssima nenhuma. Acho fundamental que qualquer estudante do ensino universitário faça um trabalho de pesquisa sobre a origem dos textos madeirenses e faça referências bibliográficas, mantendo uma relação directa entre o passado e o presente, para nós entendermos que tipo de evolução é que houve na escolha dos termos e na própria difusão das matérias. Felizmente estão a surgir novos valores, como Ana Teresa Pereira, que se está a afirmar como uma escritora de estirpe no plano nacional. A Ângela Caíres, que é uma escritora que se afirmou como a primeira mulher a criar o novo romance policial nos anos 50. Isto para não voltar a referir o Tolentino Mendonça, que nos surpreendeu com um belíssimo livro ainda este ano. Ainda existem outros autores na Madeira que tiveram uma preocupação de análise dos problemas sociológicos, como poucos, no plano nacional. Mesmo através da trama romanesca, como é o caso do Dr. Horácio Bento Gouveia, com *Canga*, *Lágrimas Correndo Mundo* e outras obras que deviam ser lidas com obrigatoriedade nas escolas, tal como as pessoas lêem *Os Maias* e *O Primo Basílio*. Se este facto fosse aceite, só serviria de estímulo para que a comunidade sentisse a necessidade de ler mais, de conhecer mais.

Nelson Veríssimo publicou uma antologia de textos sobre os proadores madeirenses, tais como João de Gouveia, que publicou teatro, contos e romances; João Reis Gomes fundou o «Cenáculo», uma tertúlia

que se afirmava pela sobriedade e pelo excessivo grau de intelectualidade, onde ele possuía um papel superior aos outros a quem presidia. O Albino Menezes, o Abel Almada, a Luísa Grande, o Ricardo Jardim – com as suas *Histórias de Balão* –, o Elmano Vieira – que foi um bom jornalista, um homem combativo que também escreveu teatro e publicou contos –; um António Marques da Silva – grande colaborador da imprensa regional, um docente que amava ensinar e que só depois de falecer teve reunida parte da sua obra como *Minha Gente*, que foi publicada através da DRAC, numa edição organizada pelos seus filhos –; Ernesto Rodrigues, um João França – um autor que, pela primeira vez em Portugal, como aconteceu com Ferreira de Castro em *Eternidade* e Horácio Bento de Gouveia com *Terra-Viagem*, publicou o seu romance *O Emigrante* (que foi adaptado pelo Teatro Experimental do Funchal para teatro) –; o próprio Carlos Cristóvão – com o seu *Vale de Machico* –; o Herberto Helder – cuja poesia, sendo por vezes de sentido prosaico, atinge um grau de modernidade extraordinária, uma mensagem inovadora como existe pouco na língua portuguesa –; o Ernesto Leal, o António Aragão – que iniciou uma inovação completa na língua portuguesa, com o seu «experimentalismo». Foi ele, com o Herberto Helder, o Alberto Pimenta, a Ana Hatherly e o Ernesto e Castro, quem iniciou essa jornada interessante e curiosa de fazer rebentar com os cânones clássicos de produção literária, nomeadamente poética, fazendo com que ela se integrasse numa certa imagética, numa certa visualização da palavra.

Na literatura infantil e infanto-juvenil, destacam-se a *Canoa*, de Maria do Carmo Rodrigues, que também fez algumas novelas, publicadas no plano nacional; a Luísa Helena Clode e a Irene Lucília, com as *Histórias que o vento conta*. Mais recentemente surgiu a Maria Aurora, que é outro valor que se afirmou do ponto de vista da prosa para crianças.

José Viale Moutinho (que se devia estudar com serenidade) preparou um livro de poemas sobre a sua terra natal e está obcecado pela Madeira. É o encantamento pela ilha que chega a reconquistar os seus próprios filhos. É um filho da ilha que está fora e que mantém uma relação de íntima sensibilidade com a ilha. Como o José Agostinho Baptista. Ou o João Dionísio, Luís Viveiros e Laurindo Goês.

Termino fazendo outra referência a este obstáculo da insularidade que se revela já no princípio do século XX. O Dr. António Alberto da Silva Pereira editou os *Versos Simples* em 14 de Setembro de 1915. Porém,

quando o livro foi distribuído, vinha acompanhado de uma nota onde se lia: «Por falta de papel no mercado, só agora poudes [sic] ultimar-se este volume cuja impressão havia começado já em Dezembro último. Madeira, Abril de 1916.»

Numa terra sem editores particulares, um escritor teve que aguardar quatro meses para que chegasse papel à ilha em quantidade suficiente para terminar a impressão da sua obra. Isto aconteceu no primeiro quartel do século XX. Hoje os problemas são outros, mas parecidos. Estamos na ilha sempre atrasados quatro meses em relação à chegada do futuro. E o presente é sempre o anteontem da cultura, onde os esforços de modernização encontram sempre mais barreiras do que espírito de abertura. Do que necessitamos, afinal, é de uma revolução de mentalidades, erradicando a mediocridade e a falsa cultura do nosso convívio. Acto de coragem que só beneficiaria o enriquecimento intelectual das novas gerações.

IV

Antropologia e sociologia

*Sociedade e gestão de recursos naturais no Atlântico oriental.
Propostas de pesquisa na Região Autónoma da Madeira*

JORGE FREITAS BRANCO*

1. Contexto

A produção científica em geral, e no domínio das ciências sociais em especial, dedicada ao arquipélago da Madeira é insuficiente. O texto que se segue constitui uma proposta de formulação de investigações para alterar a situação na área da pesquisa social.

2. Temática

Nesta ordem de ideias apresentam-se algumas questões estruturadas em torno da temática «Sociedade e Gestão de Recursos Naturais».

Trata-se de uma delimitação frouxa no intuito de incentivar uma participação ampla. Além disso, pretende-se introduzir na discussão os seguintes tópicos de enquadramento:

- a) a noção de insularidade;
- b) a construção do espaço regional;
- c) a determinação de especificidades insulares;
- d) a comparação interinsular.

* Antropólogo; professor do ISCTE.

3. Portos e hinterland: uma abordagem do passado

A posição determinante da agricultura caracteriza o passado do arquipélago. O período de referência escolhido abrange, grosso modo, os dois últimos séculos.

A ilha da Madeira viu-se envolvida numa articulação complexa, implicando especialização numa só produção, o vinho (Branco 1991). Desta forma, um contexto supra-regional concreto moldou a sociedade insular segundo regras impostas por circuitos de troca de bens abarcando vários arquipélagos e destinos além-Atlântico. O incremento da plantação de vinhas, inerente à especialização em vinhos de alta qualidade, passíveis de conservação a longo termo, foi uma opção que desencadeou uma estratégia bem determinada para a apropriação dos recursos naturais da ilha (orografia, clima, desaproveitamento da nascente de água, controlo da acção erosiva). Foi sendo implementado e estruturado um quadro de aplicação e gestão de recursos naturais orientado para a uniformização da diversidade ecológica proporcionada pela Natureza. O sistema social madeirense assentou, até meados do século XIX, na acção preponderante de algumas forças. Sobressaem o Estado e grupos sociais específicos, que entre si mantiveram relações de tensão latente (os detentores da propriedade e os produtores directos). Este período implicou, em termos globais insulares, o aproveitamento preferencial de terras em regime de sequeiro, conjugado com utensilagem agrícola capaz de remover superficialmente o solo (uso de enxada, desmotivação e proibição sectorial do recurso a instrumentos aratórios) (Branco 1987, 1990a).

Nesse mesmo período, a pequena ilha do Porto Santo, pelo contrário, parece ter sido territorialmente ordenada segundo critérios opostos. Até finais do século XVIII aumenta a produção cerealífera, assegurando-se de forma precária as necessidades internas de consumo. Elevados efectivos de gado impossibilitavam o aumento da área dedicada às sementeiras. Regulamentos impostos pelo Estado, rígidos no espírito e severos na letra, conduzem a uma transformação lenta da apropriação do espaço, obrigando a pequena sociedade insular a uma adaptação. Consolida-se a produção de grão e paralelamente expande-se a plantação de vinhas.

A gestão dos recursos naturais foi, por isso, bastante diferente daquela prevalecente na Madeira. Até ao século XX manter-se-ia o aproveitamento complementar da diversidade ecológica, traduzido num sistema

de agricultura extensiva apoiado em cereais de pragana, e, ocupando terrenos ecologicamente não concorrentes, a viticultura. A criação de gado (vacum, lanígero) constituiu outro complemento articulado no sistema. Não dispondo de uma especialização definida e assumida, a ilha conheceria uma situação sempre distinta da sua vizinha no arquipélago.

A inexistência de um produto vocacionado para a exportação e a incapacidade de produzir o sustento dos habitantes, eis os elementos definidores da sociedade porto-santente. Estes traços gerais parecem indissociáveis na realidade insular daquele período. Apesar da diversificação dos cultivos e do esforço dirigido para a aplicação diversificada dos recursos naturais existentes, as crises de fome flagelavam ciclicamente a população. Por último, sublinhe-se no plano da utensilagem, o incentivo oficial, talvez nem sempre respeitado à risca pelos ilhéus, para o emprego de instrumentos aratórios, capazes de remover o solo arável a maior profundidade.

Da comparação das duas ilhas do arquipélago ressalta a heterogeneidade dos contextos internos insulares, patente nos respectivos sistemas globais de relações sociais, analisados sob a óptica da aplicação dos recursos naturais.

Feita a sumariação do estado de conhecimentos neste domínio, podem ser enumeradas algumas questões para aprofundamento.

Em primeiro lugar, a articulação do arquipélago com o exterior, quer no plano de ligação a outros conjuntos insulares (Atlântico oriental, médio e ocidental), quer a áreas continentais adjacentes (Europa, África) ou sobretudo às longínquas (Américas). Neste sentido, haverá que tomar os portos por ponto de partida. No caso das ilhas do arquipélago madeirense, a relação com o exterior é mantida exclusivamente através do Funchal.

A cidade-porto é uma placa-giratória, onde se desencadeiam processos de integração e de conversão económica. Para ela convergem os bens produzidos no espaço insular; nela desenrola-se o respectivo escoamento para o exterior e organiza-se a introdução e distribuição dos bens obtidos pela troca. Trata-se duma posição onde se confundem dois níveis distintos: o destino interno e a escala oceânica. Além disso, na cidade-porto estão sediadas as instâncias de decisão, execução e controlo político destes processos (o Estado, a residência permanente dos grandes detentores de terra, a comunidade de negociantes, as instalações de tratamento e armazenamento do bem para exportação). Estará assim, e como hipótese de trabalho, determinado um nível multifuncional no arquipélago, atra-

vés do qual interessará encontrar formas e tipos de relações estabelecidas com o *hinterland*.

O porto (insular) e o respectivo *hinterland* surgem como uma articulação global, posicionadora da ilha que integram, e contendo os elementos definidores dum modo específico de apropriação desse interior. Ao nível do arquipélago, esta instância múltipla deveria igualmente permitir a determinação e hierarquia interinsulares, contidas no processo social de apropriação dos recursos.

Nesta ordem de ideias, importa interrogar a aparente subalternização da ilha do Porto Santo, detectando os níveis (interno e externo) e os processos sociais subjacentes a esta hierarquização no seio do arquipélago. O objectivo em vista é conhecer a lógica desenvolvida pela sociedade da pequena ilha, ao escalonar por fases sucessivas a importância atribuída a modos diferenciados na aplicação dos recursos naturais e humanos disponíveis.

Em segundo lugar, e no seguimento da problemática enunciada, manifesta-se outro assunto de pesquisa. A proposta para a delimitação de parâmetros globais e sectoriais (os diversos recursos disponíveis, o quadro da sua aplicação global) constitui uma base para o equacionamento da noção de região. O eixo temático proposto é susceptível de contribuir para uma definição de região a partir dos modos sociais de apropriação da Natureza.

Se o quadro de aplicação de recursos permite caminhar para uma abordagem de ilhas e de arquipélagos, em contextos históricos precisos, fazendo transparecer uma multiplicidade de processos, a determinação das estruturas geradoras duma unidade regional, deduzidas dos modos sociais da apropriação material, privilegia uma aproximação à investigação orientada para a comparação de formações regionais insulares. A comparação deve assim garantir não só um maior leque de incidências na análise, como mais profundidade no campo da elaboração teórica.

4. Lógica social da aplicação de recursos

Os arquipélagos das Canárias e dos Açores constituem bases comparativas estimulantes e essenciais¹. Embora o estado da investigação sobre os

¹ Galván Tudela fez um apanhado muito interessante sobre as correntes etnológicas e a abordagem da cultura canária. Partindo de questões que se colocam ao antropólogo ilhéu

referidos conjuntos insulares seja bastante desigual, importa não descuidar os resultados disponíveis e as direcções das investigações em curso.

No âmbito do período histórico discutido, dispomos de trabalhos sobre algumas ilhas das Canárias, em que instituições sociais para a gestão de recursos, como a terra e a água, reforçam a necessidade de um maior aprofundamento destas mesmas questões no arquipélago da Madeira.

Embora não se trate de um recurso natural, mas duma estratégia de organização da produção, há que referir desde já o problema da colónia, uma modalidade de parceria agrícola. Esta questão tem vindo a ser aflorada, em termos muito gerais, permanecendo pouco satisfatório o conhecimento que temos do papel real desempenhado por este sistema na estruturação da produção agrícola e pecuária, tanto em períodos mais recuados, como até aos tempos presentes. A análise feita sobre um contexto histórico específico da viticultura nas Canárias setecentistas (Macias 1988) constitui um estudo importante sobre a meação, que fornece pistas de grande estímulo relativamente ao nosso arquipélago.

O aproveitamento da água revela outro quadro de aplicação selectiva de um recurso sobre o qual os dados disponíveis sobre a Madeira e o Porto Santo incidem mais sobre o âmbito global de utilização do que sobre a vertente ligada à organização e distribuição deste recurso (as levadas e os heréus). Daí ser oportuno mencionar uma monografia dedicada a três comunidades de regantes da ilha de La Gomera (Reyes 1989), onde se desvenda um modo de exercer poder local patente em estratégias adaptativas distintas, por sua vez resultantes de transformações verificadas nas culturas agrícolas vocacionadas para a exportação (primeiro o tomate, posteriormente a banana).

Outro exemplo temático com uma forte tradição na pesquisa etnográfica clássica é a olaria. No arquipélago da Madeira nada está investigado; no entanto sobre as Canárias existem dados relevantes para o sector do levantamento tecnológico comparado (González 1987); e sobre as diversas ilhas dos Açores encontra-se em curso uma investigação aprofundada (Martins 1988, 1988a).

Os problemas até aqui levantados evidenciam alguns temas preferenciais, cujo aprofundamento remete para a análise de situações históricas

nos nossos dias, propõe a relação indigenismo/cosmopolitismo como uma via definidora da cultura e identidade naquele arquipélago. Além disso elabora várias propostas temáticas para pesquisas (Galván 1987).

concretas. Mais atrás foi referida a importância de uma abordagem, tendo em vista os processos de formação e consolidação de identidades em espaços insulares regionais, resultantes de opções e da acção de grupos sociais envolvidos num processo material de apropriação dos recursos naturais. Surge assim aquilo que poderá ser encarado como uma especificidade num âmbito mais abrangente. Em relação à ilha da Madeira, será legítimo encará-la na fase de setecentos e até meados de oitocentos como especializada e centrada na produção de vinhos generosos. Esta vocação socialmente assumida implicou para a sociedade madeirense uma quase total dependência alimentar do exterior. Esta conclusão provisória situa e confere especificidade ao arquipélago no contexto mais amplo do Atlântico Oriental, por sua vez intimamente ligado à costa leste da América do Norte.

Relativamente ao Porto Santo, importa definir este pequeno contexto insular a dois níveis: a) uma provável diferenciação interna (agricultura, criação de gado); b) a articulação com a Madeira.

Desta análise, sublinhe-se novamente, há que determinar os níveis hierárquicos de controlo dos espaços insulares e das ilhas dentro dos arquipélagos; e, ao mesmo tempo, proceder à desmontagem de lógicas globais favorecendo complementaridades ou fomentando exclusões no plano da gestão e aplicação de recursos naturais.

5. Equacionar vertentes do presente

Muitas questões abordadas remetem para o presente. Basta ter em mente algumas instituições ligadas à posse da terra ou à gestão da maioria dos recursos enumerados; contudo, é inevitável que o seu quadro de aplicação se tenha alterado.

A verificação das transformações ocorridas é uma tarefa prioritária, na medida em que nos últimos anos se tem feito sentir a acção de factores diversos, tanto no plano interno, como à escala supranacional. Inevitavelmente elas conduzirão a profundas mudanças.

Mas, para além do sector rural dedicado à agricultura, outras actividades do presente devem merecer especial atenção por parte dos investigadores.

A pesca é um domínio que tem sido descuidado. É urgente dedicar-lhe projectos de pesquisa, centrados no presente ou no passado muito

recente, até porque será provavelmente bastante difícil coligir dados, em profundidade histórica, com fiabilidade². Embora se trate dum modo de vida envolvendo tradicionalmente determinadas comunidades especializadas (Câmara de Lobos, Machico), a sua relevância no sistema social insular nunca foi expressiva, se comparada com a do campesinato. No entanto, hoje em dia, a exploração dos recursos marinhos ganhou de tal forma importância que as comunidades piscatórias madeirenses se encontram inseridas num contexto de disponibilidades teóricas de acesso a um quantitativo de recursos, do qual na prática não podem dispor.

O seu estudo permitiria obter elementos sobre um contexto social e ambiental de gestão de recursos³ bastante distinto.

Neste âmbito dispomos de trabalhos elaborados por antropólogos das Canárias, que se especializaram neste domínio (Galván 1988, Galván & Pascual 1989). Também sobre os Açores há investigações em curso, com resultados parcelares disponíveis (Pollnac & Carmo 1988-89).

Uma aposta na investigação antropológica centrada nas estratégias de aplicação de recursos no arquipélago da Madeira, apontando como prioritário o sector piscatório, não só significaria um alargamento do leque de conhecimentos científicos da realidade social na actualidade, como permitiria a médio prazo um confronto teórico com os dados disponíveis sobre a realidade camponesa passada e presente.

Desde 1977 que o arquipélago viu o seu quadro de organização política profundamente alterado, ao serem implementadas as estruturas da Região Autónoma. A partir desta altura, para além da entrada em funcionamento de órgãos regionais de poder, verificou-se uma evolução cujas repercussões são múltiplas e globais. Os anos já decorridos de autonomia permitem certamente o início de uma série de estudos em torno das transformações ocorridas no arquipélago. Também neste âmbito as temáticas de investigação anteriormente formuladas podem auxiliar no equacionamento de algumas das modificações verificadas. Na sua maioria, parecem situar-se no sector das Obras Públicas, da Saúde e da Educação. Constituem o lado imediatamente visível do processo; no entanto, outras

² Em Portugal peninsular, as comunidades piscatórias não têm despertado tanto interesse aos antropólogos, como o meio camponês. Das publicações recentes a mais importante é sem dúvida a de Carlos Diogo Moreira (1987), onde se aborda a actividade a nível nacional.

³ Aqui ocorre de imediato a actividade de captura ligada a algumas espécies, como o peixe-espada preto e o atum.

não serão menos relevantes no sistema global das relações sociais. São componentes dum processo de reorientação num espaço regional institucionalizado, onde se produzem novas formas de poder. Interessaria nesta matéria privilegiar a análise do político, através das relações entre a nova instância governativa e as duas ilhas do arquipélago, o suporte social de apoio, a articulação entre este nível e o poder local, os novos interesses de grupos que se geraram e se fazem sentir, dando especificidade ao processo e criando um espaço político formalizado, antes inexistente. Neste contexto seria interessante perspectivar o tipo de interesses entretanto cristalizados e assumidos como regionais, a emergência duma classe política própria, os modos de ascensão ao prestígio social e influência política daí decorrentes, assim como o papel mobilizador desempenhado pelos grandes trabalhos públicos.

O estudo destes fenómenos, em que estão em jogo os conceitos de territorialidade e poder, constituiria por outro lado um contributo específico e daí original em termos comparativos. Também nesta temática, a questão de recursos não deixa de estar presente de várias maneiras. O papel político e os interesses dos produtores de banana centrar-se-iam mais numa perspectiva clássica; enquanto a reorientação real do espaço insular resultante da finalização de vias de comunicação, a construção de pontes e de instalações portuárias, a ampliação aeroportuária, a generalização da electrificação doméstica, traduziriam elementos novos num sistema de relações sociais equacionado à escala insular e regional.

Esta nova realidade não deixa de implicar uma necessidade, qualitativamente diferente para a sociedade madeirense, de encarar as relações entre a sociedade e os recursos de que se socorre e de que passa a dispor.

6. Um âmbito conclusivo

A finalidade deste apanhado não foi a de elaborar um catálogo de incidências prioritárias para pesquisa antropológica ou de ciências sociais no arquipélago da Madeira. Pretendi fazer uma formulação preliminar de alguns problemas de acordo com determinadas orientações teóricas metodológicas.

Constituíram eixos condutores questões já parcialmente encetadas, mas em grau desigual de aprofundamento. Paralelamente afigurou-se-me

pertinente referir investigações feitas em outras regiões insulares, cultural e historicamente próximas da Madeira (caso das Canárias e dos Açores). O esboço desse panorama sucinto proporcionou que fossem apontadas temáticas pouco estudadas nos arquipélagos atlânticos de tradição ibérica. Os parâmetros para encetar uma antropologia política da Região inspiraram-se bastante noutras áreas insulares⁴.

Uma das principais preocupações do presente texto é a de tentar uma aproximação à especificidade insular, entendida através dos sistemas de apropriação e gestão dos recursos.

Na actualidade, e tendo em conta as transformações sociais dos últimos anos, seria importante, em termos duma delimitação dum espaço político local ou regional, validar categorias clássicas da antropologia social, aplicando-as ao contexto madeirense, precisamente porque se encontram bastante estudadas noutros terrenos; referi-me às solidariedades na forma de parentesco fictício, como a vizinhança, a amizade, o compadrio.

Por último, não poderá ser omitido um debate, ainda pouco vivo, que se prende com a necessidade de a Região dispor de uma estrutura museológica vocacionada para aglutinar e tratar, em termos de investigação expositiva, muitas das temáticas expostas nas linhas anteriores. Uma tal estrutura desempenharia um papel importante não só como aglutinador da memória insular, mas de igual forma na qualidade de impulsor de uma dinâmica no presente. Tais estruturas inserem-se inevitavelmente no contexto em que existem. O factor turístico constitui um vector não desprezível numa diversificação de financiamento; não deverão de igual modo ser subestimadas as concepções distintas e os modelos eventualmente alternativos. Do seu confronto podem surgir ideias originais baseadas em argumentos fundamentados.

Numa visão sociológica, eles seriam o reflexo previsível duma identidade regional assumida consensualmente, como princípio, no entanto ainda carente de um discurso legitimador consolidado e devidamente apetrechado para a sua diferenciação. Uma estrutura museológica seria uma vila nesse sentido.

⁴ O texto de M. Abelès (1986) reporta-se a um departamento francês, mas fica referido pelas considerações teóricas e metodológicas que apresenta e discute. O artigo de Gérard Lenclud (1986) trata especificamente da Córsega e pode ser considerado exemplificativo, embora os estudos sobre esta ilha sejam numerosos.

Bibliografia

- Abelès, Marc (1986), *L'Anthropologue et le politique. L'Homme*, 29, 1-2: 191-212.
- Bestard Camps, Joan (1986), *Casa y Familia. Parentesco y reproducción doméstica en Formentera*. Palma de Mallorca: Institut d'Estudis Baleàrics.
- Branco, Jorge Freitas (1987), *Camponeses da Madeira. As bases materiais do quotidiano no arquipélago, 1750-1900*. Lisboa: D. Quixote (= Portugal de Perto, 13).
- Branco, Jorge Freitas (1990), «Entre a imagem e a realidade: Reflexões em torno da Madeira como experiência antropológica», *Actas I Colóquio Internacional de História da Madeira*, I: 271-304. Funchal: Governo Regional da Madeira.
- Branco, Jorge Freitas (1990a), «Factor ecológico e hegemonia política: questões em torno da Madeira (séculos XVIII e XIX)», *Actas II Colóquio Internacional de História da Madeira*, pp. 285-290. Lisboa: Comissão dos Descobrimentos Portugueses.
- Branco, Jorge Freitas (1991), «Jardins suspensos do Atlântico ou os súbditos de Díónisos», O'Neill & Brito 1991: 49-80.
- Galván Tudela, A. (1987), *Islas Canarias. Una aproximación antropológica*. Barcelona: Editorial Anthropos (= Cuadernos de Antropología, 7).
- Galván Tudela, A. (1988), «Antropología de la pesca: Problemas, Teorías y Conceptos», *Revista Canaria de Filosofía y Ciencia Social*, 2: 11-33.
- Galván Tudela, A. & J. Pascual (1989), «La Pesca en el sur de Tenerife: Calmas, Factorias, Tunidos, Tomates y Turismo», *Etnografía Española*, 7: 61-113.
- González Anton, Rafael (1987), *La Alfarería Popular en Canarias*. Santa Cruz Tenerife: act/Museo Etnográfico.
- Lenclud, Gérard (1986), «De base n haut en bas. Le système de clans en Corse», *Etudes Rurales*, 101-102: 137-173.
- Macias Hernández, António M. (1988), «Explotación directa o medianería en el viñedo canario durante el siglo XVIII: Estratégias para una crisis», *Revista de História Económica*, VI, 1: 43-71.
- Macias Hernández, António M. (1990), «Aproximación al proceso de privatización del agua en Canarias, c. 1500-1879», Pérez & Lemeunier 1990: 121-149.
- Martins, Rui de Sousa (1988), «O barro, a técnica e a arte: A cerâmica dos Açores e as olarias de Vila Franca do Campo», *Arquipélago*, ser. Ciências Sociais, 2.
- Martins, Rui de Sousa (1988a), «Projecto de musealização de uma olaria de Vila Franca do Campo», *Arquipélago*, ser. Ciências Sociais, 2.
- Moreira, Carlos Diogo de (1987), *Populações Marítimas de Portugal*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

- O'Neill, B. J. & J. P. de Brito (1991), *Lugares de Aqui, Actas do Seminário Terrenos Portugueses*. Lisboa: D. Quixote (= Portugal de Perto, 22).
- Pérez Picazo, M.^a Teresa & G. Lemeunier (eds.) (1990), *Agua y modo de producción*. Barcelona: Editorial Crítica.
- Pollnac, R. & F. Carmo (1988-89), «Relações de parentesco e tripulações piscatórias. Abordagem sociológica na freguesia de Rabo de Peixe, S. Miguel, Açores», *Arquipélago*, ser. Ciências Sociais, 3-4: 139-154.
- Reyes Aguilar, Antonio (1989), *Estratégias hidráulicas en la isla de La Gomera. Hermigua, Agulo y Valle Gran Rey (1900-1980)*. Santa Cruz Tenerife: act/Museo Etnográfico.

*Poderão as ciências sociais
acrescentar valor à Pérola do Atlântico?*

PAQUETE DE OLIVEIRA*

Proponho-me dar resposta à pergunta que formulei. É difícil falar do que não tem história, força de tradição. As ciências sociais, com a excepção da história que considero ser uma importante ciência social, não têm passado nem talvez presente nesta ilha. E dizer isto não significa afirmar que Fernando Augusto da Silva e Carlos Augusto de Menezes com esta obra notável que é *O Elucidário Madeirense*, ou o Eduardo Pereira com a obra não menos importante *Ilhas de Zarco* não fizeram nem escreveram sociologia sobre a Madeira. Significa, porém, constatar a inexistência do exercício destas disciplinas científicas assumindo como seu objecto de estudo e investigação privilegiado a região da Madeira, a sua gente e as suas realidades envolventes. Por certo o carácter paradisíaco a que sempre a fantasmagoria popular e oficial tem associado a nossa ilha não é estranho a esta situação. Mas impõe-se reconhecer que factores de vária ordem, e esses nacionais, concorrem para que isto aconteça.

1) as Ciências Sociais em Portugal, particularmente a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia, a Ecologia e a Geografia Humana, são novas, como novas são em geral as faculdades ou cursos que ministram o seu ensino ou os centros de estudo ou institutos que promovem investigações nestes domínios científicos.

2) Consequentemente, o produto do conhecimento nesta área foi, até há pouco tempo, sobretudo, um conhecimento de saber importado doutros países, com realidades e situações diversas, conhecimento esse mais enfatizado em teorias cuja citação serve só para evidenciar, porventura,

* Sociólogo; professor do ISCTE.

bagagem intelectual, mas não conhecimento firmado no levantamento e tratamento sistematizado das nossas situações locais e localizadas.

3) Por outro lado, as abordagens do conhecimento possível dos factores que condicionam a realidade são menos convidativas aos benefícios ou apoios do poder do que as grandes manifestações de outro teor que nos orgulham na sua comemoração mas nem sempre nos interrogam.

Este panorama, contudo, está a alterar-se. Os pioneiros nas Ciências Sociais em Portugal viveram durante muito tempo na clandestinidade e desta surgiram, por isso, com as marcas e estigmas desta situação. As centenas de jovens licenciados que, no âmbito das Ciências Sociais, as novas faculdades estão a colocar sobre o terreno, começam a modificar a face e a implicação no estudo da realidade portuguesa, do papel deste grupo de ciências que em 1975 ainda estavam classificadas no Ministério da Educação, num dossier designado de Ciências Ocultas.

Mas o sentido da minha interrogação que dá título a esta comunicação não é o de vir reivindicar o lugar da Sociologia pela Sociologia (ou das Ciências Sociais em geral) ou sequer de «vender» – passo o termo – o produto em que agora trabalho. Tem um sentido mais amplo: é uma nova convicção da ciência que espero conseguir explicitar.

Uma das grandes conclusões, ao começo científicas, foi a verificação da fragilidade em que estavam alguns dos pilares e pressupostos da própria pesquisa científica. A constatação de que todo o conhecimento está penhorado pelas condições práticas e teóricas que o produzem abalou a ordem científica estabelecida e criou fracturas no modelo de racionalidade que insuflava todo o modelo da ciência moderna. Estamos perante, não uma nova ordem económica internacional, mas perante uma ordem científica nova. Os fenómenos não se explicam só pelas causas ou pelas suas origens, mas também pelas situações e o processo dessas situações.

Hoje, reconhece-se que «a excessiva parcialização do saber científico fez do cientista um «ignorante especializado», com óbvios efeitos negativos, e dos cidadãos um ignorantes generalizados. A fragmentação que cada ciência opera sobre a realidade não é a realidade, mas uma abordagem possível dessa realidade. Nenhuma ciência esgota o conhecimento. É necessário produzir e descobrir «categorias de inteligibilidade» que sejam globais, que derrubem as fronteiras das diferentes disciplinas. E esta necessidade, diz Boaventura Sousa Santos, evidencia a precariedade actual da distinção entre as ciências naturais e as ciências sociais.

«A ciência actual é uma ciência que conhece o que conhece pior através do que conhece melhor» (Boaventura Sousa Santos).

Neste contexto a utilidade das ciências sociais é pertinente: conhecer pragmaticamente – e devemos assumir o pragmatismo da ciência como o da política – e de modo sistemático ou com o próprio bom senso ou senso comum – que não são necessariamente a mesma coisa – tentando perceber o conhecimento vulgar e prático que dá sentido e orientação à vida, no quotidiano das pessoas, e as mesmas condicionantes na identificação social.

No seu ocultismo ou subversão, para quem não tenha preconceitos, as ciências sociais dão o seu contributo no intuito de perceber o que há de social nas constatações da realidade. As Ciências Sociais inserem-se num projecto novo de fazer ciência, produzir conhecimento, não apenas com o conhecimento das coisas, mas, principalmente, com o conhecimento de nós próprios. A análise das condições teóricas, dos espaços e contextos culturais, dos valores e representações, da relação estreita – mas obviamente não coincidente – entre o que as pessoas fazem e aquilo que elas pensam e dizem, não é apenas uma proposta e um objectivo do programa das Ciências Sociais mas uma metodologia geral perfilada pelas várias ciências e disciplinas, mesmo aquelas que denominadas classicamente ciências técnicas ou ciências naturais não faziam parte da classificação das Ciências Humanas.

A sociedade é sim vista, sobretudo, como o grande espaço da comunicação e da cultura. «O mundo é comunicação, e por isso a lógica existencial da ciência é promover a situação comunicativa», como diria Habermas.

Ao longo deste congresso tenho verificado que uma das questões que atravessa mais pertinentemente as interrogações colocadas pelos participantes aos autores das várias comunicações, e em alguns casos, até levantadas por estes próprios, é aquela que, porventura, esteve na mente dos promotores desta realização: existe uma cultura madeirense? E se existe, qual é a sua especialidade, o que é «distintivo» desta cultura?

São perguntas que são outra forma de questionar a nossa «identidade regional». Confesso que no meu espírito também apareceram essas questões, mas talvez na dimensão da pergunta e não da resposta. Como dizia Einstein, há perguntas simples que só uma criança pode fazer. A dificuldade está na complexidade da resposta.

Qualquer «identidade» supõe a possibilidade real de se afirmar pela diferença. O reconhecimento da «identidade cultural» de um povo, de

uma região, ao nível simbólico e enriquecedor e construtivo, ao nível do exacerbamento mítico, é, por via de regra, negativo e destrutivo. A identidade própria de uma região (ou de um povo) está nas suas características físico-naturais e geográficas, onde vivem pessoas, grupos, comunidades ordenadas e determinadas por sistemas de normas e valores, expressos e manifestos ao nível do económico, do político e do sociogenético, do cultural e da herança da religião, das filosofias, da moral, do direito, dos costumes, das tradições e das ideologias. Mas qualquer cultura, hoje, para subsistir tem um problema acrescido: porque o mundo é o que é e não o que ficcionamos, ou seja, porque a ilusão é inimiga do realismo, nenhum povo, nenhuma região no seu processo de desenvolvimento é uma ilha. Não basta afirmar a diferença. A ordem económica e política do mundo assenta na abolição de fronteiras. As culturas com identidade própria, para não se desidentificarem, pela e na industrialização cultural, terão de possuir muito engenho e imaginação, enormes recursos e capacidades. A estratégia do desenvolvimento tecnológico prevê e importa uma crescente standardização e internacionalização das culturas. Internacionalização que está a processar-se fora do controlo das próprias regiões com identidades físicas e geograficamente delimitadas. Que fazer perante esta estratégia? A cultura deve ser entendida como um espaço delimitado em que todas as coisas são sinais de cultura e comunicação, desde a maneira de falar e de vestir à maneira de pensar do seu povo. Nesta perspectiva, e sem ter conseguido a resposta cabal, vou tentar adiantar algumas sugestões/propostas:

1) Hoje duvidamos do passado, mas tão-pouco confiamos no futuro. Assim sendo, torna-se difícil fixarmo-nos no presente. Catorze anos depois, voltando à Madeira, fiz-me esta pergunta: existe uma cultura madeirense? O que é distintivo desta cultura madeirense? Continua a busca incessante das nossas raízes culturais. Acho positivo, acho interessante. Julgo, porém, ser necessário radicalizar o passado no presente para o futuro. Que quero dizer com isto? Quero dizer que uma das características de sermos madeirenses é a repetição constante, sem submetermos a uma sistematização científica o que vamos produzindo no nosso conhecimento. Uma das características também da nossa própria cultura é a incerteza dilacerante da nossa identidade. Por isso procuramos incessantemente as raízes da nossa cultura. Fico a temer que esta inconstância não seja uma certeza, mas uma incerteza, um certo palpitar para nos sentirmos identificados.

No passado sempre constatei que nós, madeirenses, éramos muito produtivos em realizações culturais. No percurso do passado, várias realizações foram feitas. Só vou salientar aquelas que os outros colegas aqui apontaram. Porventura num Cine-Forum, no Colégio do Funchal, no Movimento de Pedra e noutros movimentos desse tempo. Não ultrapassámos ainda a fase de sistematização do conhecimento para nos situar na cultura que é a nossa, que tem características próprias e que por isso exige que o nosso produto de conhecimento sobre a Madeira seja acumulativo e progressivo. Não quero com isto dizer que esqueçamos o passado; sociologicamente é impossível esquecer o passado. Mas, tão-pouco é preciso não adiarmos constantemente o futuro.

A nossa sociedade – não é próprio só da cultura madeirense – sempre quis controlar a realidade. Hoje vivemos, como diz o autor, numa sociedade em que a manipulação é um sistema perfeito. Ouvi há dias um comentário televisivo acerca da previsibilidade da guerra no Golfo. É um dado novo na ciência e no conhecimento moderno. Este comentário previa o que iria acontecer em número de mortos, em perdas de bens materiais, em aumento de conflitualidade. Tudo documentado com imagens, com estatísticas, com referência a conclusões quer a guerra dure uma semana, duas, um mês, mês e meio ou mais. Atingiu-se de facto uma perfeição na previsão das coisas.

A tecnologia, que é uma característica da sociedade em que estamos envolvidos, ensina-nos que a informação/conhecimento/sabedoria é um vector essencial para o desenvolvimento. Informação/conhecimento é o novo capital do futuro e do presente. A minha proposta, ao realizar esta comunicação, tem a ver com o esforço de sistematizar com uma leitura acumulativa/progressiva as obras dos nossos antepassados, sejam eles dos primórdios da nossa história, do intermédio dessa história, dos tempos mais recentes, para identificarmos de uma vez por todas a nossa cultura e a nossa identidade regional.

Temos que estudar o local, mas de modo que o local esteja integrado no mundo. Parece-me importante aproveitar as energias que existem. As realizações feitas no passado e aquelas que são realizadas no presente, como este congresso de cultura madeirense. É preciso capitalizar o valor dos agentes e dos produtos das várias disciplinas no presente. Temos de nos ligar às redes internacionais, aproveitando essa energia do trabalho que é feito no estudo sobre a nossa realidade, quer seja na Madeira, quer

seja noutra parte do mundo. Essa ligação às redes internacionais terá de comportar o trabalho de jovens recém-licenciados na área das ciências sociais que marcam não só um acréscimo de valor à cultura madeirense, mas também uma coisa nova que me parece poder fecundar na autonomia. É nesse sentido, creio, que o meu testemunho é inequívoco, se tal começasse a fixar a inteligência madeirense na Madeira, permitindo que essa ligação não perca o sentido do universo e do mundo.

Para uma visão socioeconómica da arte na Madeira

ANTÓNIO ARAGÃO*

Dois grandes ciclos ou períodos produtivos marcaram a economia da Madeira desde a segunda metade do século XV, isto é, poucas décadas após a sua descoberta, até que, por volta de meados do século XIX, a ilha entra em franco declínio quanto às suas fundamentais fontes económicas.

Primeiramente é o açúcar que, já no século XV, invade os mercados do norte e sul da Europa para depois, após meados do século XVI, mercê de diversas vicissitudes e concorrência de novos mercados, perder a sua hegemonia mercantil.

À quebra da indústria açucareira sucede a produção vinícola, a qual irá marcar uma nova fase socioeconómica no espaço insular até o seu estio-lamento final no desenrolar do século XIX.

Assim, resumidamente, podemos afirmar o seguinte:

1. Uma dada geografia do açúcar e depois do vinho irá estender-se dominantemente pela costa sul, no mesmo espaço insular, logo uma a seguir à outra, desde o próspero vale de Machico até às terras fartas da Fajã da Ovelha.

2. Com os rentáveis resultados obtidos através da exploração de cada uma destas ricas culturas agrícolas, exuberantes monoculturas, como por definição de predominância avassaladora se poderão classificar, resultaram duas economias diferentes e, por sua vez, duas sociedades bem diversas uma da outra, com repercussões perfeitamente denunciadas nas áreas das respectivas manifestações artísticas, também profundamente distintas.

3. Durante o período açucareiro, mercê do contacto com os mercados do Norte da Europa, sobretudo Bruges e Antuérpia, surgem na Madeira

* Historiador e escritor.

peças de arte flamenga (pintura, imaginária e ourivesaria), que, acompanhadas, por seu turno, da importação duma «estilística» mudéjar, a que não é estranha a influência do Sul da Espanha, emparceiram com aquela, desenvolvendo-se sobretudo na cobertura de tectos de igrejas, casas e decorações em azulejo.

4. Portanto, em toda a costa sul, de Machico ao Estreito da Calheta, ao longo dos referidos anos dos séculos XV e XVI, desenrola-se uma sociedade caracteristicamente assente na economia açucareira e que adopta a arte flamenga e o «gosto mudéjar» para uso das suas melhores materializações da fé religiosa.

5. Pelos começos do século XVII até princípios do século XIX, a produção vinícola substitui, na sua quase totalidade, a produção açucareira. De igual modo, durante esse período, uma sociedade mental e industrialmente vinícola lança raízes no espaço insular e, alastrando por outras partes sul e norte da ilha, adopta a arte barroca (imaginária e talha dourada) também como paradigma de correlação ideológica entre a fé religiosa e a sua necessária visualização.

6. Depois, em virtude da catastrófica decadência vinícola, os anos pobres, tristes e românticos de oitocentos pouco mais viram aparecer do que umas quantas gravuras inglesas, de melhor ou menor qualidade, a par de uma sociedade que, à falta da básica subsistência, sonha constantemente em emigrar para suprir as carências, cada vez mais acentuadas, da terra.

Cabe-me agradecer primeiramente o amável convite para participar neste Congresso da Cultura Madeirense. A princípio declinei o convite, sobretudo em virtude de me encontrar, ainda no presente mês de Dezembro, à frente de uma equipa de restauro, na salvaguarda do núcleo mais grandioso de pinturas do artista madeirense Henrique Franco, irmão do escultor Francisco Franco. Estas pinturas encontram-se no Salão Nobre do Instituto Nacional de Estatística em Lisboa e constituem, sem dúvida, o mais notável conjunto de trabalhos deste pintor nosso conterrâneo. Facto este, só por si, digno de aqui ser mencionado na medida em que se trata duma obra de projecção cultural levada a efeito por um artista madeirense.

Resolvido este impasse e, dentro do escasso tempo que temos ao nosso dispor, chamaremos a atenção apenas para alguns tópicos, muito rápidos aliás, dum trabalho que temos entre mãos e em vias de acabamento.

Trata-se agora de apontar para o entendimento de três grandes manifestações artísticas presentes na Madeira e sua relação, em traços muito largos, com o meio insular. Queremo-nos referir, em primeiro lugar, à arte flamenga, depois à arte mudéjar – coberturas de igrejas, capelas e outras construções, incluindo a área decorativa expressamente patente na decoração azulejar – e, finalmente, se tivermos tempo, tocaremos um pouco na arte barroca. Tudo isto, porém, analisado superficialmente e só para chamar a atenção da sua importância cultural.

1.º Ciclo dos cereais, que se estende até meados do século XV – período da subsistência. Nada de especial a notar culturalmente, além do desabrochar duma arquitectura popular (casas de colmo, de pedra ou de madeira) que irá aperfeiçoar-se ao longo dos tempos e chegará até aos nossos dias – artesãos, homens de ofícios, lavradores.

A partir de meados do século XV, com o incremento da produção açucareira (baixa do imposto de um terço para um quarto) e os lucros auferidos nos mercados do Norte e Sul da Europa (ciclo do açúcar), principia-se a construção de igrejas, capelas e outras construções de destaque social.

Importa-se então da Flandres pintura imaginária e ourivesaria para o mobilamento de igrejas e capelas.

Por sua vez, vindo do Sul de Espanha, o «mudéjar» exhibe-se profundamente acabado, com um código geométrico decorativo aplicado sobretudo nas coberturas das principais construções e na decoração azulejar.

Importa-se arte e exporta-se açúcar. O duque D. Manuel, governador da Ordem de Cristo, senhor da Madeira e depois Rei de Portugal, tomou então um empenho especial nas edificações levadas a cabo na Madeira. Ele principia na ilha a sua vocação de rei construtor, que depois assume grandes proporções em Portugal.

De Machico ao Estreito da Calheta, terras de açúcar, os conventos, igrejas e algumas capelas, normalmente nas suas coberturas, fazem uso de uma estilística mudéjar e, por outro lado, abrigam imaginária e pintura flamenga sem que uma brigue com a outra.

Este hibridismo ou ecletismo artístico (de raízes culturais tão diferentes – flamenga e hispano-árabe) apresenta na Madeira um carácter íntimo e perfeitamente invulgar. Duas culturas distanciadas uma da outra juntam-se em terras insulares, apresentando uma singular manifestação cultural:

- Igreja de Machico – pintura flamenga, cobertura mudéjar (desaparecida);
- Igreja de S.^{ta} Cruz – cobertura mudéjar das três naves (desaparecida);
- Convento de N.^a Senhora da Piedade de S.^{ta} Cruz – pintura flamenga e decoração azulejar vinda do Sul de Espanha, da Baixa Andaluzia;
- Edifício da Misericórdia de S.^{ta} Cruz – cobertura mudéjar;
- Sé Catedral do Funchal – magnífica cobertura mudéjar e retábulo flamengo;
- Antiga Alfândega – cobertura e construção predominantemente mudéjar;
- Convento de S.^{ta} Clara – cobertura e azulejaria mudéjares;
- Capela de S. Paulo – cobertura mudéjar;
- Igreja da Ribeira Brava – cobertura mudéjar (desaparecida) e pintura do mestre Francisco Henriques, que se supõe ser flamengo ou então português;
- Igreja da Ponta do Sol – cobertura e pia baptismal mudéjares, esta originária da Baixa Andaluzia, além da imagem flamenga de N.^a S.^a da Luz;
- Capela de N.^a S.^a do Loreto – cobertura mudéjar;
- Igreja da Calheta – cobertura mudéjar e pintura flamenga;
- Capela dos Reis Magos, Estreito da Calheta – cobertura mudéjar e tríptico flamengo.

A ilha oferece então a matéria-prima para a realização das coberturas mudéjares – as boas madeiras, principalmente o cedro insular, dócil de trabalhar.

Da Flandres (Bruges e sobretudo Antuérpia) chega pintura, imaginária, algumas peças de ourivesaria e, para lá, seguem grossas remessas de açúcar.

Tanto a imaginária como a pintura eram encomendadas e algumas vezes apareceram representados os seus doadores. Conhece-se a existência dum contrato a propósito de certa pintura e respectivo preçário, aí pela primeira metade do século XVI, pintura essa destinada a uma capela do Convento de S. Francisco do Funchal; assim como é conhecido o facto de o pintor flamengo Jacques Rós ter vindo para a Madeira, aí ter casado e falecido no século XVII.

Com o ciclo económico do vinho, digamos assim, outro caso cultural surge na Madeira. A mesma fé religiosa continua a levantar igrejas e capelas, agora por toda a Ilha. Exactamente porque, por toda a Ilha, a

economia vinícola fornece o seu apoio às novas construções dos séculos XVII e XVIII e seu mobilamento.

Porém, a arte estilisticamente barroca é importada do Reino e esquecem-se as anteriores adopções e influências estrangeiras.

Então, muitos artistas portugueses (imaginários, entalhadores, douradores e ensambladores) fixam-se na Ilha e, graças à economia vinícola, produto da disseminação dos vinhedos por toda a parte, lavraram-se retábulos de talha dourada e imaginária, com os quais se passou a compor, à maneira barroca, os espaços sagrados de igreja e as capelas.

Entre outras árvores, os castanheiros que o Rei D. Manuel mandara plantar, em 1508, cresceram e vieram a fornecer grande parte da matéria-prima para a imaginária e talha barroca, tal como dantes acontecera, de modo especial, com o cedro insular para as coberturas mudéjares. Recordamos, só como rápidos exemplos, os retábulos barrocos da bela igreja de S. João Evangelista do Funchal ou Colégio, lavrados em castanho – o mais extraordinário templo barroco da Madeira –, ou o valioso retábulo setecentista da Capela do Santíssimo da Igreja da Ribeira Brava.

E que dizer dos inúmeros retábulos de talha e imagens seiscentistas e de setecentos espalhados por igrejas e capelas da Ilha, alguns dos quais, correndo sérios riscos, revelam uma perícia rara e um gosto barroco já fortemente insularizado?

De facto, um homem com hábitos e costumes diferentes em relação ao homem da sociedade de raiz açucareira surge e, com ele, alastra um novo comportamento social e artístico.

*Ciência e tecnologia no Portugal dos anos 90.
Que perspectivas para a Região Autónoma da Madeira?*

CARLOS LENCASTRE*

Nunca penso no futuro – ele chega logo.

Einstein

Introdução

Ciência, Tecnologia e Cultura representavam-se e consubstanciavam-se, ainda não há muitos anos, entre nós, através de imaginários e práticas, quando não antagonizados pelo menos distanciados e percorridos pela afirmação da autonomia do campo científico em contraponto com a subalternidade da produção tecnológica; ambos estavam afastados da dimensão cultural, com posicionamento desvalorizado e sujeito às contingências do processo de mudança social, característico do nosso tempo.

As transformações que se operaram nos espaços sociais com os quais mais directa e intensamente nos temos vindo a relacionar nos últimos anos, nos mais diversos planos, contribuíram decisivamente para que hoje cada vez mais acompanhem os movimentos que, sobretudo durante a década de 80, reformaram mentalidades e projectaram bases de diálogo que nos impedem agora de falarmos de ciência ignorando soluções tecnológicas e de admitirmos estas últimas sem diagnosticarmos os seus efeitos nos planos individual, comunitário e ambiental, o que é inquestionavelmente, acima de tudo, uma questão cultural em sentido amplo.

A visão do mundo que a ciência nos permite hoje é uma componente fundamental da cultura do nosso tempo.

* Universidade da Madeira.

Explorar, por isso, algumas questões sobre a CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO PORTUGAL DOS ANOS 90 – Que perspectivas para a Região Autónoma da Madeira? –, num colóquio sobre A CULTURA MADEIRENSE, é prestar um contributo para que nesta Região Autónoma o desenvolvimento da ciência e da tecnologia não se intruse e seja agente de colisão, mas antes se veja como um factor de mobilização de potenciais de criatividade e inovação que projectem dinâmicas de valorização deste espaço social insular, de que a identidade cultural é a expressão e desígnio últimos.

1. Questões prévias sobre ciência e tecnologia

Uma primeira questão que colocamos – por forma a situar a ciência dos nossos dias – pode evidenciar-se através da análise crítica da *caracterização* mertoniana da ciência. Trata-se da denúncia da visão mítica da ciência, enquanto *produto* de uma *comunidade* («comunismo científico»), norteadas pelos ideais da autonomia e do desinteresse do cientista, assente numa construção baseada no cepticismo organizado, de que resultaria um conhecimento científico universalista, fundado na natureza impessoal da ciência.

Quer pelo lado da análise dos contextos e práticas da produção do conhecimento científico, quer pela via da avaliação do produto da ciência, situável ao nível dos seus efeitos práticos em espaços sociais diversos, concorda-se, desde há alguns anos, que a concepção positivista que subjaz à Sociologia de Merton impediu um olhar capaz de ir além da observação de normatividade do campo científico.

A estratificação dos profissionais da ciência, as crescentes exigências de capital-intensivo requeridas para a realização das actividades científicas, os termos e os efeitos do desenvolvimento científico e tecnológico, conduzem a ciência e a tecnologia a serem cada vez mais actividades de natureza competitiva em que as regras e as formas de cooperação se sujeitam em última análise às leis do mercado.

Surge-nos, em consequência e como segunda questão, a de que a ciência nos nossos dias se posiciona num *paradigma técnico-económico* emergente do paradigma precedente, ou numa outra perspectiva, à ciência moderna sucede-se uma *ciência pós-moderna em ruptura com a sua antecedente*. Nesta última perspectiva, valorizam-se os postulados axiológicos e epistemo-

lógicos do processo diacrónico em que a ciência se move e se constrói, enquanto na primeira se releva a importância das mudanças que nos planos técnico e económico se têm verificado e influenciam o direccionamento da produção científica. É certo e inquestionável, porém, que os progressos científicos dos últimos trinta anos arquivam cada vez mais rapidamente os conhecimentos remanescentes.

As mudanças técnica e institucional são aspectos actuais a considerar para compreender o paradigma científico emergente cujo ajustamento estrutural se situa, segundo alguns autores, no plano tecnológico, na substituição da produção em massa por processos de produção substancialmente diferentes por efeito da implantação alargada da microelectrónica; no plano económico, o impacto adviria da expansão das actividades da informação/comunicação, em detrimento das actividades centradas na energia em geral e no petróleo em particular.

A *inovação tecnológica* enquanto instrumento de desenvolvimento social, cultural e económico surge-nos como terceira questão. Que cada vez mais ela é importante e é o resultado da ligação entre a ciência e a tecnologia, é incontestável. A este propósito limito-me a referir apenas os três aspectos seguintes:

- a produção imaterial (trabalho de concepção) é um factor de inovação tecnológica que, sendo cada vez mais proeminente nos países do centro, tem aprofundado o fosso que os separa dos países da periferia nos planos de desenvolvimento social, cultural e económico;
- a difusão dos progressos em matéria de ciência e tecnologia (C & T) é um processo cada vez mais complexo e exigente;
- a C & T e, conseqüentemente, a inovação tecnológica são poderosos instrumentos estratégicos de poder quer no relacionamento entre Estados quer no ordenamento das relações entre organizações.

Por último refiro a importância das *actividades de I & D* (Investigação e Desenvolvimento Experimental) como estímulo indispensável à fecundação da ciência e da tecnologia. Da capacidade de I & D de um país ou de uma região dependem a criação, a absorção e a difusão de novos conhecimentos e técnicas. Ignorar esta questão é remeter qualquer sistema científico e tecnológico para uma posição de forte senão total dependência e, conseqüentemente, prejudicar gravemente o desenvolvimento dos espaços sociais envolvidos.

Ainda que o recurso à importação de conhecimentos científicos e tecnológicos seja uma via possível para superar a ausência de actividades de I & D, a sua utilização por sistema e de forma predominante não deixa de condicionar fortemente a absorção e difusão desses conhecimentos, com irreparável e inegável prejuízo para os processos de criação e, em paralelo, para as capacidades de competitividade das empresas.

A I & D tem de ser entendida cada vez mais como uma actividade geradora dos indispensáveis fluxos de criatividade necessários aos processos de adaptação e mudança tecnológicos, em primeira linha, e dos processos de transformação social, cultural e económica, que as sociedades em que vivemos têm de percorrer incessantemente e cada vez mais velozmente.

2. O sistema científico e tecnológico nacional (SCTN)

Num país como Portugal, com recursos humanos limitados e cada vez mais sujeito, em termos económicos, à competição do mercado internacional, a problemática do seu desenvolvimento científico e tecnológico é, a meu ver, uma questão central.

Desde logo, porque sem desenvolvimento científico não é possível alimentar e fecundar capazmente o sistema de ensino-formação e, consequentemente, de estimular o tecido empresarial nacional.

Pese embora o crescimento de cerca de 400% – a preços constantes de 1975 –, da despesa total em I & D (DI & D) e o aumento da relação DI & D/PIB de 0,28 para 0,45 pontos percentuais no período 1964-86, Portugal situa-se no âmbito dos países da OCDE numa posição de fraco financiador do sector da C & T, bem distante de países como a Suécia que, tendo uma população idêntica à nossa, ocupa a primeira posição, com os seus 2,88%, como se pode observar no Quadro 1.

Quadro 1
Comparações internacionais. Despesas em I & DE em percentagem do PIB

PAÍSES	PERCENTAGEM
Austrália (1987)	1,19
Áustria (1989)	1,32
Bélgica (1988)	1,61
Canadá (1989)	1,29
Dinamarca (1987)	1,43
Espanha (1989)	0,72
EUA (1989)	2,80
Finlândia (1989)	1,80
França (1989)	2,33
Grécia (1988)	0,37
Holanda (1988)	2,30
Irlanda (1988)	0,94
Islândia (1987)	0,77
Itália (1989)	1,25
Japão (1988)	2,92
Jugoslávia (1986)	0,88
Noruega (1989)	1,87
Nova Zelândia (1987)	0,98
Portugal (1986)	0,45
Reino Unido (1987)	2,27
RFA (1989)	2,85
Suécia (1987)	2,99
Suíça (1986)	2,88
Turquia (1989)	0,13

Fonte: OCDE, *Main Science and Technology Indicators*, (1990-01), Paris: 1990.
Extraído de: *Manifesto para a Ciência em Portugal*, José Mariano Gago, 1990.

Ao nível dos recursos humanos o Quadro 2 esclarece-nos a posição de Portugal que, com o índice de 1% de pessoal investigador em relação à população activa, se situa no valor mais baixo em 1986, excluindo o valor da Grécia de 0,8% referente a 1983.

Quadro 2
 Comparações internacionais. Recursos humanos em I & DE

PAÍSES E ANO	TOTAL PESSOAL I & DE	TOTAL PESSOAL I & DE POR 1000 NA POPULAÇÃO ACTIVA	PESSOAL INVESTIGADOR	PESSOAL INVESTIGADOR POR 1000 DA POPULAÇÃO ACTIVA
Austrália (1987)	60 907	7,8	35 077	4,5
Áustria (1985)	20 161	6,0	7609	2,3
Canadá (1987)	104 620	8,0	57 900	4,4
Dinamarca (1987)	21 953	7,6	9775	3,4
Espanha (1987)	42 913	2,9	20 890	1,4
EUA (1988)	-	-	949 200	7,7
Finlândia (1987)	26 227	10,2	(1983) 9421	(1983) 3,7
França (1987)	277 921	11,5	109 359	4,5
Grécia (1983)	6 091	1,6	3051	0,8
Holanda (1987)	63 520	9,8	24 150	4,2
Irlanda (1988)	6 343	4,8	3861	3,0
Islândia (1987)	877	6,6	4911	3,7
Itália (1987)	128 175	5,3	70 556	2,9
Japão (1988)	830 855	13,5	535 008	8,7
Noruega (1987)	19 888	9,2	11 465	5,3
Portugal (1986)	10 570	2,3	4479	1,0
RFA (1985)	419 207	14,3	165 616	5,6
Reino Unido (1987)	282 273	10,1	127 413	4,6
Suécia (1987)	51 811	11,7	22 725	5,1
Suíça (1986)	45 000	13,1	14 910	4,4
Turquia (1988)	33 696	1,8	22 230	1,2

Fonte: OCDE, *Main Science and Technology indicators* (1990-01), Paris, 1990.

Observações: O ano indicado é, para cada país, o mais recente de que existem dados publicados.

Os valores indicados referem-se a equivalentes em tempo integral (ETI).

Extraído de: *Manifesto para a Ciência em Portugal*, José Mariano Gago, 1990.

A posição de Portugal melhora ligeiramente pela comparação de indicadores que incluem, para além dos investigadores, outros recursos humanos vinculados a actividades de I & D, como técnicos e auxiliares, por exemplo. Colocamo-nos, desta forma, numa posição mais favorável que a da Turquia e mais próxima dos nossos vizinhos espanhóis, como se pode observar pelo Quadro 2. A qualificação de recursos humanos em actividades de I & D aparece, assim sendo, como indispensável à modificação desta situação, fundamentalmente através do crescimento do pessoal investigador.

O Quadro 3 proporciona uma apreciação da balança de pagamentos tecnológica dos países mais desenvolvidos e através dele constatamos a fraca taxa de cobertura de Portugal, que com 0,11% se apresenta como o país mais deficitário, face à Suécia, que com 2,90% vê compensado o seu esforço em C & T com a liderança das balanças de pagamentos com *superavits*.

Quadro 3

Comparações internacionais. Taxa de cobertura da balança de pagamentos tecnológicos

PAÍSES	TAXA
Austrália (1986)	0,38
Áustria (1988)	0,25
Bélgica (1988)	0,70
Canadá (1987)	0,95
Dinamarca (1985)	1,14
Espanha (1988)	0,13
EUA (1988)	2,61
França (1988)	0,80
Holanda (1988)	0,54
Itália (1988)	0,54
Japão (1988)	0,79
Noruega (1985)	0,37
Portugal (1985)	0,11
RFA (1988)	0,84
Reino Unido (1987)	0,92
Suécia (1987)	2,90

Fonte: OCDE, *Main Science and Technology Indicators* (1990-01), Paris, 1990.
Extraído de: *Manifesto para a Ciência em Portugal*, José Mariano Gago, 1990.

A estas realidades não são, por certo, estranhas a baixa capitação por investigador de DI & D, o valor do financiamento do Estado ao sector e a despesa intramuros das empresas em actividades de investigação, quando comparados os valores que se observam entre nós com os dos países a que temos vindo a recorrer.

Por sectores de execução das despesas, constata-se que em Portugal o Estado é simultaneamente o principal financiador e executor de I & D, o que, aliado à importância relativa do Ensino Superior, por um lado, e ao valor global da despesa e recursos humanos afectos às actividades de investigação, por outro lado, contribui, associado a outras causas, para que em 1986 se observassem as características estruturais seguintes:

- predomínio do sector do Estado, através das Universidades e do Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC);
- reduzido peso do sector das Empresas;
- ganho de expressão recente do sector das Instituições Particulares Sem Fins Lucrativos (IPSFL);
- pouca articulação entre os sectores predominantes entre si e entre estes e as Empresas;
- estagnação e/ou degradação da situação nos sectores predominantes em consequência da falta de investimentos em equipamentos, renovação e reforço dos recursos humanos;
- desigual repartição dos recursos humanos envolvidos por domínios científicos e tecnológicos e sectores de execução, designadamente nas novas tecnologias;
- distribuição regional assimétrica da despesa e recursos humanos, desigualmente evidenciada segundo os sectores de execução e marcada pela concentração do potencial científico e tecnológico do País na região de Lisboa e Vale do Tejo.

O *Encontro do Vimeiro*, realizado em 1981, constitui um ponto de viragem na trajectória da C & T em Portugal que, depois de algumas tentativas de impulsionamento nos anos 50 e 60 (LNEC, LNETI...), se fragiliza e debilita na década de 70. Do debate entre produtores e consumidores de C & T, então conseguido, resultou uma avaliação da situação e a subsequente classificação de prioridades em relação à criação de novos conhecimentos em cada disciplina científica e tecnológica com vista ao desenvolvimento económico e social do País.

Os resultados do Exercício do Vimeiro, designação por que também ficou conhecido este Encontro, só vieram, porém, a encontrar tradução prática anos mais tarde quando, em 1987 e na sequência das Jornadas Nacionais de Investigação Científica e Tecnológica, promovidas pela JNCT, foi lançado o Programa Mobilizador de Ciência e Tecnologia, concebido com os objectivos seguintes:

- apoiar as linhas de investigação consideradas estratégicas para o País;
- intensificar a rede de colaboração entre os diferentes sectores institucionais com actividades de I & D;
- obter o máximo de vantagens da participação de Portugal em programas de cooperação científica e tecnológica internacional;
- responder às necessidades urgentes de formação de recursos humanos no conjunto do sistema.

O programa CIENCIA, lançado em Abril de 1990, é a mais recente iniciativa de política científica e tecnológica. Com um financiamento global de cerca de 55 milhões de contos ao sector da C & T, a executar em quatro anos (1990-93), os objectivos gerais do CIENCIA (Criação de Infra-Estruturas Nacionais de Ciências, Investigação e desenvolvimento) são os seguintes:

- reforço do potencial científico e tecnológico do país;
- aperfeiçoamento da estrutura institucional do SCTN;
- redução das assimetrias regionais das actividades de I & D.

Os anos 90 apresentam-se para Portugal, perante a análise esboçada e o percurso que a C & T tem vindo a efectuar entre nós nos últimos anos, como uma década decisiva para a construção de um novo relacionamento das actividades científicas e técnicas com o desenvolvimento do País.

A revitalização do tecido empresarial tradicional e o lançamento de novas actividades produtivas requerem a endogeneização de novas e avançadas tecnologias e o desenvolvimento de actividades de ensino-formação-investigação capazes de preparar para o mercado de trabalho os tecnólogos e cientistas de que o País irá necessitar de forma crescente, já hoje sentida com a carência de técnicos altamente qualificados e quadros superiores em certas especialidades.

Justificar os domínios científico e tecnológico como prioritários, o seu grau de articulação com o aparelho produtivo prevalecente na actualidade e aquele em que se deve apostar no futuro e inserir o SCTN na compe-

tição internacional, são alguns dos desafios que é importante ganhar nos próximos anos. A definição de políticas e estratégias de desenvolvimento de C & T é, para o efeito, indispensável.

3. Políticas e estratégias de desenvolvimento de ciência e tecnologia

Desde logo importa começar por referir que em termos históricos a ciência moderna se construiu através de uma dinâmica de autonomia centrada na procura do saber e da verdade e na afirmação da ética científica emergente destes valores. A definição de políticas científicas por parte dos Governos dos países desenvolvidos foi uma necessidade que surgiu após a Segunda Guerra Mundial, quer por razões inicialmente estratégicas, quer por motivos de crescimento económico e competitividade comercial, posteriormente. A tensão – para não falar mesmo de conflito entre a ciência, prossequindo a verdade, e a política, pretendendo a acção e visando o poder – é uma realidade que tem vindo a evoluir pela identificação e regulação de vantagens recíprocas, ou seja, mediante o reconhecimento alargado de que entre o Estado e os investigadores existem relações de interdependência cujos ritmos é necessário gerir com o objectivo de proporcionar convergências propiciadoras do desenvolvimento da C & T.

Estas convergências não são, porém, de fácil interpretação e gestão, desde logo porque existem perspectivas substancialmente diferentes quanto à forma e ao modo de as promover.

Aos que preconizam uma política científica suportada por uma estratégia planeada e acções programadas, fruto da análise das realidades sobre que pretende agir, opõem-se os defensores da liberdade das instituições e dos indivíduos, sujeitando-a, nalguns casos, a programas mais de apoio do que propriamente orientados para opções científicas e tecnológicas. A tradução mais radical das diferenças adjectiva-se entre *burocratas* e *manipuladores*.

Aos que sustentam a relação mecânica de sentido positivo da ciência com o desenvolvimento económico, há que chamar a atenção para os riscos que advêm desta concepção que tende a confundir prioridades de investigação científica com prioridades de formação de especialistas em domínios científicos e a menorizar a importância de que se revestem outras componentes, tais como o subsistema de ensino-formação ou determinadas modalidades de acção como a aquisição de tecnologia, por exemplo.

Num quadro de hipóteses prospectivas para os próximos 15-20 anos, e partindo dos pressupostos da perspectiva da *mundialização da economia* pelas vias da *internacionalização* e da *multinacionalização*, Ricardo Petrella identifica três concepções de estratégias a reter no plano da definição de Políticas Científicas e Tecnológicas:

- a estratégia oportunista utilitária;
- a estratégia igualitária na diversidade;
- a estratégia humanista global.

A primeira define-se através do funcionamento dos mecanismos da competição a nível mundial e consubstancia-se no reforço das posições dos líderes mundiais da economia (EUA, Japão, Europa).

A segunda terá na cooperação para o desenvolvimento o seu eixo de acção e consentirá o reforço da CEE, da União dos Países Latino-Americanos, Africanos etc., mediante a execução de princípios operacionais de estímulo prioritário a acordos transnacionais, interempresas etc.

A *estratégia humanista global* pressupõe uma vontade de cooperação para um *co-desenvolvimento mundial* e a aceitação do desafio de que as novas tecnologias, combinadas com outras fontes de inovação societal, melhoram as condições de vida e promovem a construção de uma sociedade melhor.

A este nível de opções estratégicas, qual aquela que melhor servirá Portugal? O autor defende a *estratégia igualitária na diversidade* como sendo a mais vantajosa no imediato e no médio e longo prazos.

No imediato porque um país pequeno como Portugal – com pouco desenvolvimento económico e um sector científico e tecnológico frágil – não tem hipótese de protagonizar uma estratégia do tipo da *oportunista utilitária*, cujos princípios orientadores se afirmam através da implementação de políticas em que predominam a oferta de tecnologia, a inovação tecnológica, a competitividade de preços, e a existência de mercados com elevado poder de valor acrescentado e pressupõem a existência de uma massa crítica capaz de sustentar iniciativas e projectos através de formas tendencialmente desreguladas. É a designada política pública em favor dos *campeões nacionais*.

No médio-longo prazo, defende o autor, porque face à mundialização da economia – através da crescente internacionalização das relações económicas e mediante um processo de multinacionalização – a *estratégia humanista global* é a aposta do futuro, sendo por isso a *estratégia igualitária na diversidade* a que, pelo estímulo que proporciona em termos de acordos

interempresas e transnacionais no âmbito de programas de cooperação, melhor poderá servir um país como Portugal. Valorizar-se-ia, com hipóteses acrescidas de sucesso, o capital humano e cultural que historicamente o País soube acumular.

Aceitando-se como bom este quadro de referência para o balizamento estratégico da política científica e tecnológica do País no plano internacional, importa esclarecer o sentido desta política no plano interno. Em quem apostar e como?

A meu ver e tomando por bons os postulados que conformam a estratégia *igualitária na diversidade*, designadamente a importância de que se reveste neste quadro a cooperação e a valorização das diferenças através da promoção de iniciativas de integração, um país como Portugal realizará substanciais ganhos se a sua política para o sector for capaz de concatenar sinergias que mais eficazmente valorizem a sua diversidade espacial e cultural. As regiões são, nesta perspectiva, um factor que importa saber contemplar e envolver. A cooperação interna, sendo embora um exercício de difícil aprendizagem e repleto de riscos, conteria as sementes que em matéria de C & T consentiriam a Portugal o desenvolvimento e a afirmação de competências próprias e um posicionamento mais bem colocado face à emergência e afirmação da estratégia *humanista global*, pela oferta de experiência e saber acumulados. A atribuição de prioridades à inovação integrada (técnica e social), o respeito dos equilíbrios Bio-Eco-Humanos, bem como o crescente respeito pelas gerações futuras serão alguns dos ingredientes do direccionamento estratégico a assumir em matéria de política científica e tecnológica do País.

4. Perspectivas regionais: que futuro para o sector científico e tecnológico na Região Autónoma da Madeira (RAM)?

O público reconhecimento por especialistas e responsáveis políticos de que a qualificação e valorização dos recursos humanos do País, designadamente a nível do Ensino Superior, através do crescimento da população universitária, é um facto que despoletou, nos últimos anos, a concepção de planos e o lançamento de projectos, em valores não imagináveis ainda não há muito tempo entre nós.

O Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), apresentado por Portugal em 1989 às instâncias comunitárias para a obtenção de apoios no âmbito

dos Fundos Estruturais Comunitários, foi concebido por forma a assegurar as condições mais favoráveis à sua plena integração nas Comunidades. O Quadro Comunitário de Apoio desse plano consagra financiamentos ao sector da C & T, através de diferentes Programas (CIENCIA, VALOREN, PEDIP, PRODED, PEDAP, Programas Regionais...), em dimensão e diversificação que testemunham vontade política de modificar as condições desfavoráveis existentes, como vimos quando procurei caracterizar, ainda que sumariamente, é certo, o SCTN. As questões de C & T conhecem, através deste processo, o duplo reconhecimento da sua importância para o desenvolvimento regional. Pelo lado da concepção, mediante a adopção de perspectivas teóricas valorizadoras da componente científica e tecnológica; pelo lado da materialização, através da atribuição de financiamentos de indelével significado quando comparados com a situação observável *ex-ante*.

Da análise dos indicadores disponíveis sobre C & T por Regiões, torna-se evidente a constatação de que a Madeira é a Região com os mais baixos valores, quer no plano do financiamento das actividades de I & D, quer no plano da afectação de recursos humanos a estas actividades.

O Quadro 4 deixa-nos perceber a dimensão da situação ao nível da execução da despesa de I & D por sector institucional, a qual aparece em 1986 com valores bem distantes de Regiões semelhantes (Açores e Algarve), no que se refere ao Ensino Superior, e sujeitos a variações diferenciadas no sector do Estado, em que os valores da RAM têm alguma expressão, e no sector das Empresas, cujos valores são reveladores de um fraco financiamento.

Quadro 4
Distribuição da despesa em I & D por sector institucional e região – 1986

REGIÕES	ENS. SUPERIOR	ESTADO	IPSFL	EMPRESAS	TOTAL
Norte	1 509,3	241,9	309,1	1 413,3	3 473,6
Centro	1 318,1	132,6	51,4	709,8	2 211,9
Lisboa e Vale do Tejo	2 614,6	6 393,9	1 151,9	2 893,5	13 953,9
Alentejo	134,6	40,2	0,0	151,7	326,5
Algarve	334,5	23,5	0,0	0,0	358,
Açores	66,4	239,	0,0	7,4	312,8
Madeira	11,4	79,5	0,0	6,7	97,6
Total	5 988,9	7 150,6	1 512,4	5 182,4	19 834,3

FONTE SEFOR JNICT. *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico. Dados provisórios* (Novembro 1988).
Os dados regionais relativos às IPSFL foram obtidos por estimativas a partir da regionalização dos dados do IPSFL com sede em Lisboa e actividades de I & D em várias regiões.

No que se refere à distribuição regional dos recursos humanos, os Quadros 5 e 6 atestam as assimetrias que se observam no espaço nacional, tornando flagrante a concentração de recursos humanos na região de Lisboa e Vale do Tejo, que, em Equivalentes a Tempo Integral (ETI) totais, (investigadores, técnicos, auxiliares,...), emprega quase dois terços dos recursos humanos (65%) e cerca de 60% do conjunto dos investigadores do País.

Quadro 5
Distribuição dos recursos humanos totais em I & D
por sector institucional e região – 1986

(ETI)

REGIÕES	ENS. SUPERIOR	ESTADO	IPSFL	EMPRESAS	TOTAL
Norte	1 061,2	150,4	86,9	640,2	1,938,7
Centro	798,5	137,9	13,0	198,4	1 147,8
Lisboa e Vale do Tejo	1 719,8	3 798,	301,5	1 109,2	6 928,5
Alentejo	107,6	47,5	0,0	49,4	204,5
Algarve	44,7	8,2	0,0	0,0	52,9
Açores	61,3	196,6	0,0	4,0	261,9
Madeira	6,0	16,0	0,0	6,0	28,0
Total	3 799,1	4 354,6	401,4	2 007,2	10 562,3

FONTE SEFOR JNICT. *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico. Dados provisórios* (Novembro 1988).

Os dados regionais relativos às IPSFL foram obtidos por estimativas a partir da regionalização dos dados do IPSFL com sede em Lisboa e actividades de I & D em várias regiões.

Quadro 6
Distribuição dos recursos humanos (investigadores) em I & D
por sector institucional e região – 1986

REGIÕES	ENS. SUPERIOR	ESTADO	IPSFL	EMPRESAS	TOTAL
Norte	640,2	13,6	39,	223,5	916,3
Centro	606,6	9,0	7,6	106,5	729,7
Lisboa e Vale do Tejo	1 242,4	859,6	136,2	440,0	2 678,2
Alentejo	50,1	14,2	0,0	9,1	73,4
Algarve	38,6	0,0	0,0	0,0	38,6
Açores	28,7	0,0	0,0	4,0	32,7
Madeira	4,0	5,0	0,0	1,3	10,3
Total	2 610,6	901,4	182,8	784,4	4 479,2

FONTE SEFOR JNICT. *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico. Dados provisórios* (Novembro 1988).

Os dados regionais relativos às IPSFL foram obtidos por estimativas a partir da regionalização dos dados do IPSFL com sede em Lisboa e actividades de I & D em várias regiões.

A posição da RAM a este nível apresenta-se igualmente desfavorável, com excepção para o sector do Estado, em que o pessoal investigador tem algum significado, quando comparado com Regiões de características mais próximas. De qualquer modo, não deixa de ser significativo que a RAM, em relação ao Programa Mobilizador de Ciência e Tecnologia, não tenha obtido, em 1988, qualquer financiamento, como nos mostra o Quadro 7.

Quadro 7
Repartição regional do financiamento solicitado à JNICT
no âmbito do Programa Mobilizador de Ciência e Tecnologia – 1988

REGIÕES	VALOR (CONTOS)	(%)
Norte	1 865 379	19,6
Centro	1 377 641	14,4
Lisboa e Vale do Tejo	6 147 274	64,4
Alentejo	71 154	0,8
Algarve	58 775	0,6
Açores	22 279	0,2
Madeira	-	-
Total	9 542 493,0	100,0

FONTE SEFOR JNICT – *Programa Mobilizador de Ciência e Tecnologia*.

Sendo a CIENCIA, como já foi atrás referido, um programa que, para além de visar o aperfeiçoamento e o reforço do SCTN, pretende contribuir para a correcção de assimetrias regionais, sobre ele importa reter as possibilidades que à partida são reconhecidas às Regiões no plano na valorização do potencial científico e tecnológico do País.

A exploração sistemática de competências acumuladas nas diversas Regiões é explicitada e assume-se como um objectivo importante do CIENCIA através da desconcentração das actividades de I & D. O Quadro 8 apresenta a estimativa de alterações a alcançar na distribuição dos recursos humanos.

Quadro 8

Estimativa da distribuição dos recursos humanos totais (ETI) em actividades de I & D

REGIÕES	SITUAÇÃO ACTUAL	OBJECTIVOS
Norte	17,9	23,0
Centro	16,8	17,0
Lisboa e Vale do Tejo	61,8	52,5
Alentejo	1,7	2,5
Algarve	1,0	2,0
Açores	0,6	2,0
Madeira	0,2	1,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Programa CIENCIA

Com a deslocação da importância tradicional do sector primário para os sectores secundário e terciário na RAM, as opções de desenvolvimento requerem soluções mais inovadoras e capazes de suportarem as acrescidas exigências dos mercados em que a economia da Madeira tem de competir, influenciados pela rápida internacionalização da economia mundial. Os cenários de desenvolvimento para a Região são forçosamente condicionados, quer pelos aspectos atrás referidos, quer pelas características endógenas dos vários sectores de actividade que, para além de limitações assinaláveis na produção e da persistência de estrangulamentos na comercialização dos principais produtos, assentam numa estrutura social da população percorrida por fenómenos que importa modificar, designadamente nos planos da qualificação e valorização dos recursos humanos.

Tudo indica que a estratégia para o desenvolvimento da Região passa pela qualidade dos produtos e dos serviços prestados, a qual requer uma política de educação/formação/investigação coordenada e articulada com as restantes políticas.

A recente criação da Universidade da Madeira (UMA) é, neste contexto, uma iniciativa importante e indispensável ao estímulo de actividades, sobretudo as de maior incidência no desenvolvimento económico, designadamente, e em matéria de C & T, através da criação de condições favoráveis ao estabelecimento de competências regionais em domínios que beneficiem de comprovadas vantagens e potenciem a interligação e formas de cooperação com outros espaços geográficos.

Não é porém de prever que tais competências se atinjam sem que se consigam estabelecer adequadas formas de cooperação na própria Região, capazes de dinamizar sinergias e fluxos de ideias e projectos, que a dimensão regional da Madeira torna imperativos.

O desenvolvimento acelerado de novas tecnologias, estreitamente dependentes dos avanços da ciência, as quais cobrem um vasto leque de actividades económicas, culturais e sociais, exige que a Madeira se apetreche com as infra-estruturas capazes de:

- acompanhar o rápido desenvolvimento da ciência, já que no ano 2000 se prevê que mais de 50% do conhecimento será novo;
- assegurar os meios mais adequados à crescente integração e penetração científica e tecnológica nos sistemas produtivos, culturais e sociais;
- desenvolver novas capacidades de gestão capazes de assegurar respostas eficazes aos sistemas económicos e sociais emergentes, que, sendo cada vez mais complexos, são, também por isso, mais vulneráveis.

Nesta perspectiva e no contexto de mudança – que finalmente pensamos estar a acontecer no sector da C & T em Portugal – a criação de um Centro de Ciência e Tecnologia na RAM é uma opção indispensável ao desenvolvimento futuro da Região que, se não for ganha agora, amanhã será tarde. E o futuro é já hoje, porque chega logo.

Bibliografia

- Boaventura de Sousa Santos, *Um Discurso sobre as Ciências*, Afrontamento, Porto, 1988.
- Carlos Lencastre, *Portugal na Europa Comunitária da Ciência e da Tecnologia – Que fins?*, INA, Oeiras, 1990.
- Fernando Gonçalves, «Inovação, tecnologia e mudança», in *Ciência, Tecnologia e Sociedade*, n.º 1, 1987.
- Jean-Jacques Salomon, «Critérios para uma política de ciência e tecnologia. De um paradigma a outro», in *Colóquio Ciências*, n.º 4, Janeiro-Abril/89.
- J. M. Rolo *et al.*, *A Componente Tecnológica Estrangeira da Indústria Transformadora Portuguesa*, JNICT, Lisboa, 1984.

J. M. G. Caração, *Portugal Contemporâneo – Problemas e Prospectivas*, INA, Oeiras, 1986.

José Mariano Gago, *Manifesto para a Ciência em Portugal*, Gradiva, Lisboa, 1990.

Manuel Mira Godinho *et al.*, «Inovação tecnológica e difusão no contexto de economias de desenvolvimento intermédio», in *Análise Social* n.º 103-104, 1988.

Programa CIENCLA, Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, JNICT, Lisboa, 1990.

Ricardo Petrella, *Portugal. Os Próximos 20 Anos*, Vol. VII, F. C. G., Lisboa, 1990.

Encerramento

*Desafios para o futuro**

JOSÉ LUÍS SOUSA**

O Congresso de Cultura Madeirense, que damos por terminado nesta «Sessão de Encerramento», pretendeu ser, antes de mais, uma introdução intensiva a todo um trabalho de pesquisa, de estudo e de reflexão sobre a riqueza cultural madeirense.

Assim sendo, este acontecimento cultural não pretendeu ser um acumular de conhecimentos e conceitos anteriormente formulados sobre o *modus vivendi* madeirense, mas um questionar-se sobre os aspectos próprios da nossa identidade insular.

No sentido de abrir caminhos e perspectivas de investigação dentro do contexto cultural, procurámos abranger várias áreas do sentir e pensar do povo madeirense.

Partimos de uma perspectiva histórica para melhor compreendermos as origens e evolução da nossa cultura e encontrarmos aí alguns dos aspectos da nossa identidade.

A linguística e a literatura foram outros dos campos que permitiram analisar algumas das peculiaridades da nossa região e senti-la como um espaço onde há lugar para a diferença e a criatividade.

As ciências sociais, por sua vez, também contribuíram para uma tomada de consciência do modo de ser individual e colectivo das gentes insulares.

Embora partindo de um tronco comum de cariz nacional, existe uma cultura madeirense que se exprime por características muito próprias, nomeadamente nas estruturas sociais, na criação literária e no modo de construir a sua história.

* Discurso promovido na sessão de encerramento do Congresso de Cultura Madeirense pelo Presidente da Associação de Universitários Madeirenses.

** Presidente da Associação de Universitários Madeirenses.

Ficou bem patente neste congresso a necessidade de dinamizar a investigação e o interesse sobre a nossa cultura. Para tal foi lançado um desafio aos jovens no sentido de um empenhamento efectivo na redescoberta e valorização do nosso património cultural.

Ao encontro deste objectivo é de grande oportunidade a proposta apresentada com vista à criação de um instituto de pesquisa e investigação da cultura madeirense.

Acreditamos que este Congresso é o início de um processo a continuar no tempo, onde todos somos chamados a participar, onde todos e cada um são convidados a contribuir para a redescoberta e valorização do património cultural da nossa terra, que é afinal património nacional e universal.

Foi, com efeito, por estas razões que a Associação de Universitários Madeirenses se propôs levar a cabo esta reunião científica.

Esta iniciativa só foi possível com o apoio das várias entidades públicas e particulares, quer regionais, quer nacionais, às quais agradecemos encarecidamente.

*Autonomia e desenvolvimento cultural**

JOÃO CARLOS ABREU**

Costumamos dizer muitas vezes que a música é a alegria do pensamento e que a cultura é a base de todo o desenvolvimento das sociedades, em evolução permanente.

Descartes disse «Penso, logo existo». É uma manifestação evidente de consciência. O homem pode reflectir acerca de si mesmo, sobre o facto de que pensa. O homem é, portanto, o único ser do mundo capaz de transmitir o saber que adquiriu. «Esta cultura assegurou, desde muito cedo, a identidade “intelectual” dos grupos de homens pré-históricos».

Clarke, no seu *O Homem no Universo*, afirma que a linguagem tem uma função essencial na aprendizagem do homem e o seu aspecto intelectual evidente facilitou o desenvolvimento do cérebro humano.

«A transmissão do saber e da cultura nas sociedades dos homens é um facto novo que se vai tornar essencial na história do ser vivo. Vai transformar a face do planeta e facilitar o desenvolvimento de uma evolução cultural que a pouco e pouco vai deixar na sombra a evolução biológica do homem.»

Indiscutivelmente que o domínio da cultura vai dar ao homem uma liberdade que nenhum animal conhece: o homem, que pode dirigir como muito bem entender a sua evolução, torna-se rei e senhor do seu destino. Em relação ao futuro, deixa de depender do jogo cego das mutações feitas ao acaso e das modificações do ambiente, impossíveis de controlar. O destino do homem é ele quem o decide: poderá ser um mundo melhor ou o apocalipse; depende do seu bom senso e inteligência.

* Discurso proferido na sessão de encerramento do Congresso de Cultura Madeirense pelo Secretário Regional do Turismo, Cultura e Emigração da RAM.

** Secretário Regional do Turismo, Cultura e Emigração.

A cultura tem para o homem uma outra consequência: se nenhum animal pode transmitir aos seus descendentes o que adquiriu, pelo contrário, o homem pode fazer beneficiar os filhos com as aquisições culturais que inventou ou herdou. Aliás, pode mesmo oferecê-las às crianças de todo o mundo.

Com a cultura, a universidade do saber torna-se uma realidade. Os progressos podem tornar-se mais rápidos a partir dos que foram alcançados pelas gerações passadas. Pouco importa que haja génios sem filhos: Beethoven ou Leonardo da Vinci não tiveram descendentes, mas deixaram uma prole cultural extensíssima. Estes são os conceitos pelos quais nos regemos e defendemos acerrimamente.

Temos referido em várias ocasiões que a Autonomia da Madeira necessita que cuidemos convenientemente dos espíritos. Para torná-la resistente e menos apetecível aos de fora, é urgente que através e com a cultura se transformem as mentalidades, sensibilizando-as, educando-as, para a discussão dos grandes desafios que nos põe a Terceira Vaga.

Portugal, no seu percurso histórico e nos desafios que enfrenta da modernidade, não conseguiu ainda uma política cultural capaz de transformar uma forma de pensar atada ainda a fantasmas, nem a liberdade da palavra na construção da crítica imparcial foi sequer entendida.

Atormenta-se, ainda, a consciência dos portugueses, criando-lhes medos e fazendo vinganças. Só com a cultura, acessível a todos, se terminará com o «sebastianismo» e se estabelecerão os diálogos da lógica.

Mais importante que a Europa das Regiões, será a Europa das culturas – verdadeira resistência de povos esclarecidos e abertos que, defendendo as suas identidades culturais, enriquecerão o património cultural europeu.

A Madeira está empenhada em defender a sua identidade cultural, para que haja um equilíbrio humano necessário, e dar ao grande projecto da Europa o seu contributo consciente que deve valorizar as periferias.

Falar-vos de cultura depois da plêiade de oradores brilhantes, pessoas com um profundo conhecimento e uma experiência rica, seria atrevimento nosso, por isso, em nome de Sua Excelência o Senhor Presidente do Governo Regional, damos por encerrado este Congresso da Cultura Madeirense.

Formulando votos para que os temas aqui tratados e os ensinamentos recebidos constituam, a partir de agora, um alerta à consciência de cada

um de nós para a necessidade, sempre urgente, de a cultura ser o grande baluarte dos povos – o caminho para a liberdade.

Felicitemos os organizadores destes encontros pelo êxito dos mesmos e sobretudo pela força e o entusiasmo postos por todos os elementos. Alguns «sustos» que apanharam superaram sempre com um sorriso e um diálogo inteligente, o que testemunha a sensibilidade de jovens empenhados das novas realidades desta Região.

Como governante ligado ao pelouro da Cultura, cumpre-nos homenagear os conferencistas pelos trabalhos aqui representados, dizer-lhes da nossa gratidão pela disponibilidade de tempo e a compreensão que tiveram – gestos que tranquilizam a alma, de quem no dia-a-dia, deseja que neste país as coisas melhorem e os portugueses tenham condições de vida mais dignas.

Porque o ano finda dentro de algumas horas, desejamos a todos um 1991 feliz, alicerçado na cultura que torna mais homens os homens. Que o bom senso impere nos políticos e as ameaças de guerra a que assistimos se enfeitem urgentemente de amor; que Portugal corra aceleradamente e consciente para a Europa e que a juventude portuguesa seja apoiada fortemente para que este país do futuro seja diferente, mais livre e mais respeitado.

Agradecimento

Apoio Científico:

Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa
Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes

Índice

<i>Nota de apresentação</i> <i>Cultura madeirense: marcas e raízes para uma identidade</i> João Henrique G. da Silva	9
<i>Prefácio</i> José Eduardo Franco	13
ABERTURA	
<i>Questionar a cultura madeirense</i> José Eduardo Franco / José Luís de Sousa	21
<i>Pertinência do estudo da cultura regional</i> Eduardo Brazão de Castro	24
<i>Identidade cultural e afirmação de Portugal na Europa</i> Miguel Macedo	26
I – HISTÓRIA E TRADIÇÕES	
<i>Para uma história do arquipélago da Madeira</i> Joel Serrão	31
<i>O clima como personalidade histórica da Madeira</i> José Manuel Azevedo e Silva	37
<i>A Madeira na época dos Descobrimentos: estruturas sociais da expansão portuguesa</i> Miguel Jasmins Rodrigues	49
<i>A civilização do açúcar e a Madeira</i> Alberto Vieira	56
<i>Artes plásticas e ensino artístico. Uma «escola» madeirense?</i> António Gorjão	81

II – LINGUÍSTICA

<i>Os dialectos da ilha da Madeira no quadro dos dialectos galego-portugueses</i> Luís Lindley Cintra	95
--	----

III – LITERATURA

<i>A periferia de nós</i> Fernando Dacosta	107
<i>O descobrimento da Madeira em textos de poetas insulares...</i> João David Pinto Correia	115
<i>Breve panorâmica da moderna literatura madeirense</i> José António Gonçalves	139

IV – ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA

<i>Sociedade e gestão de recursos no Atlântico oriental.</i> <i>Propostas de pesquisa na Região Autónoma da Madeira</i> Jorge Freitas Branco	153
<i>Poderão as ciências sociais acrescentar valor à Pérola do Atlântico?</i> Paquete de Oliveira	164
<i>Para uma visão socioeconómica da arte na Madeira</i> António Aragão	170
<i>Ciência e tecnologia no Portugal dos anos 90.</i> <i>Que perspectivas para a Região Autónoma da Madeira?</i> Carlos Lencastre	175

ENCERRAMENTO

<i>Desafios para o futuro</i> José Luís de Sousa	195
<i>Autonomia e desenvolvimento cultural</i> João Carlos Abreu	197
<i>Agradecimento</i>	201

Também na editora Campo das Letras
Colecção Autores Madeirenses

- *O Deus Familiar*
Carlos Nogueira Fino
- *O Templo Móvel*
São Moniz Gouveia
- *Água de Mel e Manacá*
Irene Lucília Andrade
- *Baltasar Dias*
João Franco
- *O Fogo e a Lágrima*
José Laurindo Leal de Góis
- *Para Ouvir Albinoni*
Maria Aurora Carvalho Homem
- *Funchal*
Carlos Nogueira Fino
- *A Casa do Penedo da Gaivota*
Francisco Fernandes
- *Crónicas de Porto Santo*
José Maria Cibrão Campinho
- *Comeres e Beberes Madeirenses em Horácio Bento de Gouveia*
Thierry Proença dos Santos
- *Contos Madeirenses*
Vários
- *39 Poemas*
Carlos Nogueira Fino
- *Ver a Voz, Ler o Rosto*
Diana Pimentel
- *Crónica Madeirense*
Vários

